



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Processo nº 30296-39.2011.4.01.3400

Reqte : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS e  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Regda : INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DO DISTRITO FEDERAL BRASILIA AMBIENTAL – IBRAM e ANTARES  
ENGENHARIA LTDA.

**SENTENÇA**

(Tipo A)

**RELATÓRIO**

Trata-se de ação civil pública, com pedido de liminar, proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT** contra o **DISTRITO FEDERAL, o INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL BRASILIA AMBIENTAL – IBRAM e ANTARES ENGENHARIA LTDA.**, objetivando: **a)** a declaração de que a “Expansão do Setor Sudoeste” é área *non aedificandi* e que integra a escala bucólica da área tombada, de acordo com o Decreto Distrital nº 10.829/87 e seu Anexo I, denominado “Brasília Revisitada”; **b)** a condenação da empresa ANTARES ENGENHARIA LTDA. ao cumprimento da obrigação de não fazer consistente em não construir nada na área destinada à referida expansão, nem iniciar obras de infra-estrutura, porque se trata de área *non aedificandi* e integra a escala bucólica da área tombada pelo Decreto Distrital e Anexos já mencionados, sob pena de multa pecuniária (Lei nº 7.347/85, art. 12, §2º); **c)** a condenação do DF a não aprovar o projeto urbanístico, nem licenciar as respectivas obras; **d)** a condenação do IBRAM a não licenciar



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

o projeto urbanístico eventualmente aprovado, e a anulação da licença porventura já concedida;  
**e)** a condenação do Distrito Federal, na pessoa do Administrador Regional do Sudoeste, ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em não licenciar as obras citadas.

O MPDFT relatou que o imóvel objeto da “Expansão do Setor Sudoeste”, que se encontra localizado no Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SCHCSW, entre a área do Departamento Nacional de Meteorologia (Rua G) e a 4ª Avenida, num total de 141.654,44 m², integra a Escala Bucólica da cidade e não tem previsão no projeto “Brasília Revisitada” de autoria do Arquiteto Lúcio Costa.

Afirmou o autor que o registro do Setor Sudoeste, sob matrícula 66.039/Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do DF, ocorreu em 1989, ou seja, dois anos após a publicação do Decreto Distrital nº 10.829/87, e refere-se a uma área de 3.408.009,75m².

Sustentou que o referido decreto distrital estabeleceu as diretrizes para a ocupação e a expansão do Plano Piloto, sem a previsão de expansão do Setor Sudoeste, cuja ocupação, inclusive, já extrapolou os limites da expansão residencial autorizada nos Anexos I e II (Brasília Revisitada) do citado decreto distrital.

Aduziu que a “Expansão do Setor Sudoeste” ocasionará dano ao tombamento da cidade, com alteração de sua concepção arquitetônica, que, por sua excepcionalidade, foi considerada “patrimônio cultural da humanidade”.

Asseverou que é dever do Distrito Federal o cumprimento da legislação urbanística já citada, por meio de seu poder de polícia, com vistas a evitar o crescimento desordenado da Cidade, analisando, de forma criteriosa, os pedidos de licenças de obras, além de fiscalizar a sua realização e manutenção de edificações.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 35/159.

O pedido de liminar foi deferido, em parte, nos termos da decisão de fls. 162,

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

mantida em sede de embargos de declaração (fl. 276).

Manifestação do Distrito Federal e do IBRAM, às fls. 323/336.

O IPHAN requereu o seu ingresso no polo passivo da lide (fl. 436), o que foi indeferido na decisão de fls. 522/529.

A empresa ANTARES ENGENHARIA LTDA. apresentou a contestação de fls. 671/686, em que requereu a improcedência do pedido, em face do caráter *aedificandi* da área em foco.

Discorreu sobre os procedimentos de tombamento urbanístico de Brasília, nos âmbitos federal e distrital, que exigem para a consumação do tombamento, dentre outros requisitos, a inscrição em Livro de Tombo (Decreto-Lei nº 25/37 e Lei Distrital nº 47/89), o que veio a ocorrer por meio de ato de homologação pelo Ministério da Educação e Cultura, 14/03/1990, registrado no Livro Tombo Histórico, e, em 19/11/91, com a inscrição no Livro III de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos do Distrito Federal, sob o nº 03, à fl. 2.

Alegou que o Decreto Distrital nº 10.829/87, que regulamentou o art. 38 da Lei nº 3.751/60, apenas estabeleceu normas para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, sem inscrevê-lo em Livro Tombo, e, portanto, não pode ser considerado como instrumento legal definidor do tombamento urbanístico da cidade.

Sustentou que o parcelamento e a edificação da área referida nos autos são legalmente viáveis, por aplicação do Decreto Distrital nº 11.433/1989, que estabeleceu os limites técnicos da área apontada no documento “Brasília Revisitada” como “Mancha A” do Setor Oeste Sul, ou Setor Sudoeste, e que foi objeto de descrição e esclarecimento, pormenorizado e técnico, na Decisão nº 157/88 do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, que aprovou a Planta Geral do SHCSE (Projeto URB – 147/88).

Ressaltou que todos os órgãos e entes diretamente responsáveis pela tutela do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Conjunto Urbanístico de Brasília (IPHAN/DF, SEDUMA/DF e o Conselho de planejamento Territorial e Urbano do DF – CONPLAN) manifestaram-se favoravelmente ao parcelamento da área, por não considerarem nenhum risco à área verdadeiramente tombada.

Aduziu que o parcelamento e a edificação da área são legalmente viáveis, por aplicação do Decreto Distrital nº 11.433/1989, que estabeleceu os limites técnicos da área apontada no Anexo II como “Mancha A” do Setor Oeste Sul, ou Setor Sudoeste.

Por sua vez, o Distrito Federal e o IBRAM apresentaram a contestação conjunta de fls. 706/731, com preliminar de ilegitimidade *ad causam* do referido instituto. No mérito, pugnaram pela improcedência dos pedidos, tendo em vista que área destinada à construção da quadra residencial 500 do Sudoeste é parte daquela indicada por Lúcio Costa para expansão residencial, e, portanto, está excluída da área tombada como *non aedificandi* pelo Decreto Distrital nº 11.433/89.

Argumentaram que, apesar da necessidade de expansão residencial de Brasília, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e Meio Ambiente do DF – CAUMA ficou atento à preservação do conjunto urbanístico da Cidade, quando da aprovação do projeto de parcelamento de solo urbano da área em questão nos autos, o mesmo ocorrendo no que se refere ao projeto urbanístico em trâmite perante a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA.

Informaram que os órgãos técnicos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio tombado foram unânimes em afirmar que a implantação da mencionada quadra não afetará a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, nem tampouco a integridade de sua escala bucólica.

Sustentaram que o traçado das “manchas” contidas no documento “Brasília Revisitada” foi meramente um indicativo preliminar, em que não foram considerados estudos de planejamento urbanísticos, de modo a escalonar, no tempo, as implantações então sugeridas, o



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

que só veio a ocorrer com a apresentação do projeto urbanístico URB 147/88, submetido ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo e Meio Ambiente do DF – CAUMA, e aprovado pela Decisão 157/88, finalmente homologada pelo Decreto Distrito Federal nº 11.433/89.

Esclareceram que a partir da poligonal descrita e aprovada no citado URB 147/88, foram aprovados os subseqüentes parcelamentos do Setor Sudoeste, que vêm ocorrendo de forma paulatina. Além disso, inexistente informação no cartório de registro do imóvel de que este seja *non aedificandi*.

Réplica, às fls. 755/790.

A União requereu a sua admissão na lide, na condição de assistente simples (fls. 971/985).

O MM. Juízo de Direito da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, onde foi intentada a presente ação, declinou de sua competência para a Justiça Federal, em face do pedido de ingresso da União (fls. 1198/1200).

Distribuídos os autos para esta Vara, foram ratificados os atos anteriormente praticados e deferido o pedido de ingresso da União (fl. 1248).

A União requereu a cassação da decisão que deferiu o pedido de liminar (fls. 1246/1252), que foi mantida por este Juízo, nos termos da decisão de fls. 1306, que determinou a realização de perícia técnica. A decisão foi objeto de agravo de instrumento perante o TRF da 1ª Região, que atribuiu efeito suspensivo ao recurso (fls. 1385/1390).

O Distrito Federal e o IBRAM/DF insurgiram-se contra a nomeação da Dra. Izabel Neves da Silva Cunha Borges como perita do juízo (fls. 1559/1560), tendo sido mantida a nomeação, conforme decisão de fls. 1582/1587, objeto de agravo de instrumento, a qual foi negado seguimento pelo TRF/1ª Região (fls. 1614/1617).



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Laudo pericial e esclarecimentos apresentados, respectivamente, às fls. 1632/1718 e 1837/1839, dos quais tiveram vistas as partes.

O MPF agravou da decisão de fl. 1851 que considerou que o laudo pericial foi fundamentado de forma adequada (fls. 1856/1866).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

### **1. Da Preliminar**

A preliminar de ilegitimidade passiva do IBRAM merece acolhimento.

Não compete ao referido instituto a análise da viabilidade e legalidade urbanística de implantação de projetos de parcelamento e edificações, questão esta que consiste no próprio cerne da demanda, com relação específica à “Expansão do Setor Sudoeste”.

O licenciamento, autorização, fiscalização e monitoramento de atividades sob a responsabilidade do IBRAM referem-se apenas a aspectos relativos à viabilidade ambiental, que, no caso do mencionado empreendimento, é objeto de discussão em outro feito (ACP nº 30295-51.2011.4.01.3400), em apenso.

Nesse sentido, confira-se o disposto no Decreto Distrital nº 28.112/2007, que aprovou o regimento interno do IBRAM:

*Art. 2º - O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, tem como finalidades:*

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

*I - executar e fazer executar as políticas ambiental e de recursos hídricos do Distrito Federal;*

*II - controlar e fiscalizar, com poder de polícia administrativa, o manejo e o uso dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal e toda e qualquer processo, produto, atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.*

*Art. 3º - Compete ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal:*

*I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;*

*II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;*

*III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;*

*IV - propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;*

*V - proceder à avaliação de impactos ambientais;*

*VI - promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;*

*VII - propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;*

*VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;*

*IX - fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

*necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;*

*X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;*

*XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;*

*XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;*

*XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;*

*XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;*

*XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;*

*XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;*

*XVII - prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;*

*XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;*

*XIX - fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambientais e de recursos hídricos, taxas e preços públicos de ocupação de espaço público, e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente;*

*XX - promover e executar atividades afins e correlatas necessárias à plena consecução de sua finalidade.”*

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Assim, ACOLHO a preliminar de ilegitimidade do IBRAM, para excluí-lo do polo passivo da demanda.

## 2. Do Mérito

Como acima relatado, a questão veiculada na inicial refere-se, basicamente, à legalidade do parcelamento e ocupação da área localizada no Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SCHCSW, entre o Departamento Nacional de Meteorologia (Rua G) e a 4ª Avenida - “Projeto de Expansão do Setor Sudoeste”.

Segundo a tese defendida pelo Ministério Público, o referido empreendimento é ilegal, por se destinar à área *non aedificandi*, configurando expansão não autorizada pelo Decreto Distrital nº 10.829/87 e seus Anexos (Brasília Revisitada), e com risco de alteração da concepção urbanística e arquitetônica de Brasília, que, por sua excepcionalidade, foi considerada “patrimônio cultural da humanidade”.

O Decreto Distrital citado assim estabelece:

*“Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lúcio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.*

*§1º - A realidade físico-territorial correspondente ao Plano Piloto referido no caput deste artigo, deve ser entendida como conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto e cujas complementações, preservação e eventual expansão devem obedecer às recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000, e que constituem os anexos I e II deste Decreto.*

*§2º - A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, e Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

*dois eixos que estruturam o Plano Piloto.”*

*“Art. 10 – São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º deste Decreto que não estejam edificadas ou institucionalmente destinados a edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista expansão urbana predominantemente residencial em Brasília Revisitada.*

A área indicada na inicial está localizada entre o Eixo Monumental e um terreno circular que faz limites mais além com o Setor Sudoeste, denominado anteriormente “Bairro Oeste Sul” – Área A. Assim, a área encontra-se inserida entre as poligonais citadas no dispositivo transcrito.

No entanto, o decreto distrital em comento não pode ser considerado como o tombamento distrital de Brasília, já que contemplava proposições sujeitas a posteriores avaliações e detalhamentos, precedidos de estudos ambientais e urbanísticos, atrelados à capacidade de infraestrutura da Cidade, ainda tão jovem e com necessidades crescentes.

Na verdade, os réus têm razão quando afirmam que o tombamento distrital só veio a ocorrer com a homologação da URB 147/88 e do MDE 147/88, pelo Decreto Distrital nº 11.433, que estabeleceu os limites técnicos da área apontada no documento “Brasília Revisitada” como “Mancha A” do Setor Oeste Sul, ou Setor Sudoeste, e que foi objeto de descrição e esclarecimento, pormenorizado e técnico, na Decisão nº 157/88 do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, que aprovou a Planta Geral do SHCSE.

Ainda, a Lei Federal nº 3.751/1960, que tratou da proteção da concepção urbanística da cidade, não proibiu nenhuma alteração, mas apenas a condicionou à autorização por lei federal. Vale ressaltar que o Projeto do Plano Piloto, de autoria de Lúcio Costa, cuja observância é recomendada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, vem sofrendo modificações admissíveis, tendo em vista que se cuida de uma cidade jovem, com necessidades naturalmente crescentes.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

A todo modo, a questão é eminentemente técnica e complexa, o que ensejou a nomeação de profissional da área de Arquitetura, para funcionar como perito deste Juízo.

A *expert* fez um apanhado minucioso da documentação e legislação específicas que tratam do tombamento urbanístico de Brasília, além de visitar e consultar cartórios e órgãos envolvidos no tema. Com base em tais elementos, a perita concluiu que o terreno não apresenta restrição *non aedificandi*, conforme laudo acostado, às fls. 1632/1718, do qual extraio os seguintes trechos, tendo retirado as respectivas figuras:

“4.1.5 Releitura integral da documentação de referência técnica para análise sob o enfoque do tema tratado na Ação Civil Pública em questão e quesitos formulados pelas partes, destacando-se as seguintes legislações e documentos:

- **Constituição Federal;**
- **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- **Lei Federal nº 6.292**, de 15 de dezembro de 1975, que trata do tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- **Lei Federal nº 3.751**, de 13 de abril de 1960, que estabelece a organização administrativa do Distrito Federal e resguarda o Plano Piloto de possíveis alterações;
- **Decreto nº 10.829**, de 14/10/87, publicado no DODF de 14/10/87 e republicado no DODF de 23/10/87;
- **Documento Brasília Revisitada de Lúcio Costa**, Anexo 1 do Decreto nº 10.429, de 14/10/87, p. 05 do DODF de 14/10/87 e p. 03 do DODF de 23/10/87;
- **Portaria nº 314**, de 08 de outubro de 1992, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural– IBPC;
- **Lei Orgânica do Distrito Federal**, promulgada em 8 de junho de 1993, e em especial sua Emenda nº 49/2007;
- **Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto**, Costa, Maria Elisa e Lima, Adeildo Viegas de, Brasília: Terracap, 1985;
- **Notas Relativas ao tombamento de Brasília**, escritas por Maria Elisa Costa e remetidas ao IPDF/GDF em novembro de 1997;
- **Entrevista de Lucio Costa ao jornalista Claudius Ceccon**, do Jornal do Brasil, publicada na Seção de Arquitetura, em 08 de novembro de 1961;
- **Artigo “Brasília Revisitada”**, de Ítalo Campofiorito, in Revista Eletrônica do IPHAN, novembro de 2005,;

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

- **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF**, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e atualizado pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012;
- **Lei Federal nº 6.766/79** e suas alterações;
- **Código de Edificações de Brasília**, aprovado pelo Decreto “N” nº 596, de 08 de março de 1967
- **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009, em específico: “Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova capital do Brasil”; e “As escalas urbanísticas do Plano Piloto de Brasília”;
- **Decretos Urbanístico do Distrito Federal referentes à aprovação de parcelamentos**, em específico: Decreto nº 12.457, de 02/07/90 publicado no DODF de 08/07/1990; Decreto nº 16.041, de 04/11/94 publicado no DODF de 07/11/1994; Decreto nº 21.412, de 03/08/2000 publicado no DODF de 04/08/2000; Decreto nº 22.750, de 27/02/2002 publicado no DODF de 28/02/2002; Decreto nº 23.894, de 08/07/2003 publicado no 09/07/2003; Decreto nº 28.052, de 20/06/2007 publicado no DODF de 21/06/2007;
- **Projeto Urbanístico – URB 147/88 e o Memorial Descritivo – MDE 147/88**, referentes à área objeto da lide;
- **Normas de uso e ocupação do solo referentes ao objeto da Ação Civil Pública**, em específico: MDE – 103/ 87; SAI/S, PR 176/1; SAI/S, PR 177/1; SAI/S, PR 178/1; SAI/S, PR 179/1; **SAI, PR 19/2**; SAI/S, PR3/2; SAI, PR 2/1; e SAI/SO, PR 127/1;
- **Decisão nº 157/88-CAUMA**, 210ª Reunião Ordinária, de 19 de dezembro de 1988, que aprovou o projeto referente ao Setor Sudoeste;
- **Decreto nº 11.433**, de 30 de janeiro de 1989, que homologou a Decisão nº 157/88 do CAUMA;
- **Registro da Matrícula nº 66.039**, junto ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal;
- **Registro da Matrícula 92.930**, junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal;
- **Decreto nº 32.144**, de 30 de agosto de 2010, que aprova o Projeto Urbanístico de Parcelamento da Quadra 500, consubstanciado na URB 091/09, MDE 091/09, e NGB 091/09, NGB 093/09 e NGB 095/09;
- **Decisão 01/2010 do CONPLAN**, de 28 de janeiro de 2010, que aprova o Projeto Urbanístico de Parcelamento da Quadra 500, consubstanciado na URB 091/09, MDE 091/09, e NGB 091/09, NGB 093/09 e NGB 095/09;
- **Ofício nº 545/2007 – 15ª Superintendência Regional do IPHAN**, de 19/12/2007, que aprovou o projeto objeto da lide;
- **Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI** elaborado pela empresa NCA, em 2009, instrumento de avaliação ambiental do projeto urbanístico da área em questão;
- **Parecer Técnico nº 231/2009** emitido pelo IBRAM, que conclui a análise da possibilidade de implantação da área em questão e encaminha a emissão da licença prévia ambiental;

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

▪ ***Licença Prévia no 024/2009, emitida pelo IBRAM, relativa à implantação da Quadra 500;***

4.1.6 Diligência junto aos órgãos e entidades, citados nos quesitos ou considerados pertinentes, conforme item 4.2 deste documento.

4.1.7 Organização dos temas e respostas aos quesitos formulados;

4.1.8 Estruturação do Laudo Pericial Técnico e produção do texto final.

4.2. Diligência para realização de pesquisas e busca de subsídios para os devidos esclarecimentos técnicos, em específico:

4.2.1 Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal:

▪ *Matrícula nº 66.039, referente ao Setor de Habitações Coletivas Sudoeste, com respectivos registros e averbações;*

▪ *Matrícula nº 92.390, referente à denominada SQSW 500, com respectivos registros e averbações;*

4.1.2 Núcleo de Acervo Urbanístico – NURB da Gerência de Documentação Urbanística e Territorial – GEDUT da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB:

▪ *MDE, URB – 147/88;*

▪ *MDE -103/87;*

▪ *MDE, URB 091/09;*

▪ *plantas SAI/S, PR 176/1; SAI/S, PR 177/1; SAI/S, PR 178/1; SAI/S, PR-179/1; SAI/S, PR 3/2; SAI, PR 2/1; e SAI/SO, PR-127/1;*

▪ *Planta de Localização Geral dos SAI.*

4.1.3 Secretaria de Estado de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB:

▪ *Decisão 01/2010 do CONPLAN, 28 de janeiro de 2010, que aprovou o Projeto Urbanístico de Parcelamento da Quadra 500;*

▪ *(...)*

**7. Temas abordados e indicação das páginas correspondentes**

O texto que trata das informações e respostas aos quesitos formulados é organizado como a seguir.

-	8.	<i>O tombamento do Plano Piloto de Brasília.....</i>	21
-	8.1.	<i>O tombamento e seus procedimentos.....</i>	21

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

-	8.2.	<i>Das competências para a gestão do Patrimônio Histórico-Cultural.....</i>	21
-	8.3.	<i>A proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília.....</i>	23
-	8.3.1.	<i>A inscrição de Brasília como patrimônio mundial.....</i>	25
-	8.3.2.	<i>O tombamento, em nível federal, do Conjunto Urbanístico de Brasília.....</i>	26
-	8.3.3.	<i>O tombamento, em nível distrital, do Conjunto Urbanístico de Brasília.....</i>	29
-	8.4.	<i>Necessidade de complementação das normas para preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília</i>	30
-	9.	<i>As características fundamentais e as Escalas de Lucio Costa.....</i>	33
-	10.	<i>A concepção do Plano Piloto.....</i>	40
-	10.1.	<i>O projeto original.....</i>	40
-	10.2.	<i>O desenvolvimento do Projeto.....</i>	41
-	10.3.	<i>Detalhamento das modificações iniciais do projeto original do Plano Piloto – conforme documento Brasília 57-85</i>	44
-	10.3.1.	<i>Deslocamento do Conjunto Urbanístico para leste e criação das Quadras 400:.....</i>	44
-	10.3.2.	<i>Alteração na destinação das Quadras 700 da Av. W-3 Sul:.....</i>	45
-	10.3.3.	<i>Criação dos Setores de Grandes Áreas – SGA/Norte e SGA/Sul:.....</i>	46
-	10.3.4.	<i>Criação dos Setores Hospitalar, de Autarquias, de Rádio e TV e dos Tribunais e ampliação dos Setores Comerciais e Setores Bancários na Zona Central:.....</i>	46
-	10.3.5.	<i>Alterações da área lindeira ao Eixo Monumental.....</i>	47
-	10.3.6.	<i>Setor de Áreas Isoladas Sudoeste.....</i>	49
-	10.4.	<i>Alterações introduzidas pelo documento Brasília Revisitada.....</i>	50
-	10.5.	<i>Outras modificações – após o documento Brasília Revisitada.....</i>	50
-	10.5.1.	<i>A criação e expansão do Setor de Administração Federal Sul.....</i>	50
-	10.5.2.	<i>Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS.....</i>	53
-	11.	<i>O documento “Brasília Revisitada 1985/1987”.....</i>	54
-	11.1.	<i>As propostas para Adensamento e Expansão Urbana do Plano Piloto.....</i>	55
-	11.1.1.	<i>Quadras Econômicas,.....</i>	56
-	11.1.2.	<i>Expansão da Escala Residencial Original.....</i>	57

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

-	11.1.3. <i>Uso Condominial no Setor de Mansões Park Way</i> .....	58
-	11.2. <i>A evolução das recomendações do Brasília Revisitada</i> .....	58
-	12. <i>O Setor de Habitações Coletivas Sudoeste</i> .....	62
-	12.1. <i>O Estudo Urbanístico</i> .....	62
-	12.2. <i>O sítio onde se localiza o Projeto e o uso do solo previsto</i> .....	64
-	12.3. <i>As normas substituídas e alteradas pelo MDE – 147/88</i> .....	67
-	12.4. <i>A concepção do Projeto Urbano</i> .....	70
-	12.5. <i>A aprovação do Projeto Urbanístico</i> .....	71
-	12.5.1. <i>Homologação da Decisão nº 157/88 do CAUMA - Decreto nº 11.433, de 30 de janeiro de 1989</i> 71	
-	12.6. <i>Registro do Parcelamento do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste</i> .....	71
-	12.7. <i>Alterações do Projeto de Urbanismo – URB 147/88</i> .....	75
-	13. <i>A área objeto da Ação Civil Pública - Quadra 500</i> .....	77
-	13.1. <i>Desmembramento da Matrícula 92.930</i> .....	77
-	13.2. <i>Destinação da área da Quadra 500</i> .....	78
-	13.3. <i>Projeto de urbanismo e respectiva aprovação</i> .....	79
-	13.4. <i>Outros questionamentos sobre a regularidade do processo de implantação da Quadra 500</i> .....	81
-	13.5. <i>Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVL</i> .....	82
-	13.6. <i>Licença Ambiental</i> .....	83

8.

9. O tombamento do Plano Piloto de Brasília

10. O tombamento e seus procedimentos

O tombamento, uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, é tratado no § 1º do art. 216 da Constituição Federal:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

.....  
§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, representa o instrumento legal básico sobre as questões de tombamento. Seu art. 1º e respectivo § 1º assim dispõem:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico brasileiro, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

O tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é ainda objeto da Lei Federal nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que estatui em seu art. 1º:

Art. 1º O tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), previsto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, dependerá de homologação do Ministro de Estado da Educação e Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo.

.....  
**11. Das competências para a gestão do Patrimônio Histórico-Cultural.**

Em relação à competência administrativa, a Constituição Federal define:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....  
III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

.....  
Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

bem-estar em âmbito nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Até o momento, no que se refere à proteção do patrimônio artístico e cultural, não foi editada Lei Complementar que trate dos incisos III e IV do citado art. 23, cabendo portanto a todos os entes políticos citados exercer a missão conferida pela Constituição Federal.

Em relação às ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, foi publicada a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Nesta Lei, um dos objetivos fundamentais no exercício da competência comum é tratado pelo inciso III do art. 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competências comum a que se refere esta Lei Complementar:

.....

III – **harmonizar** as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente. (grifo não é do autor)

Registra-se que o Estatuto da Cidade não promoveu qualquer alteração na competência dos entes ou órgãos que tratam dos interesses da preservação do patrimônio cultural. O tombamento continua sendo uma das formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Quanto à competência para legislar concorrentemente em relação à proteção do patrimônio histórico-cultural, traz :

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

....

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Quanto à competência específica do Distrito Federal, a Constituição Federal estabelece em seu § 1º do art. 32 que “ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios”.

Assim, há que se observar a competência municipal em respeito ao uso e ocupação do solo, definida na Constituição:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

.....

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 182 ...

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

.....

<b>12. A proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília</b>
---

No caso específico do Conjunto Urbanístico de Brasília, a primeira normatização para resguardar o Plano Piloto de possíveis alterações é apontada na Lei Federal nº 3.751, de 13 de abril de 1960, que estabelece a organização administrativa do Distrito Federal. Em relação à proteção do Plano Piloto o art. 38 condiciona que “qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal”. Note-se que essa regulamentação submete a possibilidade de qualquer alteração do Plano Piloto a uma autorização em lei federal, porém não a proíbe.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Em 1986 o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal iniciaram gestões junto à UNESCO para que Brasília fosse incluída na Lista do Patrimônio Mundial.

Atendendo solicitação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS/UNESCO de emissão de documento que delimitasse a área objeto do bem a ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, com especificação que garantisse as condições de preservação, foi expedido o Decreto do Distrito Federal nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. O referido decreto regulamenta o art. 38 da Lei Federal nº 3.751/60, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília e incorpora, como Anexo, o documento “Brasília Revisitada”.<sup>[1]</sup>

O Decreto nº 10.829/87 em seu preâmbulo considera que:

- o art. 38 da Lei nº 3.751/60 “preserva o Plano Piloto de Brasília, tal como apresentado por Lucio Costa”; e
- para a exata aplicação do referido decreto “faz-se oportuna a edição de norma regulamentar que explicita o conceito do bem cultural por ela protegido”.

Para tanto, dispõe no art. 1º e em seu §1º

Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lucio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.

§ 1º - A realidade físico-territorial correspondente ao Plano Piloto referido no caput deste artigo, deve ser entendida como conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto e cujas complementações, preservação e eventual expansão devem obedecer as recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000, e que constituem os anexos I e II deste Decreto.

§ 2º - A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.

Art. 2º - A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica,

O citado Decreto atendeu à solicitação para inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. <sup>[2]</sup>

A preservação do projeto urbanístico de Lúcio Costa para Brasília apresenta-se como questão

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

intrincada e com diferentes pontos de vista, constituindo-se como um desafio e tema de constantes indagações. Não se trata de um tombamento de uma cidade histórica consolidada, mas de uma cidade em franco crescimento, jovem, com apenas 52 anos de existência. É, em resumo, uma cidade ainda em construção. Sob essa questão Lúcio Costa expressa seu pensamento no documento Brasília Revisitada ainda no ano de 1987:

É exatamente na concomitância destas duas contingências que reside a peculiaridade do momento crucial que Brasília hoje atravessa: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original, de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem.<sup>[3]</sup>

É clara, no texto do Decreto nº 10.829/87, a necessidade de preservação da concepção urbana da cidade, conforme prevista no projeto vencedor no concurso e correspondente conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto, além das recomendações expressas no documento Brasília Revisitada e respectiva planta, que constituem os Anexos I e II do referido Decreto. É também evidente que a manutenção do Plano Piloto é assegurada pela preservação das características essenciais das quatro escalas que traduzem a concepção urbana da cidade, quais sejam a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

As divergências na interpretação, no caso específico da Ação Civil Pública objeto desta Perícia – Processo nº 30296-39.2011.4.013400, remetem-se ao entendimento das partes processuais na consideração do Decreto nº 10.829/87 como o documento legal do tombamento distrital e consequentemente à possibilidade de ocupação da área destinada à Quadra 500 do Sudoeste.

Seguindo a sequência principal de temas tratados neste Laudo, este item a se limita ao exame da questão referente ao Decreto nº 10.829/87 como o documento legal do tombamento distrital.

A possibilidade de ocupação da área resulta da análise e explanação dos vários temas estruturados neste Laudo Pericial, sendo pertinente à conclusão final.

**Conclusão Intermediária 1:** a Lei Federal nº 3.751, de 13 de abril de 1960, primeiro dispositivo legal para proteção da concepção urbanística de Brasília, condiciona qualquer alteração do Plano Piloto a uma autorização em lei federal, porém não a proíbe.

### 13. A inscrição de Brasília como patrimônio mundial

Na Convenção realizada no período de 7 a 11 de dezembro de 1987, na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em Paris, o Comitê do Patrimônio Mundial após conhecimento da existência de uma norma que apontava as condições para preservação do Plano Piloto - o Decreto nº 10.829/87 - decidiu pelo deferimento da inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, sob o nº de ordem 445, com a recomendação de que fosse adotada uma política conservadora que respeitasse a criação urbana de 1956, constando da



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

respectiva ata:

“3. Biens cultureles et naturels inscrits sur la Liste du patrimoine mondial.”

.....

“Nom du bien	Nº d’ordre	État partie...
--------------	------------	----------------

Brasília	445	Brésil”
----------	-----	---------

“Le Comité a recommandé qu’une politique conservatoire **respectant les caractéristiques de la création urbaine de 1956** soit poursuivie dans le district fédéral de Brasília.” (os grifos não são do original)

Tradução:

3. Bens culturais e naturais inscritos na Lista do patrimônio mundial:

Nome do bem	Nº de Ordem	Estado parte
-------------	-------------	--------------

Brasília	445	Brasil
----------	-----	--------

O Comitê recomendou que uma política conservacionista respeitando as características de criação urbana de 1956 seja continuada no Distrito Federal de Brasília.

Verifica-se, portanto, que a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial faz referência às características da criação urbana de 1956, ou seja, corresponde às disposições fundamentais do projeto original de Lúcio Costa.

O que se evidencia é que a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial configura-se como a preservação de um plano idealizado para a nova Capital da República. A referência à criação urbana de 1956 é concernente ao Plano Urbanístico de Lúcio Costa, ganhador do concurso para a idealização do plano piloto da nova Capital do Brasil.

Entende-se assim que o propósito básico é a manutenção da conceituação do projeto original do Plano Piloto de Lúcio Costa. Registra-se que a própria UNESCO considerou viáveis as posteriores adaptações e alterações em relação à proposta inicial. Esse fato é demonstrado pelo contido no “Resumo Executivo”, elaborado pela Missão UNESCO-ICOMOS, realizada no período de 05 a 09 de novembro de 2001, para avaliação do Conjunto Urbanístico de Brasília, em face de sua inscrição como Patrimônio da Humanidade:

4. Conclusões e Recomendações

Como conclusão geral, é possível afirmar que, apesar de que algumas alterações foram e ainda são introduzidas ao conceito original, Brasília mantém atualmente as características essenciais que





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

fazem parte da mesma, talvez o mais notável testemunho de construção do século 20 e um exemplo de proeminente valor universal da combinação de urbanismo, arquitetura, composição paisagística e belas artes.

As mudanças ocorridas na própria cidade e nos subúrbios alteraram partes do conceito original, mas até o momento, ainda não a ponto de torna-lo inelegível ao status de Patrimônio Mundial.

Algumas das mudanças podem ser consideradas naturais se tivermos em conta que a cidade ainda se encontra em processo de construção e que a evolução do modo de vida de sua população requer adaptações. Essas mudanças são aceitáveis na medida em que não prejudicarem os valores essenciais da cidade

Ainda sobre o tema, Lúcio Costa, em “Brasília Revisitada – 1985/87 – Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana”, propôs adaptações e modificações ao seu projeto original (criação urbana de 1956), e que havia sido objeto de referência para a inscrição de Brasília como Patrimônio da Humanidade.

**Conclusão Intermediária 2:** o Projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa, em relação ao qual o Comitê do Patrimônio Mundial recomendou a observância ao inscrever Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, vem sofrendo modificações ao longo do tempo, o que vem sendo considerado admissível visto tratar-se de uma cidade ainda em formação.

**14. O tombamento, em nível federal, do Conjunto Urbanístico de Brasília**

Após o Decreto nº 10.829, de 1987 e o documento Brasília Revisitada, foi realizado, no ano de 1990, o tombamento federal do Conjunto Urbanístico de Brasília conforme a seguir:

- *em 09 de março de 1990 foi realizada a 138ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que aprovou o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, com a recomendação de que fosse inscrito no Livro Tombo Histórico;*
- *em consequência, o Ministro da Cultura, em despacho datado de 12 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 13/03/90, Seção I, página 5.088, homologou o tombamento na forma seguinte:*

Nos termos da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975 e para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 16 de novembro de 1937, HOMOLOGO o tombamento do Plano Piloto de Brasília, nos termos da decisão do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na 138ª Reunião de 09 de março de 1990 (Processo nº 1.305 – T – 90).

- *no Diário Oficial da União de 14/03/90 foi publicada a retificação do citado despacho, nos seguintes termos:*

No despacho do Ministro de Estado da Cultura de 12 de março de 1990, publicado no DOU de 13.03.90, Seção I, página 5088, onde se lê Tombamento do Plano Piloto de Brasília, leia-se:

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, construído em decorrência do Plano Piloto, traçado para a cidade.

- a inscrição de Brasília no registro do patrimônio nacional foi confirmada pela Portaria nº 161, datada de 02 de agosto de 1990, do Ministro de Estado da Cultura, que determinou a inscrição do Memorial Descritivo do Conjunto Urbanístico de Brasília, no Livro do Tombo Histórico, sob a matrícula 532, nos termos das exigências do art. 4º do Decreto-Lei nº 25/37[4];
- o SPHAN expediu a Portaria nº 04, de 13 de março de 1990, a respeito das definições e critérios concernentes ao tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília;
- posteriormente, foi editada a Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que sucedera o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, substituindo e alterando a Portaria nº 04, de 13/03/90.

Ascitadas Portarias nº 004/90 e nº 314/92 explicitam o tombamento realizado em nível federal e praticamente repetem o Decreto do Distrito Federal nº 10.829/87. Apresentam, no entanto algumas diferenças:

- o art. 1º da Portaria nº 314/92, diferentemente do Decreto do DF, não se reporta ao Brasília Revisitada de Lúcio Costa, só vindo a fazê-lo no art. 9º ao tratar das áreas nonaedificandi;
- a redação do art. 1º da Portaria nº 314/92, em relação ao Decreto nº 10.829/87, é mais clara na conceituação de Plano Piloto, eliminando a referência inicial ao projeto original de Lúcio Costa apresentado por ocasião do concurso para a construção da nova capital do Brasil e limitando-se à menção do conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto.

A Portaria 314/92 também difere da Portaria anterior do SPHAN de nº 004/90, em que se baseara o tombamento federal, pela introdução de um novo parágrafo ao art. 9º, que trata das áreas nonaedificandi. Pelo introduzido § 3º passam a ser excepcionalmente admitidas novas edificações, desde que encaminhadas por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, como complementações necessárias ao Plano Piloto original.

No quadro a seguir é apresentada a comparação de dispositivos considerados mais representativos em relação à esta Perícia:

**Correlação entre o Decreto nº 10.829/87 e a Portaria nº 314/92 - IBPC**

<b>Decreto nº 10.829/87</b>	<b>Portaria nº 314/92 - IBPC</b>
<b>Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lúcio Costa,</b>	<b>Art. 1º Para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado nos termos da decisão do Conselho Consultivo da SPHAN, homologada pelo Ministro da Cultura, ficam aprovadas as definições e critérios constantes da presente Portaria.</b>

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

<p><b>escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.</b></p> <p><b>§ 1º - A realidade físico-territorial corresponde ao Plano Piloto referido no caput deste Artigo, deve ser entendido como o conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto e cujas complementações, preservação e eventual expansão devem obedecer às recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000, e que constituem os anexos I e II deste Decreto.</b></p> <p><b>§ 2º - A área a que se refere o caput deste Artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento - EPIA; ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.</b></p>	<p><b>§ 1º A realidade física territorial correspondente ao bem tombado a que se refere o caput deste artigo é compreendida como o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto vencedor do concurso nacional para a nova capital do Brasil, de autoria do arquiteto Lucio Costa.</b></p> <p><b>§ 2º A área abrangida pelo tombamento é delimitada, a leste pela orla do lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal.</b></p>
<p><b>Art. 9º - A escala bucólica, que confere à Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer, será preservada. observando-se as disposições dos Artigos subseqüentes.</b></p> <p><b>Art. 10 - São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do</b></p>	<p><b>Art. 8º A escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagísticas e ao lazer, será preservada observando-se as disposições dos artigos subseqüentes.</b></p> <p><b>Art. 9º São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito</b></p>

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

<p><i>artigo 1º deste Decreto que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista expansão predominante residencial em Brasília Revisitada.</i></p> <p><i>§ 1º - Nas áreas referidas no caput deste Artigo onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosques, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes.</i></p> <p><i>§ 2º - Nas áreas non-aedificandi poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que aprovadas pelo CAUMA.</i></p>	<p><i>nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Portaria que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista a expansão predominantemente residencial em Brasília Revisitada, que constituem os anexos I e II desta Portaria;</i></p> <p><i>§ 1º Nas áreas referidas no caput deste artigo, onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosque, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes;</i></p> <p><i>§ 2º Nas áreas non-aedificandi poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que, apreciados pelo CAUMA, sejam submetidos à consideração do IBPC;</i></p> <p><i>§ 3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília - arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer - como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (Lei nº 3.751/60) e no Decreto nº 10.829/87 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade. (OBS: o § 3º foi introduzido pela Portaria 314/92, não constando na Portaria nº 004/90)</i></p>
--	---

*Nota: os grifos não são do original*

A Portaria 314/92 traz como anexo Brasília Revisitada[5] e o seu mapa.

Registra-se ainda que tanto o art. 2º da Portaria 314/92 como o art. 2º do Decreto nº 10.829/87, são explícitos ao indicar que a manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais das quatro escalas em que se traduz a concepção urbana da cidade:

“Art. 2º A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.”

Note-se ainda que a própria Portaria IBPC 314/92 admite textualmente a possibilidade de complementação do Plano após o tombamento, restringindo, porém ao descortino dos seus autores.

15. O tombamento, em nível distrital, do Conjunto Urbanístico de Brasília

O tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, em nível distrital, ocorreu em 19/11/91, quando da inscrição no Livro III, de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos do Distrito Federal, sob o nº 03, às fls. 02. [6]

Tal tombamento decorreu da Constituição Federal de 1988, que incluiu na competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (CF art. 24, VII). Desta forma, foi publicada a Lei do DF nº 47, em 02 de outubro de 1989 que “dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural”. O art. 2º da mencionada Lei determina que os bens somente serão considerados parte do patrimônio histórico, artístico e natural do Distrito Federal, depois de tombados e inscritos em um dos Livros de Tombo.

A delimitação da área tombada, referente ao Conjunto Urbanístico de Brasília segue as indicações constantes do Decreto nº 10.829/87: delimita-se a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento - EPIA; ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal.

Em 1996, a proteção ao Conjunto Urbanístico de Brasília foi confirmada pelo inciso XI do art. 3º, acrescido pela Emenda à Lei Orgânica nº 12:

**Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:**

.....

*XI – zelar pelo conjunto urbanístico de Brasília, tombado sob a inscrição nº 532 do Livro do Tombo Histórico, respeitadas as definições e critérios constantes do Decreto nº 10.829, de 2 de outubro de 1987, e da Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, do então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.*

[7]

Verifica-se que a LODF refere-se ao tombamento federal e às definições e critérios do Decreto nº 10.829/87, porém não cita o tombamento distrital.

16. Necessidade de complementação das normas para preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

As diretrizes de maior abrangência para a ocupação da área são dadas pelo atual Plano Diretor de

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Ordenamento Territorial do Distrito Federal, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, atualizado pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. De acordo com essa legislação, a área de que trata o presente processo está dentro da Zona Urbana do Conjunto Tombado[8].

Registra-se, porém, que tanto a UNESCO, quanto a própria Lei Orgânica do Distrito Federal, com a alteração introduzida pela Emenda nº 49/2007, conclamam à edição de um Plano de Proteção específico, a ser aprovado por uma lei, que dê a real dimensão das obrigações inerentes à preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

A Emenda à Lei Orgânica do DF nº 49/2007 deu nova redação ao art. 316, criando o instrumento complementar ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, denominado “Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB”.

Por sua vez, o atual Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009 e atualizado pela Lei Complementar nº 854 de 15 de outubro de 2012, trata do Conjunto Urbanístico de Brasília. No que se refere à necessidade de preservação da área tombada, cita[9]:

Art. 66. A **Zona Urbana do Conjunto Tombado** é composta por áreas predominantemente habitacionais de média densidade demográfica, conforme Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, correspondendo à área do conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto de Brasília e às demais áreas incorporadas em função de complementações ao núcleo original.

§ 1º Esta zona compreende o lago Paranoá e a poligonal da área tombada em âmbito federal e distrital, delimitada a leste pela orla do lago Paranoá, incluído seu espelho d’água, a oeste pela Estrada Parque de Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo curso d’água Riacho Fundo e ao norte pelo córrego Bananal, e integrada pelo Plano Piloto de Brasília, Vila Planalto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste e Candangolândia, conforme Anexo I, Mapa 1A.

§ 2º Nesta zona, o uso e a ocupação do solo devem respeitar as normas que tratam das definições, critérios e restrições estabelecidos para preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado como Patrimônio Histórico Nacional e reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

§ 3º Os índices urbanísticos adotados para os setores a serem edificados na área objeto do tombamento como Patrimônio Histórico Nacional que façam parte da escala residencial de que tratam a Portaria 314, de 8 de outubro de 1992, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, consideradas as complementações e expansões incluídas pelo Anexo do referido Decreto sob a denominação "Brasília Revisitada", serão aqueles constantes dos referidos documentos de tombamento.

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Art. 67. São diretrizes para a Zona Urbana do Conjunto Tombado:

- I – zelar pelo Conjunto Urbanístico de Brasília, bem tombado em âmbito federal e distrital;
- II – harmonizar as demandas do desenvolvimento econômico e social e as necessidades da população com a preservação da concepção urbana de Brasília;
- III – consolidar a vocação de cultura, lazer, esporte e turismo do lago Paranoá, mediante criação e promoção de espaços adequados para o cumprimento de suas funções;
- IV – promover e consolidar a ocupação urbana, respeitando-se as restrições ambientais, de saneamento e de preservação da área tombada;
- V – preservar as características essenciais das quatro escalas urbanísticas em que se traduz a concepção urbana do conjunto tombado, a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica;
- VI – manter o conjunto urbanístico da área tombada como elemento de identificação na paisagem, assegurando-se a permeabilidade visual com seu entorno.

Parágrafo único. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília é o instrumento de planejamento e gestão do Conjunto Urbano Tombado e deverá considerar a legislação federal e distrital competente, observando a especificidade do sítio urbano e a singularidade de sua concepção urbanística e de sua expressão arquitetônica.

Quanto ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, instrumento legal para detalhamento da legislação de uso e ocupação do solo da área tombada, o PDOT, assim se referiu:

Art. 153. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília é um instrumento de consolidação do regulamento de ordenação urbanística, de preservação do conjunto tombado e das diretrizes de planejamento, de controle de sua evolução espacial e de promoção do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília corresponde, simultaneamente, à legislação de uso e ocupação do solo e ao Plano de Desenvolvimento Local da Unidade de Planejamento Territorial Central.

Art. 154. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília será elaborado em conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes desta Lei Complementar e da legislação específica relacionada à proteção de bens do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, e incluirá, além do indicado no art. 152, os seguintes itens:

- I – os parâmetros de uso e ocupação do solo e as diretrizes de preservação e revitalização do sítio histórico urbano, que observarão a singularidade de sua concepção urbanística e arquitetônica;
- II – os instrumentos urbanísticos, edílios e de gestão, inclusive programa de atuação para a área

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

tombada;

III – o sistema de gerenciamento, controle, acompanhamento e avaliação do plano.

O Comitê do Patrimônio Mundial, em registro na Missão de Monitoramento Reativo UNESCO-ICOMOS para Brasília, ocorrida no Distrito Federal no período de 13 a 17 de março de 2012, considera que o PPCUB deva assegurar as características originais do Plano de Lucio Costa, recomendando:

a) Assegurar que as **características originais, o espírito e a escala do projeto original concebido por Lúcio Costa**, que garantiu a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, sejam contemplados no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB); (os grifos não são do original)

O Projeto de Lei Complementar do PPCUB vem sendo elaborado pelo Poder Executivo desde 2009. Já foi submetido a três audiências públicas, foi aprovado pelo CONPLAN, e foi encaminhado pelo Governador à Câmara Legislativa do Distrito Federal no final de 2012. Em fevereiro de 2013, devido à alegada questão política, o Projeto de Lei foi retirado pelo Governador do Distrito Federal, não sendo de conhecimento público a data de seu reenvio.

Frente ao exposto, considera-se que os instrumentos legais vigentes dispõem sobre diretrizes gerais, porém apresentam dubiedade de interpretação e não trazem o detalhamento necessário à efetiva preservação do patrimônio constituído. O detalhadamente das questões relativas à preservação deverá ser expresso pelo PPCUB. A partir desse Plano e de outros instrumentos futuros poderão ser minimizados os conflitos de interpretação de peças de legislação que objetivam a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, como sejam a Portaria 314/92 do IPHAN e o Decreto nº 10.829/87.

**Conclusão Intermediária 3:** O Decreto nº 10.829/87 não pode ser considerado como o tombamento distrital. Assegura-se, no entanto, sua extrema importância no processo das diversas instâncias de preservação e tombamento nos âmbitos do patrimônio mundial, nacional e distrital. O fundamental, nas três esferas de proteção – mundial, federal, e distrital –, é a preservação das características essenciais das escalas. A partir da diretriz principal, cada uma das esferas, conforme suas competências, detalha como essa preservação deve ocorrer.

17. As características fundamentais e as Escalas de Lucio Costa
---

Antes de tratar do conceito de escala bucólica é necessária a referência às características fundamentais da concepção de Brasília e das escalas urbanas propostas por Lucio Costa, conforme a seguir.

Maria Elisa Costa, profissional de reconhecida experiência e filha de Lucio Costa, participou ativamente, desde os seus primórdios, da concepção e acompanhamento da implantação do Plano Piloto de Brasília. Contribuiu na elaboração de diversos importantes documentos, entre os quais o

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

“Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto”, onde discorre sobre as alterações sofridas pelo projeto original, tema tratado no item 10.3 deste Laudo.

Em “Notas Relativas ao Tombamento de Brasília”, datado de novembro de 1997<sup>[10]</sup>, faz uma análise sobre a identidade diferenciada da Capital, traduzindo as respectivas características essenciais que devem ser preservadas. Maria Elisa assim se expressa:

O objetivo do tombamento de Brasília é preservar, ao longo do tempo, as características peculiares desta cidade única, que bem ou mal se mantiveram ao longo dos seus primeiros 30 anos de existência, o que levou a UNESCO a considera-la digna de integrar a relação dos Bens Culturais da Humanidade.

Importa portanto, antes de mais nada, perceber – independente da lei – quais os ingredientes que fazem de Brasília o que ela é, e quais as características básicas cuja preservação é indispensável para que a identidade diferenciada da capital permaneça.

Seguindo sua tratativa, discorrendo sobre as modificações feitas sobre o projeto original, tais como a criação dos Setores de Grandes Áreas (SGA Norte e Sul), a transformação da área das Quadras 700 da Av. W-3 Sul em casas geminadas, o Setor Octogonal (sob a forma de condomínio urbanístico), as quadras 400 adicionados ao Projeto, entre outras descritas no Brasília Revisitada 57-85, instrui, sobre a questão:

Então, como discernir no resultado construído, as **características fundamentais da concepção de Brasília**, e que a fizeram merecer o tombamento?

Todos os acréscimos e alterações que se consolidaram entre 1957 e 1990, bem como as intervenções atuais e futuras, interagem com a implantação proposta na origem, e por esta razão constituem o que se poderia chamar de elementos complementares do tombamento – devem ser avaliados na medida da sua interferência com o jogo das escalas urbanas definido pela proposição original e da sua compatibilidade com o conceito de cidade expresso através da interação entre elas.

Assim a área tombada compreende:

Os **elementos determinantes do tombamento** – aqueles que configuram na cidade construída o conceito e as escalas urbanas expressas no plano piloto de Lúcio Costa de 1957;

Os **elementos incorporados aos determinantes** - acréscimos ou alterações estruturalmente integrados aos determinantes;

Os **elementos complementares do tombamento** – todos os elementos acrescidos entre a data do plano Piloto (1957) e a data do tombamento (1990), **bem como as intervenções atuais e futuras**.

Observa-se ainda que no caso de Brasília, **preservar inclui complementar** com coerência e no mesmo espírito da proposição original. (grifos não são do autor)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Ao tratar das escalas urbanas, que constituem elementos considerados determinantes para o tombamento, esclarece[11]:

Assegurar a preservação do Plano Piloto através da preservação de suas escalas urbanas significa admitir **graus de flexibilidade** desde que não haja comprometimento ou interferência negativa com a interação entre elas tal como formulado na proposta original.

No que se refere à escala bucólica, conceitua a arquiteta, como aquela integrada tanto por áreas non-aedificandi, quanto por ocupações (edificações) rarefeitas:

Entende-se por escala bucólica aquela configurada pelas grandes extensões de áreas verdes que envolvem a área mais densamente edificada - sejam áreas non-aedificandi cobertas de cerrado nativo, bosques rústicos e parques, **ou áreas de ocupação rarefeita**.

Pelo trecho retro-citado, observa-se que a escala bucólica se relaciona tanto às áreas non-aedificandi, como de ocupação rarefeita. Na configuração espacial urbana, a escala bucólica traduz-se no envoltório das áreas com maior densidade de edificações, porém não pode ser considerada sinônimo de área non-aedificandi.[12]

Maria Elisa traz ainda importante contribuição quanto à interação entre as escalas:

Os **elementos determinantes de cada uma dessas escalas** regem, por assim dizer, uma determinada área e “**comandam**” os **elementos complementares** localizados nesta área e com eles interagem.

E é importante observar ainda que numa área regida por determinada escala, podem ocorrer “**inserções**” **com as características de outras escalas**, o que às vezes induz a confusões de interpretação – os comércios locais são inserções de caráter gregário dentro da escala residencial, como as **áreas livres que permeiam os blocos das superquadras são inserções de caráter bucólico na escala residencial** – inerentes, aliás, ao próprio conceito de cidade parque. O fundamental é que **as características e parâmetros de uso e ocupação dessas inserções são determinados pela escala que rege a área onde se situam**.

O Projeto Orla, por exemplo, pode ser considerado uma inserção de caráter gregário dentro da área regida pela escala bucólica – daí as limitações de gabaritos e a ocupação construída restrita.

O Projeto Orla, citado por Maria Elisa, abrange ocupações na orla do lago não previstas no projeto original, em áreas antes consideradas como non-aedificandi.

Ainda, em suas “Notas”, Maria Elisa indica as “áreas regidas por cada uma das escalas urbanas”, esclarecendo que:

A área regida pela escala monumental compreende:

- o Eixo Monumental em toda a sua extensão (inclusive Torre de TV e Praça do Buriti)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

- a Praça dos Três Poderes
- a Esplanada dos Ministérios
- os Setores Culturais (Sul e Norte)
- a parte oeste do que se denomina “Setores de Administração Federal” (Sul e Norte)
- as áreas ocupadas pela Administração Local.

b. Área regida pela **escala residencial** compreende:

- as faixas 100, 300, 500, 700, 900 (Sul e Norte)
- as faixas 200, 400 e 800 (Sul e Norte)
- o Cruzeiro
- os novos bairros Sudoeste e Noroeste (Brasília Revisitada)

.....  
d. A área regida pela **escala bucólica** compreende:

toda a extensão da área tombada não regida pelas escalas monumental, residencial e gregária.[\[13\]](#)

Constata-se, pois, que o bairro Sudoeste faz parte da escala residencial, que “gerencia”os elementos complementares. Dentro desta escala residencial existe a inserção com caráter bucólico, representada pelas áreas livres que permeiam os blocos residenciais. Deve-se considerar, contudo, que tal inserção é comandada pela escala onde se encontra, na hipótese, a escala residencial.

No que tange à escala monumental, Mara Marquez no artigo “Escala Monumental” que integra o documento denominado “Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro”, explana sobre a monumentalidade proposta por Lucio Costa em três momentos distintos: na concepção da cidade; nas transformações ocorridas no Eixo Monumental no processo de implantação da proposta; e ao momento de Brasília reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade. Para a exposição de suas considerações se apoia na divisão da área do Eixo Monumental e área do entorno consideradas na escala monumental ilustrada como a seguir.

As ilustrações e explanações referidas demonstram que a área em litígio está fora dos limites da abrangência da Escala Monumental que se aplica ao Eixo Monumental.[\[14\]](#)

No que concerne à escala bucólica, Maria Elisa esclarece que as ocupações nessa área, por exemplo Setor de Clubes, Setor de Embaixadas, UnB, Projeto Orla, devem apresentar gabaritos baixos e taxas de ocupação restritas. Cita, ainda, ocupações da escala bucólica consolidadas de forma indesejável, ou inevitável, tais como: Vila Planalto, Candangolândia, edifício da Procuradoria Geral da República, anexo do Supremo Tribunal Federal, entre outras[\[15\]](#). Assim se manifesta a referida



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

arquiteta:

A extensa área regida pela **escala bucólica** inclui áreas non-aedificandi e **áreas onde é permitida alguma forma de ocupação (p. ex. Setor de Clubes, de Embaixadas, UnB, Projeto Orla)**. Com o objetivo de manter visualmente a continuidade do verde proposto por Lúcio Costa no Plano Piloto original de 1957, eventuais ocupações nestas áreas só admitem gabaritos baixos e taxas de ocupação restritas, e devem sempre ser envolvidas de arvoredo, inclusive e sobretudo no caso de **ocupações indesejáveis já consolidadas (como a Vila Planalto e a Candangolândia)** ou **inevitáveis (como o edifício da Procuradoria Geral da República, o anexo do Supremo Tribunal Federal e o empreendimento hoteleiro recém lançado entre o Alvorado e o Brasília Palace)**.

Ainda sobre a escala bucólica, Cristiane Gusmão no artigo denominado “Escala Bucólica – os três mosqueteiros são quatro” que integra o documento denominado “Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro”, explicita:

É mesmo difícil estabelecer uma poligonal para a escala bucólica, uma vez que, conforme já exposto, para Lucio Costa o espírito bucólico deve ser sentido em toda a cidade.

Assim, a escala bucólica está presente em diversas áreas, tais como: o Setor de Clubes Esportivos Norte e Sul, o Setor de Hotéis de Turismo Norte e Sul, os setores destinados à Presidência, a Universidade de Brasília, a Área Verde de Proteção e Reserva (AVPR), o Setor Palácio Presidencial (SPP), os Setores de Embaixadas Norte e Sul, o Setor de Mansões Isoladas Norte (SMI/Norte), a Vila Planalto, o Acampamento da Telebrasil, os Setores Terminal Sul e Norte, o Setor Policial e o de Múltiplas Atividades Sul.

Registra-se ainda que a escala bucólica só foi prevista posteriormente às demais<sup>[16]</sup>. Há registro dessa quarta escala, bucólica, na entrevista de Lucio Costa ao jornalista Cláudius Ceccon, publicada no jornal do Brasil de 8/11/1961. Já em 1967, Lúcio Costa se reportava ao seu projeto original, o qual previa, à época, apenas três escalas - monumental, residencial e gregária, da seguinte forma:

A cidade foi, de fato, concebida em função de **três escalas** diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária; o jogo dessas três escalas é que lhe dará o caráter próprio definitivo.<sup>[17]</sup> (os grifos não são do original)

Apesar da citação a posteriori, da escala bucólica, é notório que as quatro funções básicas da vida humana – habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito – foram, ao mesmo tempo, pressupostos para a concepção de Lucio Costa para Brasília e determinações de conceitos a serem observados no desenvolvimento da Nova Capital.<sup>[18]</sup>

A partir no início dos anos 70, porém, o urbanista passou a considerar quatro escalas para Brasília, incluindo a escala bucólica, como se vê no Seminário realizado em 1974, promovido pelo Senador Catete Pinheiro, presidente da Comissão do Distrito Federal.

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Diz Ítalo Campofiorito, no artigo denominado “Brasília Revisitada”, in Revista Eletrônica do IPHAN, novembro de 2005:

Em 1974 no Senado da República lembro-me do retoque bem humorado; como os Três Mosqueteiros, as escalas de Brasília eram quatro: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. Essa quarta maneira de ser capital, fora evidentemente aventada pelo aparecimento dos clubes esportivos e pelo desrespeito crescente à vegetação nativa do cerrado, sem o qual se esvairia o "contraste brusco" entre o artificial e o primevo, destinado a simbolizar a conquista civilizatória do planalto central brasileiro.

Esta quarta escala – escala bucólica – passou a existir oficialmente a partir do documento Brasília Revisitada, de Lúcio Costa. Nesse documento as escalas são tratadas em tópico específico, dentro do item “Características Fundamentais do Plano-Piloto”. Sobre a escala bucólica, o tópico, denominado “1. A interação de quatro escalas urbanas”, registra:

As extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contíguas a áreas edificadas, marcam a presença da escala bucólica.

.....  
E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado – em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas. [19]

**Conclusão Intermediária 4:** As escalas referidas por Lucio Costa, no entanto, não são mapeáveis no território, mas estão presentes e interagem formando as características específicas dos espaços urbanos e suas respectivas funções. As escalas admitem graus de flexibilidade, porém há que se observar a interação entre as mesmas e a concepção urbanística do Plano Piloto. A escala bucólica se faz sentir na harmonia dos espaços ocupados e não ocupados, marcados por extensas áreas verdes ou áreas densamente arborizadas.

18. A concepção do Plano Piloto

19. O projeto original

O projeto do Plano Piloto de Brasília surgiu do concurso público realizado para a escolha da concepção urbanística que deveria nortear a construção da Nova Capital do Brasil, conforme edital publicado no ano de 1956. O referido Edital em sua parte inicial assim estipulava:

A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, com sede na Avenida presidente Wilson, 210, salas 306 e 307, nesta capital, torna pública a abertura do concursos público nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob as normas e as condições estabelecidas no presente Edital. [20]

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Como condições para a inscrição, dispunha em seu item 3:

3. O Plano Piloto deverá abranger:

a) **traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana**, a localização e a interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e das vias de comunicação (escala 1: 25.000).

b) relatório justificativo. [\[21\]](#)

O prazo previsto para as inscrições e o prazo para a apresentação das propostas são estipulados nos itens 2 e 9:

2. As inscrições dos concorrentes estarão abertas dentro de dez dias a partir da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial da União e serão feitas mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão, pelo prazo de quinze dias, contado da abertura das inscrições.

.....  
9. Os trabalhos deverão ser entregues dentro de 120 dias, a partir da data da abertura das inscrições. [\[22\]](#)

Nas informações complementares, remetidas em carta informando a nova redação para itens que suscitaram dúvidas na sua interpretação, é citado o item 15, referente ao desenvolvimento do projeto:

Assim, o artigo 15 deverá ser assim entendido:

“Os autores classificados em primeiro lugar ficarão encarregados do desenvolvimento do projeto, desde que haja perfeito acordo com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil sobre as condições para a execução desse trabalho”. [\[23\]](#)

Em relação às respostas às consultas formuladas registradas na correspondência enviada pelo Diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap ao Instituto dos Arquitetos do Brasil, fornecendo mais informações para o Concurso do Plano Piloto, chama a atenção o item 5 - Ministérios, que provavelmente dimensionaria o programa de necessidade dos espaços urbanos:

5. Ministérios.

Para **os estudos** do Plano Piloto permanece a atual organização ministerial, acrescida de três ministérios. **Somente cerca de 30% dos funcionários serão transferidos.** [\[24\]](#)

O projeto apresentado pelo urbanista Lúcio Costa, que originou a concepção urbana denominada “Plano Piloto” foi escolhido, por júri internacional, como vencedor do certame.

No “Relatório do Plano Piloto”, entregue por Lúcio Costa em decorrência do Edital do Concurso a que se submeteu, o eminente urbanista descreve a respectiva proposta. O eminente urbanista inicia





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

seu Relatório com a seguinte afirmação:

Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária **do partido aqui sugerido** para a nova Capital e também justificar-me.

.....  
Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples maquis do urbanismo, que não pretende prosseguir **no desenvolvimento da idéia** apresentada senão, eventualmente, na qualidade de mero consultor.[25](os grifos não são do original)

20. O desenvolvimento do Projeto
----------------------------------

Em entrevista ao jornalista Claudius Ceccon, do Jornal do Brasil, publicada na Seção de Arquitetura, em 08 de novembro de 1961, Lúcio Costa, ao mesmo tempo justifica a ordenação da cidade, imposta pela premente necessidade de ser estruturada em prazo exíguo, e reconhece a necessidade de acompanhamento constante do desenvolvimento de um município, visando resolver situações não planejadas e que deverão ser solucionadas futuramente pela presença de um urbanista, como se vê do trecho a seguir[26]:

Por outro lado, Brasília contribuiu para a divulgação da existência do planejador, do urbanista. O desenvolvimento de um município não pode prescindir do urbanista, para disciplinar-lhe o crescimento e prever soluções para problemas que ainda não surgiram, mas que virão com certeza.

Pela mesma entrevista verifica-se como as proposições iniciais foram se alterando ao longo do tempo, como demonstra na sua oposição à manutenção de áreas utilizadas provisoriamente pelos construtores da cidade, tais como o Núcleo Bandeirante, afirmando:

Gropius e Le Corbusier sempre foram favoráveis a Brasília e Max Lock ficaria acabrunhado se soubesse que seu testemunho leviano foi invocado para acobertar o **crime urbanístico que se quer agora perpetrar com a oficialização do chamado Núcleo Bandeirante**, quando a solução que se impõe é sangrá-lo progressivamente com a transferência de seus moradores e negócios para a cidade propriamente dita ou para os núcleos satélites localizados fora das vertentes metropolitanas.

O primeiro documento oficial com registros das condições do conjunto urbanístico de Brasília é o “Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto”. Elaborado em 1985, vinte e cinco anos após a inauguração de Brasília, resultou de Convênio entre o Governo do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU da então Secretaria de Viação e Obras – SVO e a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

O documento representa importante registro para o resgate histórico das condições que precederam o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, ato que objetiva a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, ao regulamentar o art. 38 da Lei Federal nº 3.751/60.

Consta no referido documento Brasília 57-85 que o mesmo foi coordenado pelo próprio Lúcio Costa, tendo a supervisão do Engº Luiz Alberto Cordeiro (então Diretor Técnico da TERRACAP) e da arquiteta Tânia Battella de Siqueira (então Diretora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/SVO), sendo executores do Documento os arquitetos Adeildo Viegas de Lima e Maria Elisa Costa (filha de Lúcio Costa).

Na introdução do documento “Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto” – são mencionadas as dificuldades encontradas para a complementação dos projetos referentes ao plano de Lúcio Costa, como se constatana transcrição a seguir:

Desde muito tempo tem sido tarefa difícil a busca de soluções aos problemas de Brasília - Plano Piloto, não só no que diz respeito à **complementação em projetos** como na **definição ou alteração de uso do solo e respectivas normas de edificação**. A maior dificuldade encontrada está, justamente, na busca do **ponto de equilíbrio entre o que é essencial do plano piloto de autoria do Dr. Lucio Costa e, portanto, inalterável, e as soluções que deve a Administração propor, no atendimento às aspirações e demanda da comunidade local**. No trato diário com estes problemas é que pudemos identificar a importância das **questões que não constam consolidadas em documento algum**. Por isso a busca frequente da Secretaria de Viação e Obras, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e da Diretoria Técnica da TERRACAP, à consultoria do Dr. Lucio Costa, constatamos, no decorrer destes cinco últimos anos, que várias questões importantes relativas ao plano piloto, por não estarem explícitas no documento inicial, ficam à mercê de interpretações diversas, inclusive motivo de se conclamar o artigo 38 da Lei 3.751, de 13 de abril de 1960, que diz "qualquer alteração no Plano-Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal.

.....  
A responsabilidade do trabalho no trato dos problemas urbanos do Plano Piloto é ainda maior por ser não só a Capital do País, mas, sobretudo, por ser a concretização de uma concepção urbanística significativa.

Na busca de soluções acertadas, procuramos o ponto de partida: registrar, do ponto de vista do autor do plano piloto, **aquilo de essencial que deve ser preservado, e ao mesmo tempo avaliar o que era intencional mas que, hoje, exige nova postura.**[27](os grifos não são do original)

Faz parte do documento Brasília 57-85 o seguinte prólogo, manuscrito por Lúcio Costa[28], que confere ao mesmo o precioso endosso do renomado urbanista:

Em boa hora a Secretaria de Viação e Obras e a TERRACAP resolveram promover este **confronto**

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

**da proposta original do plano-piloto com a realidade atual de Brasília.**

O trabalho, feito com proficiência e sensibilidade por quem de direito e **cujo teor subscrevo** - com a ressalva de acentuar, tal como nele já consta, que a implantação de novas quadras estará condicionada à previa liberação das áreas retidas pela UNB e do reforço das estações de tratamento originariamente instaladas -, resultou num valioso documento não só para aqueles que terão a responsabilidade de prosseguir na **tarefa de encaminhar a evolução controlada da cidade, tendo em vista o pensamento que a gerou**, como também para melhor entendimento dos usuários que nela vivem e transitam.

De fato, este check-up urbanístico revela que a concepção original vingou, e que apesar de certos vícios congênitos e das mazelas advindas do desconhecimento das verdadeiras intenções do plano e de consequentes erros na sua interpretação, a saudável constituição orgânico-estrutural da **cidade teórica propostae a força das idéias** ali contidas, garantiram-lhe singularidade e vida perene.(os grifos não são do original)

**Valeu a pena.**

*Lúcio Costa*

*05/XI/85*

O Documento registra ainda um breve histórico dos fatos que sucederam ao plano apresentado por Lúcio e como foi sendo realizado o seu desenvolvimento. Há referência de que a Divisão de Urbanismo da NOVACAP, que orientou o desenvolvimento dos primórdios do Plano, foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília no ano de 1964, e que a atuação de Lúcio ainda teve alguma regularidade entre 1964 e 1966. Os registros são de que a partir de 1966 o idealizador do plano não mais acompanhou de forma regular seu desenvolvimento, sendo retomado o contato com o mesmo apenas em 1974, quando veio a Brasília para participar do Seminário promovido pelo Senador Catete Pinheiro, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

O entendimento é de que o projeto vencedor do concurso de 1956 não se tratava de um projeto executivo. É notória a intenção de apresentação de um “Plano Piloto”, no estrito sentido da palavra, ou seja um plano piloto a ser desenvolvido com base em premissas e linhas básicas para a cidade a ser construída. Além disso, os prazos previstos não deixam dúvida das intenções contidas no Edital do concurso nacional, ou seja não se mostra factível o desenvolvimento de um projeto urbanístico completo em prazo tão exíguo.

21. Detalhamento das modificações iniciais do projeto original do Plano Piloto – conforme documento Brasília 57-85
--

Embora o propósito básico tenha sido a manutenção da fidelidade ao projeto original do Plano

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Piloto de Lúcio Costa, surgiram desde logo adaptações e alterações em relação à proposta original. O documento Brasília 57-85 sintetiza essas alterações, dentre as quais se destacam as apresentadas a seguir.

**22. Deslocamento do Conjunto Urbanístico para leste e criação das Quadras 400:**

O trecho do referido documento Brasília 57-85 assim registra:

A primeira delas precedeu o próprio desenvolvimento e foi sugerida por Sir Willian Holford, membro da Comissão Julgadora do concurso para o plano-piloto: **o conjunto da cidade deslocou-se para leste, e os lotes residenciais passaram para o outro lado do lago.** A razão deste deslocamento foi reduzir a extensão de área vazia entre a cidade e a água, a seu ver vulnerável, no futuro, a pressões no sentido de uma ocupação indevida. Suas consequências foram tornar o Eixo Rodoviário mais arqueado e mais curto - comprimindo as faixas 01 - e dobrar a extensão do trecho oeste do Eixo Monumental, de vez que a Estação Ferroviária foi deslocada no outro sentido. Decorre ainda deste deslocamento o fato dos Setores Comercial e Bancário Norte terem ficado em cota nitidamente mais baixa do que a da Plataforma Central.

Em seguida, foi criada pela Divisão de Urbanismo mais uma ordem de Superquadras do lado leste, retangulares e com gabarito de três pavimentos, destinados à construção dos blocos residenciais econômicos que o plano original propunha com 6 andares, nas próprias Superquadras (ver item 17 do relatório do P.P). Em consequência, a L-2 deslocou-se para leste, deixando, portanto de servir diretamente aos setores bancários. Cabe observar que a faixa 400 corresponde à localização proposta pelo plano piloto para as embaixadas. [29] (os grifos não são do original)

Verificam-se aí duas importantes modificações do plano piloto original: o deslocamento de todo o conjunto urbanístico para mais próximo do lago, com a transferência dos lotes para habitações individuais para o outro lado do lago, e a criação das Quadras 400, antes não previstas, com edifícios de três andares no local anteriormente indicado para as embaixadas.

**23. Alteração na destinação das Quadras 700 da Av. W-3 Sul:**

Áreas destinadas, pelo projeto original de Lúcio Costa, à implantação de floriculturas, horta e pomar, correspondentes às atuais Quadras 700 da Av. W-3, passaram a ter destinação habitacional, com a construção de casas geminadas idealizadas pela então Divisão de Arquitetura da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, como registrado no seguinte trecho:

**A faixa destinada à “floricultura, horta e pomar”** (item 16 do relatório) a oeste da W-3 Sul **foi utilizada para a construção urgente de casas geminadas** (projeto de arquitetura e implantação da Divisão de Arquitetura) para permitir a transferência dos primeiros técnicos para Brasília com suas famílias, já em 1958, ocupação esta iniciada no meio da Asa Sul, estendendo-se posteriormente ao longo de toda a faixa 700. [30] (os grifos não são do original)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

24. Criação dos Setores de Grandes Áreas – SGA/Norte e SGA/Sul:

O Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal também definiu, além do previsto no projeto original do Plano Piloto, a criação dos Setores de Grandes Áreas Leste e Oeste para abrigar templos e escolas particulares, dando origem às vias W-4 e W-5 [31], como se verifica do abaixo transcrito:

Para permitir o **atendimento à contínua demanda para instalação de templos** de diferentes religiões e seitas e **dos colégios particulares** - de vez que a intenção do governo era preencher as áreas destinadas pelo plano a essa função com a rede pública de ensino - a Divisão de Urbanismo propôs a criação dos chamados Setores de Grandes Áreas a leste da L-2 e a oeste das casas geminadas, **dando origem às vias W-4 e W-5**. A criação destes setores visava ainda assegurar que a implantação residencial ao longo do Eixo Rodoviário fosse feita exatamente como previsto na proposta original de vez que se tratava de um dos aspectos fundamentais do plano-piloto. [32](os grifos não são do original)

25. Criação dos Setores Hospitalar, de Autarquias, de Rádio e TV e dos Tribunais e ampliação dos Setores Comerciais e Setores Bancários na Zona Central:

Outra modificação realizada sobre o projeto original foi a criação, na Zona Central do Plano Piloto, dos Setores Hospitalares, de Autarquias, de Tribunais e de Rádio e TV [33]. Foi aumentada a área para os Setores Comerciais e Bancários, como contido no trecho a seguir:

**E foi ampliada a zona central da cidade**, incorporando as faixas 01 sul e norte e a parte inicial das faixas 400 e 700 – envolvendo, portanto, os quarteirões centrais previstos pelo plano: **surgiram os Setores Hospitalares, os das Autarquias, Tribunais e Rádio e TV, além do acréscimo de área nos Setores Comerciais e Bancários**. [34](os grifos não são do original)

Já naquela época o documento Brasília 57/85 registra a necessidade de revisões futuras, haja vista que as modificações trouxeram grande repercussão sobre o sistema viário originalmente proposto, porém as implicações não foram tratadas pelas proposições adotadas. A crítica é clara na leitura do texto:

Apesar dessas primeiras alterações serem todas justificáveis, houve uma postura ambígua na forma de abordá-las: as modificações em si foram assumidas, mas as implicações viárias correspondentes não o foram; .....[35]

26. Alterações da área lindeira ao Eixo Monumental

Essa modificação é afeta diretamente à área alvo da Ação Civil Pública.

Lúcio Costa, em seu projeto original, previa utilizações diversas para as áreas lindeiras ao Eixo Monumental, em sua porção oeste, ou seja da Torre de TV até a Estação Ferroviária. Trecho do

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

“Relatório do Plano Piloto” esclarece:

12. O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê de planta triangular, com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos studios e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura (Figura 12).

De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro o hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões.

13. Na praça Municipal, instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

14. Acima do setor municipal, foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra, os quartéis e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.<sup>[36]</sup>

A citada Figura 12 se configura em um croqui da torre radioemissora, atualmente conhecida como Torre de Televisão de Brasília.

Pelo registrado nos itens retro transcritos, a conformação da área se caracteriza como de ocupação. O primeiro trecho, mais próximo da torre, teria ao norte do eixo monumental o estádio e em seus fundos o Jardim Botânico, e ao sul o hipódromo, com as respectivas tribunas e vila hípica, e em seus fundos, o Jardim Zoológico. Em um segundo trecho, acima do setor municipal, ficariam as garagens da viação urbana e dos dois lados do Eixo, os quartéis. No entanto esse discurso relata o conceito original, antes de seu deslocamento em direção ao lago, atendendo sugestão de Sir Willian Holford<sup>[37]</sup>, conforme exposto no item 10.3.1 deste Laudo.

O Código de Edificações de Brasília, aprovado pelo Decreto N nº 596, de 8 de março de 1967, relacionava, dentre outras, as áreas lindeiras do eixo Monumental como pertencentes à denominada Zona Verde, conforme exposto no item 12.3 deste Laudo.

Em relação às ocupações lindeiras ao lado sul do Eixo Monumental, **região onde se encontra a área objeto da Ação Civil Pública**, constam do documento “Brasília 57-85” as seguintes **transformações** do projeto original:

A área destinada de início a Jockey Clube e Jardim Zoológico, do lado sul, foi ocupada, desde muito cedo, pelo Setor de Indústrias Gráficas e pelo Observatório Meteorológico, tendo sido criado, nos

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

anos 70, o Parque da Cidade, a oeste das Grandes Áreas Sul e ao longo de toda a Asa Sul.[38]

Em respeito à implantação residencial contígua ao Observatório Meteorológico e o Eixo Monumental o documento Brasília 57-85 registra:

Levando em conta a extensão do prolongamento do Eixo Monumental entre o Memorial JK e a Ferroviária, bem como a existência próxima de áreas residenciais, **Lucio Costa**, depois de sua recente ida a Brasília, sugeriu a utilização de **duas faixas fronteiras ao Eixo, uma contígua ao Observatório Meteorológico** e outra ao Setor Militar Urbano para retomar a **implantação residencial** econômica originariamente sugerida – e desfigurada – no Cruzeiro Novo.[39](os grifos não são do original)

Em decorrência do documento Brasília Revisitada, a área contígua ao Observatório Meteorológico passou a compor a escala residencial, em razão da proposição do Bairro Oeste Sul, atual Setor Sudoeste.As ocupações residenciais multifamiliares eram previstas em edificações de três e seis andares, admitindo Quadras Econômicas (com pilotis e três pavimentos) para suprir a demanda habitacional popular e Superquadras (com pilotis e seis pavimentos), para a classe média:

Chegando a Brasília propriamente dita, seis áreas comportam **ocupação residencial multifamiliar**; sendo diretamente vinculadas ao "Plano Piloto" passam, por conseguinte, a **interferir no jogo das escalas urbanas**.

**As duas primeiras (A e B), na parte oeste da cidade**, resultam da distância excessiva entre a Praça Municipal e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento decorrente do deslocamento do conjunto urbano em direção ao lago recomendado por Sir William Holford no julgamento do concurso.

Na implantação dos **dois novos bairros a oeste — Oeste Sul e Oeste Norte** — foram previstas Quadras Econômicas (pilotis e três pavimentos) para responder à demanda habitacional popular e Superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto. [40](os grifos não são do original)

#### 27. Setor de Áreas Isoladas Sudoeste

Entre outras alterações registradas no documento Brasília 57-85, destaca-se a menção ao Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, onde se encontram instaladas a Polícia Federal, o SNI e outros órgãos:

A oeste da E.P.I.A, o Setor de Indústria e Abastecimento e o Setor de Abastecimento e Armazenagem, desenvolveu-se sobretudo do lado sul, tendo sido aí instaladas também atividades de outro tipo, que demandavam grandes áreas, e centros de compras como o Park Shopping e o Carrefour.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

O Setor de Áreas Isoladas Sudoeste com as instalações da Polícia Federal, SNI etc, ocupou extensíssima área, em princípio "non-aedificandi", além do Cemitério Sul.<sup>[41]</sup>

Note-se que a referida alteração resultou na ocupação de áreas inicialmente consideradas como non-aedificandi.

**Conclusão Intermediária 5:** A destinação de uso original da área em questão, conforme projeto vencedor do concurso público, era para grandes equipamentos regionais, quais sejam hipódromo, com as respectivas tribunas e vila hípica, e Jardim Zoológico. O documento Brasília 57-85, que contou com a supervisão de Lúcio Costa, considera que essa área passa a ter destinação residencial. Entende-se portanto que a área, desde o projeto original, efetivamente é de ocupação, não se caracterizando como uma área onde não poderiam haver edificações.

28. Alterações introduzidas pelo documento Brasília Revisitada

As alterações registradas no conjunto urbanístico de Brasília oriundas do documento Brasília Revisitada são tratadas no item 11 deste Laudo.

29. Outras modificações – após o documento Brasília Revisitada

30. A criação e expansão do Setor de Administração Federal Sul

Trata-se de setor não previsto quando da proposição original de Lucio Costa para o Plano Piloto, tendo sido criado e implantado posteriormente. Surgiu, na década de 70, em resposta à crescente demanda por áreas para abrigo das atividades relacionadas à administração.

O setor foi implantado em área diretamente relacionada à escala monumental, compreendendo ainda ocupação de grandes áreas verdes, integrantes da escala bucólica.<sup>[42]</sup>

No documento “Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro”, editado pelo Governo do Distrito Federal para divulgação do conhecimento sobre Brasília, o artigo elaborado por Mara Souto Marquez e Antônio O. Mello Júnior, sob o título “Escala Monumental” traz trecho esclarecedor sobre a origem do Setor de Administração Federal Sul e sua expansão e complementação:

Fora do Eixo:

Praça dos Tribunais Superiores: uma ausência...

Setor de Administração Federal Sul e Setor de Administração Federal Norte: uma complementação?

No edital do Concurso Nacional para a Nova Capital não foram fornecidas informações suficientes sobre a estrutura do governo que possibilitassem o desenvolvimento de um programa de atividades que desse suporte ao projeto. Nele não constavam informações sobre número de servidores, dimensionamento das áreas necessárias, tampouco a relação de órgãos superiores, que, dada a sua posição hierárquica, mereceriam um posicionamento apropriado na configuração do eixo cívico-

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

administrativo da cidade.

Como consequência, a instalação do Poder Judiciário na Praça dos Três Poderes ficou limitada ao edifício-sede do Supremo Tribunal Federal. Seus órgãos superiores, de hierarquia correspondente à dos ministérios, não foram contemplados no Eixo Monumental.

Do mesmo modo, **não foram previstas**, na zona cívico-administrativa, áreas hierarquicamente adequadas para órgãos essenciais à fiscalização e ao cumprimento das leis de proteção dos cidadãos, tais como o **Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República, o Tribunal de Contas da União**.

Assim, em 1963, foi criada uma praça, no Setor de Autarquias Sul, para abrigar os principais tribunais do país, denominada Praça dos Tribunais Superiores.

Logo após o começo do funcionamento efetivo da cidade (1963), as equipes técnicas responsáveis por seu planejamento deram início a um processo que se intensificou nos anos seguintes: a **criação de lotes isolados**. Diante das novas demandas surgidas no desenvolvimento do Plano Piloto de Brasília, principalmente aquelas dos órgãos do Poder Judiciário, a postura dos planejadores foi de atendê-las em áreas relativamente isoladas do conjunto urbano, porém próximas, ao invés de adequá-las a setores preexistentes. Assim, foram criados os **Setores de Administração Federal**, na década de 1970, no quadro da expansão da máquina estatal e do “milagre brasileiro”, em decorrência da necessidade de ampliar a área disponível para as atividades diretamente vinculadas à administração federal. A fase inicial de sua ocupação corresponde à implantação de uma sequência de **edifícios anexos aos ministérios**, projetados por Oscar Niemeyer em 1978, lindeiros ao terrapleno da Esplanada, junto às vias ao sul (S2) e ao norte (N2) do Eixo Monumental, com cota de soleira no nível dessas vias e cota de coroamento em um nível um pouco acima do piso da Esplanada.

Contudo, a frequente demanda por novas áreas para a instalação de órgãos da administração federal levou o governo local a ampliar os Setores de Administração Federal. Vários estudos de parcelamento foram elaborados para a área situada ao sul da via S2, onde prevaleceu outra forma de ocupação do solo com a criação de lotes de grandes dimensões diferentemente das projeções previstas nos setores originais do Plano Piloto. Nesses lotes foram instaladas as sedes do Tribunal de Contas da União, da Procuradoria-Geral da República, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, além das áreas para a expansão da Câmara dos Deputados (no lado sul) e do Senado Federal (no lado norte).

O resultado da implantação desses setores nas bordas da Praça dos Três Poderes foi o comprometimento do desempenho intencionado por Costa, quando, em seu projeto, delimitou o espaço, estabelecendo claramente a contraposição entre cheios e vazios, entre figura e fundo.

As construções alteraram não só a relação originalmente desejada entre o terrapleno e o cerrado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

como concorreram francamente com o marco visual do Congresso Nacional, enfraquecendo sua característica original de referencial em altura no centro cívico-administrativo. [43](os grifos não são do original)

O Setor de Administração Federal Sul – SAF/Sul foi ampliado sucessivamente a partir de 1990, sendo objeto de diversas alterações e criação de novos lotes para atendimento às solicitações da Administração Federal para disponibilização de novos espaços.

Inicialmente as modificações foram decorrentes de projetos do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, amparadas na excepcionalidade introduzida pela Portaria do IBPC nº 314/92, que permitia complementações ao Plano Piloto original, desde que encaminhada pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Frente ao fato, o Setor contou com os projetos arquitetônicos de vários prédios ali construídos assinados por Oscar Niemeyer.

Posteriormente foram surgindo no Setor vários projetos urbanísticos de parcelamento, aprovados ao longo do tempo, que resultaram na criação de lotes em área pertencente à escala bucólica [44] e também em área considerada, originariamente, como *non-aedificandi*. Enquadram-se neste caso os seguintes atos:

- Decreto nº 12.457, de 02/07/90 [45], que homologa a Decisão 097/89 do CAUMA, e aprova a ampliação do Lote 01 da Quadra 06 do SAF/Sul, destinado à sede do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sendo o respectivo Memorial Descritivo representado pelo MDE 12/90;
- Decreto nº 16.041, de 04/11/94 [46], que aprova os projetos de parcelamento do SAF/Sul, consubstanciados nos MDE 88/91 e 67/93 e nos URB 88/91 e 67/93, revogando o Decreto nº 15.008, de 16/09/93. No MDE 88/91 consta que o Projeto do SAF/Sul é composto por um novo parcelamento, por um bosque e por área para parcelamento futuro. Explicita que o parcelamento além de oferecer novas unidades imobiliárias, ocupando espaços vazios no setor, reendereço lotes que já se encontravam registrados em cartório. Por sua vez, o MDE 67/93 cria o lote 01 da Quadra 08 do SAF/Sul destinado ao Tribunal Superior do Trabalho – TST;
- Decreto nº 21.412, de 03/08/2000 [47], que aprova o projeto de parcelamento do SAF/Sul, consubstanciados nos MDE 02/2000, no URB 02/2000 e NGB 38 a 43/2000, anula o Projeto de Urbanismo URB 88/91, anteriormente aprovado pelo Decreto 16.041/94, acima referido;
- Decreto nº 22.750, de 27/02/2002 [48], que aprova o projeto urbanístico de parcelamento dos Lotes 02, 03 e 04 da Quadra 06 do SAF/Sul, consubstanciados no MDE 14/01 e URB 14/01;
- Decreto nº 23.894, de 08/07/2003 [49], que aprova o Projeto Urbanístico de Parcelamento do Lote “M” do SAF/Sul, consubstanciados no MDE 16/03 e URB 16/03 e destinado à implantação do Espaço Cultural Israel Pinheiro.
- Decreto nº 28.052, de 20/06/2007 [50], que aprova projeto urbanístico de remembramento dos lotes 01 e 02 da Quadra 07 do SAF/Sul e a incorporação aos referidos lotes da área pública de uso comum do povo (*non-aedificandi*) de 7.305m² situada entre os mesmos.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Note-se que citado Decreto nº 23.894/2003, é decorrente da Lei Complementar nº 670, de 27/12/2002, que autorizou a desafetação de área comum do povo com superfície total de 3.000m², localizada no Bosque dos Constituintes, na Praça do Três Poderes, para a criação de lote destinado ao uso institucional para a edificação do Espaço Israel Pinheiro.

Da mesma forma, o Decreto nº 28.052/2007 incorporou área non-aedificandi, de uso comum do povo, aos lotes objeto do projeto urbanístico aprovado.

31. Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS

Ao se referir ao Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, que originalmente integrava a área destinada a grande extensão de área verde[51] (ou escala bucólica, como muitas vezes denominada) Cristiane Gusmão esclarece que corresponde à mancha “D” indicada no documento Brasília Revisitada como para expansão habitacional, mas projetado pelo Governo do Distrito Federal a partir de 1997 para fins não habitacionais:

.....O projeto do **Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS)**, na interseção entre a Epia e a linha do metro, tendo sido desenvolvido em período concomitante com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de 1997, guardou coerência com uma de suas diretrizes.

.....

O setor possui lotes de grandes dimensões, destinados a usos variados como o nome sugere, quase todos ainda desocupados, à exceção de um no Trecho 3, ao sul da linha do metrô, e um no Trecho 4, ao norte dela. **Ocupa a mesma área anteriormente identificada para habitações coletivas de características econômicas – a “Área D” do estudo Brasília Revisitada.** Lucio Costa imaginou que as margens da Epia, pela proximidade com o Plano Piloto, seriam adequadas a uma ocupação semelhante à que já ocorre no Cruzeiro Novo, com certa densidade, mas pouco verticalizada, destinada a proporcionar uma alternativa de moradia próxima do local de trabalho – haja vista a concentração de atividades comerciais na margem oposta da estrada – com menor custo. Não seria um modelo de ocupação típico da escala bucólica, e por isso Costa o sugere apenas ao longo das Estradas-Parque

.....

A opção do Governo do Distrito Federal, ao parcelar a Área D do Brasília Revisitada para usos não residenciais, deveu-se justamente à existência de centros comerciais ao longo da mesma via, mas considerou também a carência de áreas para grandes equipamentos comerciais em todo o conjunto tombado e a boa condição de acessibilidade à área, proporcionada pela chegada do metrô.

A preocupação com a manutenção das baixas taxas de ocupação que protegeriam a escala bucólica não foi, como ficou claro na citação anterior, negligenciada por Costa quando sugeriu a Área D. No entanto, o Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS) acabou por ter taxas de construção muito

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

elevadas em relação às demais áreas bucólicas, o que resultou em edifícios com massa edificada grande e concentrada, incompatíveis com o que se deseja para os setores abordados neste texto. Em função do porte dos estabelecimentos comerciais existentes e previstos, e também da previsão de um equipamento urbano de abrangência metropolitana, o novo Terminal Rodoviário Interestadual, esta é atualmente uma das frações mais frágeis da área predominantemente bucólica.

Com o adensamento das construções na área lindeira à Epia, previsto no projeto urbanístico do Trecho 3 do SMAS, elaborado em 1997, somado ao risco de alastramento desse modelo de ocupação até a Asa Sul – que Lucio Costa já temia quando ele mesmo propôs a ocupação dessa área –, optou-se pela mesma solução adotada na borda oeste do Plano Piloto: a implantação de um parque de lazer e recreação, denominado Parque das Aves, que se estenderia desde o limite do SMAS até a extremidade da Asa Sul, onde há anos existe o Setor Policial. [52](os grifos não são do original)

Verifica-se, pois, um exemplo de área que originalmente integraria a escala bucólica, mas que posteriormente foi sugerida por Lúcio Costa, em Brasília Revisitada, para integrar a escala residencial (Mancha “D” do Brasília Revisitada). Essa área foi finalmente utilizada, conforme detalhamento de estudos posteriores ao Brasília Revisitada, como integrante da escala gregária, com utilização não residencial. [53]

**Conclusão Intermediária 6:** É evidente que a cidade ainda está em processo de consolidação e se acomoda para atender às demandas inerentes ao crescimento das funções urbanas. As transformações ocorridas no Setor de Administração Federal Sul – SAF/Sul, notadamente parcelamentos posteriores a 1990, e no Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS reforçam a necessidade de realização de estudos mais abrangentes para definir ocupações futuras ou alteração de uso.

32.

33. O documento “Brasília Revisitada 1985/1987”

O documento traduz-se em uma revisitação do projeto original, realizada por seu autor, em que procura enfatizar as características fundamentais do plano, prevendo também uma complementação do mesmo quanto à ocupação residencial.

Lucio Costa se posiciona, nesse documento, como autor de **ponderações** sobre a evolução de seu Projeto original para o Plano Piloto, tratando sobre complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. Na Introdução do documento destaca-se o agradecimento de Lucio Costa na participação da elaboração do documento Brasília Revisitada:

Agradeço ao Governador José Aparecido de Oliveira bem como ao seu Secretário de Viação e Obras Carlos Magalhães por esta oportunidade de ainda fazer algumas ponderações. [54]



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Tem como estrutura os seguinte tópicos:

- Introdução;
- Características fundamentais do Plano-Piloto:

A interação de quatro escalas urbanas;

A estrutura viária;

A questão residencial;

A orla do lago;

A importância do paisagismo;

A presença do céu;

O não alastramento suburbano;

- Complementação e preservação;
- Adensamento e expansão urbana do “Plano Piloto”;
- Conclusão.

O Decreto nº 10.829/87, que se refere ao documento Brasília Revisitada, apresenta dois mapas: um que delimita a área de preservação, e outro (Anexo II) onde são identificadas as áreas de Adensamento e Expansão Urbana do “Plano Piloto”. O desenho-base para os dois mapas publicados no DODF é o mesmo. Os mapas são complementares entre si, para o entendimento das concepções urbanas de Brasília, apresentadas no corpo do Decreto e ao longo do texto do documento Brasília Revisitada. [55]

Destaca-se o posicionamento do autor do Documento em respeito às áreas ainda desocupadas da Capital:

.....Brasília preenche suas áreas ainda desocupadas **e quer se expandir**.

Não menos evidente é o fato de que — por todas as razões — a capital é histórica de nascença, o que não apenas justifica mas exige que se preserve, para as gerações futuras, as **características fundamentais** que a singularizam.

É exatamente na concomitância destas duas contingências que reside a peculiaridade do momento crucial que Brasília hoje atravessa: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original, de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem. [56] (os grifos não são do original)

Com essa premissa, Lúcio Costa discorre em seu documento sobre as características fundamentais do Plano Piloto, enfatizando a interação entre as quatro escalas urbanas: a escala monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

A seguir, trata no Capítulo sobre “Complementação e Preservação” a respeito das faixas que deverão ser preservadas, como “as áreas livres, não edificáveis, que se situam entre a cidade e a orla do lago”. No capítulo seguinte discorre sobre o “Adensamento e Expansão Urbana do Plano Piloto.

**34. As propostas para Adensamento e Expansão Urbana do Plano Piloto**

No capítulo sobre o “Adensamento e Expansão Urbana do Plano Piloto”, o documento Brasília Revisitada traz:

Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação — predominantemente residencial — em áreas próximas do “Plano Piloto”, ou seja, na bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade parque — “derramada e concisa” — sugerida como traço urbano diferenciador da capital.<sup>[57]</sup>

Em decorrência, apresenta proposições, para Quadras Econômicas e Expansão da Escala Residencial Original, como a seguir.

**35. Quadras Econômicas,**

Implantação intermitente de sequências de Quadras Econômicas ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites. Para ilustrar a proposta apresenta um mapa em que consta a indicação onde tais quadras seriam implantadas.<sup>[58]</sup>

Registra-se que destas, apenas a Quadra denominada Setor Habitacional Lucio Costa, na EPTG, foi implantada pela Administração<sup>[59]</sup>.

**36. Expansão da Escala Residencial Original**

Seis áreas vinculadas ao “Plano Piloto”, conforme ilustração do Desenho 1 apresentada no item 12.1 deste documento, são sugeridas para ocupação residencial multifamiliar, como uma expansão da escala residencial originalmente sugerida:

**As duas primeiras (A e B), na parte oeste da cidade**, resultam da distância excessiva entre a Praça Municipal e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento decorrente do deslocamento do conjunto urbano em direção ao lago recomendado por Sir William Holford no julgamento do concurso.

A terceira (C), já proposta em 1984, está ligada à intenção de se fixar a Vila Planalto.

A quarta (D), é sugerida pela existência de centros comerciais consolidados na área fronteira.

E as duas últimas (E e F) visam abrir perspectiva futura de maior oferta habitacional multifamiliar em áreas que, embora afastadas, vinculam-se ao núcleo original tanto através da presença do lago

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

como pelas duas pontes que se pretende construir (a primeira pessoa a me alertar para tal possibilidade foi o economista Eduardo Sobral, mais de 10 anos atrás). Poderiam ser chamadas "Asas Novas" — Asa Nova Sul e Asa Nova Norte.

Na implantação dos **dois novos bairros a oeste — Oeste Sul e Oeste Norte** — foram previstas **Quadras Econômicas** (pilotis e três pavimentos) para responder à demanda habitacional popular e **Superquadras** (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto.<sup>[60]</sup> (os grifos não são do original)

Note-se que dentre essas seis novas áreas residenciais, sugeridas por Lúcio Costa em Brasília Revisitada, somente foram confirmadas pelo Governo do Distrito Federal aquelas nominadas como Áreas "A" e "B", correspondentes ao Setor Sudoeste e Setor Noroeste e cujas manchas são assinaladas no mapa de fls. 38 do DODF de 23/10/87. As demais foram descartadas formalmente ou ainda não obtiveram qualquer direcionamento que induza a sua ocupação.<sup>[61]</sup>

37. Uso Condominial no Setor de Mansões Park Way

Proposta de admissão do uso condominial na área das Mansões criadas por Israel Pinheiro (SMPW) preservando metade da área (10.000m<sup>2</sup>) para a casa principal e permitindo que o restante pudesse ser ocupado por até 5 (cinco) novas unidades<sup>[62]</sup>.

Tal proposta foi modificada, conforme se verifica do então Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, aprovado pela Lei nº 353, de 18 de novembro de 1992, que assim dispôs<sup>[63]</sup>:

Art. 19 – Nos setores de Mansão Park Way – SMPW; de Mansões Dom Bosco – SMDB; de Mansões do Lago – SML; de Mansões Isoladas – SMI; e nas Chácaras (CH) do Setor de Habitações Individuais Sul, será admitida a instituição de condomínios por unidades autônomas, na forma da alínea "a" do artigo 8º da Lei Federal nº 4591, de 16 de dezembro de 1964, tendo toda a área comum com a zeladoria, circulação, equipamentos de lazer e serviços. (ALTERADO - Lei nº 495, de 20 de julho de 1993).

§ 1º - Os lotes com 20.000 (vinte mil) m<sup>2</sup> **poderão ter até 8** (oito) habitações.

§ 2º - Os lotes com áreas menores que as do § 1º terão menos de oito habitações, mantida a proporcionalidade com a área.

§ 3º - O Poder Executivo regulamentará o presente artigo no que couber.

Os Planos Diretores subsequentes mantiveram tais preceitos.

38. A evolução das recomendações do Brasília Revisitada:

Destaca-se que Lúcio Costa condicionou suas sugestões de adensamento e expansão residencial à

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

elaboração de estudos que avaliassem condicionantes tais como “abastecimento de água e energia, transporte, saneamento, preservação do meio ambiente, controle da poluição do Lago Paranoá e a proteção da área a ser ocupada pela futura represa do São Bartolomeu” (represa essa descartada posteriormente pela Administração), que deveriam integrar, “como um todo, as novas proposições e o planejamento do território do Distrito Federal”.

Em respeito a esse tema, o texto do documento Brasília Revisitada traz:

Quanto ao escalonamento, no tempo, das implantações aqui sugeridas **cabe ao Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras coordenar os estudos** a serem feitos conjuntamente com as demais Secretarias e concessionárias de serviços públicos a fim de definir com segurança **o melhor procedimento**, bem como as tecnologias a serem utilizadas, tendo em vista o abastecimento de água e energia, o transporte, o saneamento e a preservação do meio ambiente, o controle da poluição do Lago Paranoá e a proteção da área a ser ocupada pela futura represa do São Bartolomeu — **integrando, enfim, como um todo, as novas proposições e o planejamento do território do Distrito Federal.**<sup>[64]</sup>(os grifos não são do original)

A maioria das manchas sugeridas por Lúcio Costa não foi apropriada pelo Governo do Distrito Federal, vez que suas implementações na forma sugerida foram desaconselhadas, ao longo do tempo, por diversos fatores.

Assim, a “.....implantação intermitente da sequência de quadras econômicas, ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites”<sup>[65]</sup>, sugerida por Lúcio em Brasília Revisitada, somente foi aproveitada em relação ao Conjunto Habitacional Lúcio Costa, na EPTG, não havendo sido repetida a experiência em outros locais, conforme imaginado pelo urbanista.

No que concerne às manchas indicadas no mesmo Documento, somente foram aproveitadas as áreas “A” (Setor Sudoeste) e “B” (Setor Noroeste) e, com algumas restrições, a Área “F”.

A denominada área “C”, que comporia “um renque de pequenas Quadras (240x240m) com gabarito de quatro pavimentos sobre pilotis ao longo da via localizada entre a Vila Planalto e o Palácio da Alvorada (área C)...”<sup>[66]</sup>, como forma de barrar a expansão da Vila Planalto, não foi adotada, vez que estudos urbanísticos realizados pelo Distrito Federal, a desaconselharam.

A área “D”, que corresponde hoje ao Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, foi sugerida, à época do Brasília Revisitada, para ocupação residencial, na forma de “renque singelo de pequenas quadras (como as Quadras Planalto, com pilotis e quatro pavimentos) ou de Quadras Econômicas (pilotis e três pavimentos)”<sup>[67]</sup>. Conforme já esclarecido esta mancha passou a abrigar edificações com uso não-habitacional.

A área “E” (situada externamente à área tombada), denominada por Lúcio de “Asa Nova Sul”, e que seria objeto de “ocupação linear, também na forma de pequenas quadras como as Quadras Planalto, com gabarito uniforme de 4 pavimentos sobre pilotis e cercadura arborizada”<sup>[68]</sup>, não foi também

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

assimilada e hoje corresponde ao Parque do Rasgado.

No que se refere à área “F” (situada externamente à área tombada), o Brasília Revisitada indica como extensa área que deverá comportar ocupações de baixa, média e alta renda, onde seriam previstas Quadras Econômicas ou conjuntos geminados (incluindo a fixação da Vila Paranoá), edifícios sobre pilotis de 04 andares e parcelamentos em lotes individuais. Parte dessa área corresponde ao Setor Habitacional Taquari.

A proposta de Lúcio Costa para a subdivisão das Mansões do Park Way, em terrenos de 20.000m² constituía-se na preservação de 10.000m² para a residência principal e possibilidade de subdivisão do restante em até 5 unidades, sob a forma condominial, podendo também ser instalados clubes de recreio[69]. Tal solução foi modificada pelo Distrito Federal, que desde o primeiro Plano Diretor do Distrito Federal, representado pela Lei nº 353, de 18/11/92, permitiu a subdivisão, sob forma condominial, dos lotes do Setor de Mansões Park Way – SMPW em até 08 (oito) unidades autônomas, para os lotes com 20.000m², sem necessidade de reserva de parcela com 10.000m².

Constata-se, portanto que, em razão dos estudos realizados e das condições subsequentes, ocorreram modificações e até desistências das recomendações apresentadas por Lúcio Costa, em Brasília Revisitada.

Verifica-se que o Decreto nº 10.829/87 apresentava dois anexos:

- Anexo I – documento *Brasília Revisitada*;
- Anexo II – mapa das áreas de Expansão da Escala Residencial.

No § 1º do art. 1º que remete a esses anexos a citação é de que devem ser obedecidas “as recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000 e que constituem os Anexos I e II deste Decreto”. Ocorre que o mapa publicado como Anexo II apresenta a escala 1/100.000 (acostado à fl 69 do processo em pauta).

O mapa que consta da fl 39 do DODF de 27/10/87 traz como título “Delimitação da área de preservação. Decreto nº 10.829/87 de 27 de outubro de 1987 (art. 1º § 2º)”, porém, não é citado no corpo do Decreto. Esse mapa também é apresentado em escala 1/100.000.

Assim, entende-se que:

- o mapa constante no Anexo II do Decreto nº 10.829/87 é indicativo de proposições para detalhamentos futuros, que se traduzirão nos instrumentos operacionais de fato[70];
- o mapa da referida fl 39 delimita claramente a área de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Registra-se ainda que a condição propositiva do mapa constante do Anexo II não se relaciona à escala gráfica em que os mesmos é apresentado, mas à natureza de seu conteúdo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

A escala 1: 100.000 é utilizada em grande parte em documentos estratégicos de planejamento territorial, tais como Planos Diretores e Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) dentre outros.

O que diferencia a concepção de um instrumento operacional de planejamento territorial é a quantidade e profundidade de estudos prévios realizados que acompanham o estudo. Quando do documento Brasília Revisitada, os estudos necessários ao detalhamento do mapa constante do Anexo II ainda não haviam sido feitos, como é explicitado no próprio documento. Torna-se irrelevante, portanto, a comparação de escalas entre vários documentos.

No caso do Zoneamento previsto pelo PDOT, conforme Lei Complementar Distrital 803/2009, os memoriais descritivos dos perímetros das Macrozonas e das Zonas publicados no Decreto Distrital 30.301/2009 refletem as diretrizes da referida Lei, haja vista que a elaboração do PDOT se deu por meio de extensos e complexos estudos técnicos. O referido Decreto se limitou à explicitação das coordenadas georreferenciadas que compõe as poligonais das Macrozonas e Zonas.

Tendo sido realizados estudos anteriores para detalhamento das diretrizes do PDOT e estabelecimento das Macrozonas e Zonas, a alteração a maior ou a menor de seus perímetros acarretaria um desmando na política urbana do Distrito Federal. Não é o caso do Anexo II do Decreto nº 10.829/87 que apresenta proposições de Expansão da Escala Residencial expressa no documento Brasília Revisitada.

É o caso, no entanto do mapa que consta da fl 39 do DODF de 27 de outubro de 1987, que corresponde com exatidão à descrição dos limites constantes do § 2º do art. 1º, não restando dúvidas quanto ao seu entendimento. É também o alvo para o qual o Decreto foi formulado, qual seja a necessidade de delimitação do bem a ser preservado, conforme solicitação da UNESCO (item 8.3 deste Laudo).

A definição das poligonais e respectivos quadros de caminamento representam uma necessidade de gestão e ordenamento territorial e não apenas uma necessidade de normas e requisitos para registro de imóveis. Essa observação é referendada pela própria diferença dos dois mapas citados:

- o Anexo II é propositivo, sem a indicação de poligonal e localização exata de informações;
- o mapa da referida fl 39 retrata os limites da poligonal da área a ser preservada, explicitadas pelo § 2º do art. 1º.

**Conclusão intermediária 7:**Entende-se que o documento Brasília Revisitada trazia proposições ainda a serem objeto de avaliações, para as quais deveriam ser desenvolvidos estudos ambientais e estudos urbanísticos que abrangessem a capacidade de infraestrutura. Só após os necessários detalhamentos é que haveria a integração das novas proposições ao planejamento do território do Distrito Federal. A prática, de definir diretrizes e posteriormente realizar estudos para seu



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

detalhamento é praxe do processo de planejamento territorial urbano quando não se tem disponíveis informações suficientes naquele momento. O próprio Lucio Costa condiciona as propostas aos estudos a serem desenvolvidos. A maioria das propostas não foi implantada.

39.

40. O Setor de Habitações Coletivas Sudoeste

O projeto do Setor Sudoeste é originário das propostas contidas no documento Brasília Revisitada. A seguir são expostos temas relativos à sua implantação.

41. O Estudo Urbanístico

Em decorrência do estipulado pelo documento Brasília Revisitada, no sentido da necessidade de elaboração de estudos para a implementação de suas propostas, o Governo do Distrito Federal determinou a elaboração de um estudo de impacto ambiental e estudos urbanísticos que subsidiassem a possibilidade de ocupação do espaço previsto por Lúcio Costa para expansão da escala residencial do Plano Piloto, correspondente à Área “A”.

Após tais estudos, a área a ser ocupada pelo Parcelamento denominado SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE, foi devidamente delimitada, conforme coordenadas geográficas indicadas em documentação legal. Foram elaborados o Projeto Urbanístico – URB 147/88 e o Memorial Descritivo – MDE 147/88 para caracterização detalhada da área.

Consta do MDE 147/88:

O presente projeto URB 147/88 **foi elaborado para definir o parcelamento da Área “A”** proposta pelo Prof. LÚCIO COSTA no documento BRASÍLIA REVISITADA 1885-1987 – Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão urbana.

No item I do MDE 147/88, sob a denominação ANTECEDENTES, é registrado o entendimento de que o documento Brasília Revisitada tratava de proposições, da necessidade de detalhamento dessas manchas e da priorização da mancha “A” :

O presente projeto originou-se da proposta denominada “Brasília Revisitada 85/87” de autoria do prof. Lúcio Costa, **encampado pelo Governo do Distrito Federal** e enviada por este ao CAUMA, sendo aprovada pelo mesmo em 24/02/87, através da Decisão 28/87.

A referida proposta constitui-se basicamente em um **conjunto de intenções** de ocupação e uso do solo para a Bacia do Paranoá, enfatizando os **possíveis** “alastramentos” do Plano Piloto, priorizando o aspecto habitacional, apresentando tipologias de ocupação.

No aspecto da expansão do plano piloto a proposta resume-se na ocupação de cinco manchas (ver desenho nº 01), (inicialmente eram seis, sendo, posteriormente, retirada aquela destinada às Quadras





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Planalto, que comportam ocupação residencial multifamiliar com as seguintes características:

- a) Ocupação dos vazios não projetados;
- b) Proposta de fixação das Vilas Planalto e Paranoá;
- c) Alteração de destinação de áreas no plano Piloto;
- d) Tipologia diversificada, variando conforme localização, de lotes individuais à pilotis mais três pavimentos (Quadras Econômicas), pilotis mais quatro (Pequenas Quadras) e pilotis mais seis (Superquadras).

**Em função da impossibilidade, e mesmo da recomendação do Prof. Lúcio Costa, do detalhamento simultâneo das cinco manchas**, adotou-se um critério de prioridade para aquela que, por sua localização em relação a equipamentos públicos urbanos e comunitários existentes (de influência metropolitana), sistema viário de ligação implantado, topografia favorável e facilidade de integração com os núcleos urbanos mais próximos, caracterizando-se como uma extensão natural dos mesmos. Tais características determinaram, naturalmente, **a escolha da mancha “A”, como prioritária** (ver desenho 1).” (os grifos não são do original)

42. O sítio onde se localiza o Projeto e o uso do solo previsto:

No item II do MDE 147/88, que trata da DESCRIÇÃO ANALÍTICA DO SÍTIO, constata-se que o espaço abrangido pelo Setor Sudoeste, como projetado na URB 147/88, teve por escopo diversos parâmetros que justificam a sua abrangência, conforme transcrição a seguir:

A descrição analítica do sítio compreende o entendimento do espaço onde será implantado o novo bairro. Tal entendimento se dá principalmente, no que diz respeito aos condicionantes naturais (topografia, vegetação, condicionantes do solo, etc) em conjunto com aqueles artificiais (existentes ou projetados), constituídos pelas edificações, lotes, etc. implantados na área em questão.

O item II-1, denominado LOCALIZAÇÃO, especifica:

A área de projeto caracteriza-se como uma extensão do Setor de Indústrias Gráficas, sendo por ele delimitado a leste, bem como pela Estrada Indústrias Gráficas, ao sul e a oeste pela Estrada Contorno do Bosque e ao norte Eixo Monumental, Via S-1 oeste; tais vias, bem como a sua localização em relação ao seu entorno imediato estão melhor explicitadas no desenho nº 3.

O desenho 3 constante do documento é apresentado a seguir.

O desenho 4, que sobrepõe a área em litígio, a denominada “Quadra 500” ao desenho 3 que compõe o MDE 147/88 é apresentado a seguir.

Ainda na descrição analítica do terreno, o subitem II-4 – USO DO SOLO ANTERIOR AO PROJETO E ASPECTOS LEGAIS, do MDE 147/88, registra que a área objeto do Projeto URB



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

147/88 já se encontrava parcialmente ocupada ou destinada a outras ocupações:

À época dos estudos preliminares que subsidiaram a elaboração do projeto, verificou-se que a área **já se encontrava parcialmente ocupada, com usos diversificados em lotes distintos**, sendo que a maioria deles foi incorporada ao projeto.

O critério básico para a permanência e consequente incorporação, ao projeto, dos lotes existentes, foi o fato de possuírem registro legal e/ou edificações anteriores. Assim sendo permaneceram os lotes do Setor de Indústrias Gráficas, CAESB e Instituto Meteorológico, **sendo eliminados os destinados a Hospital Psiquiátrico, Exposição Agropecuária e Escolas de Samba**. (os grifos não são do original)

**Conclusão Intermediária 8:** A URB147/88 e o MDE 147/88 se constituem na documentação legal que define a poligonal do Setor Sudoeste. A área delimitada claramente engloba o terreno destinado às Quadras 500, foco da Ação Civil Pública.

43. As normas substituídas e alteradas pelo MDE – 147/88
--

O MDE enumera as normas que estão sendo anuladas e substituídas pelo mesmo, constando de sua folha inicial:

Este MDE, URB – 147/88, anula e substitui o MDE -103/87. Também anula e substitui as plantas SAI/S, PR 176/1, SAI/S, PR 177/1, SAI/S, PR 178/1, SAI/S, PR-179/1, SAI, PR 19/2, SAI/S, PR 3/2. Modifica a SAI, PR 2/1. Complementa a SAI/SO, PR-127/1.

Em pesquisa realizada por esta Perícia Técnica, junto ao Núcleo de Acervo Urbanístico – NURB da Gerência de Documentação Urbanística e Territorial – GEDUT da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB, levantou-se que:

- **SAI, PR 2/1, planta modificada pela MDE, URB 147/88**, também representada pelo número 3 no detalhamento da Planta de Localização Geral dos SAI, apresentado a seguir, corresponde à área para Exposição Agropecuária;
- SAI/SO, PR 127/1, datada de 17/02/76, representado pelo número 29 no detalhamento da Planta de Localização Geral dos SAI, apresentado a seguir, corresponde aos reservatórios R 2 e R 3, da Caesb;
- MDE – 103/ 87, anulado, datado de 25/08/87, referia-se a criação da Área Especial nº 36, solicitada pela Embratel por meio do Processo 003.496/87;
- SAI/S, PR 176/1; SAI/S, PR 177/1; SAI/S, PR 178/1; e SAI/S, PR 179/1 - todas referentes a plantas anuladas, tratam de áreas destinadas à escola de samba -, correspondem respectivamente aos terrenos de número 63 a 66 no detalhamento da Planta de Localização Geral dos SAI, apresentado a seguir;
- SAI, PR 19/2, planta anulada, o local é representado pelo número 3 no detalhamento da Planta de Localização Geral dos SAI, mostrado a seguir, e corresponde à área para Exposição Agropecuária;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

▪ SAI/S, PR3/2, planta anulada e local representado pelo número 4 no detalhamento da Planta de Localização Geral dos SAI, apresentado a seguir, corresponde à terreno para Hospital Psiquiátrico.

A Planta de Localização Geral dos Setores de Áreas Isoladas - SAIS e a Planta SAI, PR 2/1, são apresentadas respectivamente nos **Anexos A e B** deste Laudo.

A seguir é mostrado o detalhe da Planta de Localização Geral dos SAIS.

A Planta de localização Geral dos SAI, conforme data indicada no carimbo, é de março de 1985.

A seguir é mostrado o detalhe delocalização da área destinada à Exposição Agropecuária. O terreno, com dimensões de 300 por 600 metros, totalizando 180.000m<sup>2</sup>, é localizado em situação bastante próxima aquela onde se situa a área objeto da Ação Pública e que passou a compor a Matrícula 92.930, correspondendo a 141.654,44m<sup>2</sup>.

A Planta SAI, PR 2/1, conforme data indicada no carimbo, é de 03 de março de 1964. A anotação, datada de 1989 registra:

Esta Planta SAI, PR – 2 foi modificada no que diz respeito a supressão do lote destinado a Exposição Agro-Pecuária, conforme decisão 157/88 – CAUMA e Decreto 11.433 de 30/01/89 do Sr. Governador do Distrito federal, por solicitação do Processo 030.004.503/89.

Também é encontrado no Código de Edificações de Brasília, aprovado pelo Decreto “N” nº 596, de 08 de março de 1967, a citação à Área destinada à Feiras e Exposições, correspondentes às pranchas SAI (Setor de Áreas Isoladas) PR 2/1:

Art. 51 - A zona verde, com localização e limites indicados no desenho nº 9 e sigla ZV, CE I/I, compreende as seguintes áreas especiais de proteção paisagística, com baixa densidade de construção e relacionadas com a recreação e o lazer da população:

I - Bosque;

II - Setor de Estádios Nacionais;

III – Setor Hípico;

IV - Setor de Feiras e Exposições;

V - Jardim Zoológico;

VI - Jardim Botânico;

VII - Setor de Clubes Esportivos Norte, Setor de Clubes Esportivos Sul e Setor de Clubes Esportivos e Estádios;

VIII - Setor de Hotéis de Turismo Norte e Setor de Hotéis de Turismo Sul;

IX - Área Verde de Proteção e Reserva.

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Art. 52 - O Bosque compreende o espaço amplamente arborizado, onde será permitida a instalação de um número limitado de centros de interesses, bares, restaurantes e estabelecimentos de diversões, sem prejuízo de seu caráter essencialmente bucólico.

Parágrafo Único - Neste Setor, em áreas especificamente destinadas a "**Feiras e Exposições**" será **permitida a instalação de pavilhões permanentes** ou provisórios para exposições, feiras, circos, e para realização de festas populares.

Art. 115 - No Setor do Bosque, as construções obedecerão a autorizações especiais fornecidas pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, através da D.L.F.O., fixando, para cada caso, as normas a serem obedecidas, submetidas à apreciação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Parágrafo Único - Neste Setor, as áreas destinadas à Feiras e Exposições correspondem às pranchas de Siglas SAI PR 2/1 e 19/3 da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo. [\[71\]](#)

**Conclusão Intermediária 9:** Além da área onde se prevê a implantação da SQSW 500 integrar a área delimitada para o Sudoeste, há registro, datado de 1964, de lote em local similar ao do objeto da presente Ação Civil Publica e com destinação para Exposição Agropecuária. Com a existência deste lote, referente à planta SAI, PR – 2/1, fica evidente que essa porção do território já se tratava de área destinada a edificações. Corrobora esse entendimento, a citação da destinação da área objeto da lide no Código de Edificações de Brasília datado de 1967.

#### 44. A concepção do Projeto Urbano

A CONCEPÇÃO DO PROJETO URBANO – item IV do MDE 147/88, ao tratar do perfil socioeconômico da população alvo, assim dispõe:

“O perfil sócio-econômico de sua população é basicamente a “renda média” que, realisticamente é aquela faixa que detém poder de compra de imóveis nesta área complementar do plano piloto de Brasília.”

O texto faz ainda referência às Superquadras - SQSW e às Quadras Residenciais Econômicas, sendo essas últimas destinadas à população de menor renda e tendo recebido a denominação de Quadras Residenciais Sudoeste – QRSW. A concepção contempla, também, as Quadras de Uso Misto Sudoeste - QMSW destinadas a comércio de grande porte e indústrias não poluentes.

Verifica-se que o Projeto aprovado para a área em questão não se enquadra no conceito de quadra econômica [\[72\]](#), no que tange à sua localização ou sua concepção (componentes como classe social destinatária e metragem das unidades entre outros), pois:

não se encontra “ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites” conforme se observa em ilustração apresentada no item 11.1.1 deste Laudo;

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

o perfil socioeconômico de sua população é basicamente a “renda média”, conforme consta do MDE e citação retro mencionada.

45. A aprovação do Projeto Urbanístico.

O Projeto de Urbanismo – URB 147/88 e o respectivo Memorial Descritivo MDE 147/88 foram submetidos à aprovação do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal – CAUMA. Esse Conselho, por intermédio da Decisão nº 157/88-CAUMA, proferida na sua 210ª Reunião Ordinária, de 19 de dezembro de 1988, aprovou o projeto referente “ao detalhamento da “mancha A” da proposta Brasília Revisitada de autoria do professor Lúcio Costa, ora denominada Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW”.

Registra-se ainda que o CAUMA, como colegiado superior a quem era conferida a missão de tratar de assuntos de natureza urbanística e ambiental de interesse para o Distrito Federal, tinha entre as suas competências a análise e aprovação de projetos de urbanismo que poderiam representar modificações ao plano piloto original. Entre os Conselheiros do CAUMA que aprovaram o MDE e URB 147/88, inclui-se a arquiteta Maria Elisa Costa, constando sua assinatura na Decisão respectiva.

46. Homologação da Decisão nº 157/88 do CAUMA - Decreto nº 11.433, de 30 de janeiro de 1989

Posteriormente à aprovação pelo CAUMA do URB e MDE 147/88, o Governador do Distrito Federal, pelo Decreto nº 11.433, de 30/01/89, homologou a referida Decisão nº 157/88, referente **“ao detalhamento da “mancha A” da proposta Brasília Revisitada de autoria do professor Lúcio Costa, ora denominada Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW”.**

Nas diligências efetuadas por esta Perícia não se encontrou ação judicial anterior impugnando a constitucionalidade do Decreto nº 11.433/89, o qual se encontra vigente.<sup>[73]</sup>

47. Registro do Parcelamento do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste

Em 13 de junho de 1989, a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, encaminhou Ofício ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, requerendo a inscrição do Loteamento Urbano denominado SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE – SHCSW, em área de propriedade daquela empresa.

No que se refere à implantação das Quadras dentro do Setor Sudoeste o Ofício considera:

Esclarece a requerente que seguem apensados os quadros demonstrativos das unidades imobiliárias das Quadras denominadas de SQSW 304, QRSW 1, QRSW 1, QRSW 2, QRSW 3, QRSW 4, QRSW 5, QRSW 6, QRSW 7 e QRSW 8, EQRSW 1/2, EQRSW 2/3, EQRSW ¾, EQRSW 4/5, EQRSW 5/6, EQRSW 6/7, EQRSW 7/8, QMSW 4, QMSW 5, QMSW 6 e CLSW, **ficando o**

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

**restante das unidades imobiliárias que compõem as demais Quadras do projeto de parcelamento urbano**, para serem definidas posteriormente, ocasião em que requererá a essa Serventia a juntada do memorial de Complementação do Setor, para sua respectiva averbação.

O mencionado requerimento anexou, para constar do registro do parcelamento no Ofício de Imóveis, os seguintes documentos:

- Projetos URB 147/88 e URB 01/89, elaborados pelo Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal;
- Páginas do DODF de 30/01/89 e 13/02/89, que publicaram os Decretos Governamentais nº 11.433, de 30/01/89 (referente a todo o Setor) e 11.442, de 03/02/89 (referente à SQSW 304), relativos à homologação das decisões nº 157/88 e 08/89 do CAUMA;
- MDE 147/88 e MDE 01/89 (referente à SQSW 304), constando nomenclaturas, destinações, orientações, dimensões de áreas e limites das unidades criadas;
- Licença Ambiental Prévia (LP) autorizando a implantação do loteamento;
- Relatório de Impacto Ambiental – RIMA;
- Documentação a que se refere o art. 18 da Lei nº 6.766/79.

Como condição prévia ao registro do parcelamento, o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis fez publicar o Edital pelo qual foi dada notícia à sociedade sobre a intenção de registro do parcelamento na área identificada por confrontações explícitas no mesmo, acompanhado de desenho de localização pelo qual o Setor confronta com o Eixo Monumental. Pelo Edital é dado o prazo de 15 dias para impugnação ao registro.

Não tendo havido impugnação, o parcelamento foi registrado no R-2 da Matrícula nº 66.039, que corresponde ao imóvel identificado com área de 3.408.009,75m², destinado à implantação do SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE – SHCSW, na data de 11 de julho de 1989.

No R-1 da Matrícula nº 66.039 consta a transmissão da referida área da NOVACAP para a TERRACAP.

O R-2 da Matrícula nº 66.039 é o registro do loteamento correspondente ao SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE – SHCSW, conforme se verifica da transcrição a seguir:

R-2-66039 – LOTEAMENTO. Por parte da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, com sede nesta Capital, CGC nº 00.359.877/0001-73, foram depositados neste Cartório, para os fins do que dispõe a Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a petição, datada de 13 de junho de 1989, quadros demonstrativos, plantas e demais documentos que compõem o Memorial de Loteamento Urbano denominado SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE – SHCSW, desta Capital, definido pelo projeto URB-147/88, elaborado pelo Departamento de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, tendo ficado

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

definida, por ora, apenas a parte a que se refere ao seguinte: Superquadra Sudoeste 304 (SQSW 304); todas as Quadras Residenciais Sudoeste, ou sejam, as QRSW-1, QRSW-2, QRSW-3, QRSW-4, QRSW-5, QRSW-6, QRSW-7 e QRSW-8; todas as Entrequadras Residenciais Sudoeste, ou sejam, EQRSW-1/2, EQRSW-2/3, EQRSW-3/4, EQRSW-5/6, EQRSW-6/7 e EQRSW-7/8; as Quadras Mistas Sudoeste designadas por QMSW-4, QMSW-5 e QMSW-6; bem como a parte destinada ao comércio local, denominada Comércio Local Sudoeste (CLSW). Esclareceu e ressaltou ainda a requerente, na supracitada petição, que o restante das unidades imobiliárias que compõem as demais Quadras do parcelamento urbano, ficou para ser definido posteriormente. Dou fê. Brasília, 11 de julho de 1989.

Do registro retro transcrito contata-se que foram identificadas à época **todas** as Quadras Econômicas (pilotis mais 3 andares) designadas como Quadras Residenciais Sudoeste - QRSW, bem como os Comércio das respectivas entrequadras econômicas (EQRSW), as Quadras Mistas Sudoeste - QMSW 4, 5 e 6 e, **dentre as Superquadras (pilotis mais 6 andares), apenas a Superquadra Sudoeste – SQSW 304.** As demais Superquadras ficaram para ser definidas nas complementações futuras do Memorial do Loteamento.

A Matrícula nº 66.039, referente ao projeto de parcelamento do Setor Sudoeste, é apresentado no **Anexo C** deste Laudo, com as complementações pertinentes. Continua, portanto, válido. [\[74\]](#)

Em diligência ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, constatou-se que na planta URB 147/88 que acompanha o registro R-2-66039, datado de 11 de julho de 1989, consta a indicação “área a ser parcelada” em referência à área da Quadra 500. A inscrição “área non-aedificandi” corresponde à área adjacente, hoje destinada ao Parque das Sucupiras. Conforme registro cartorial encontrado, as áreas são divididas por linha tracejada. A seguir é ilustrada a referida Planta URB 147/88, com destaque para detalhes de maior relevância – nome da Planta e área objeto da lide. A planta, em tamanho maior, consta do **Anexo D** deste Laudo.

**48. Alterações do Projeto de Urbanismo – URB 147/88**

Conforme consta do registro no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital referente à Matrícula nº 66.039, o Projeto de Urbanismo – URB 147/88 que trata do projeto geral para o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste foi sendo modificado à medida que novos Projetos de Urbanismo detalhavam as futuras quadras.

As complementações parciais do Memorial de Loteamento realizadas ao longo do tempo, constam da matrícula em referência:

- R-4-66039 - **SQSW 104**, referente especificamente ao Projeto URB 43/89, em 21/08/89;
- R-8-66039 - **SQSW 504**, referente ao Projeto URB 92/89, em 11/10/89;
- R-15-66039 - **SQSW 103**, referente ao Projeto URB 134/89, em 24/11/89;

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

- R-17-66039 - **SQSW 303**, referente ao Projeto URB 137/89, em 24/11/89;
- Av.33-66039 – **SQSW 102**, referente ao Projeto URB 02/90, em 31/01/90;
- Av.76-66039 – **SQSW 101**, referente ao Projeto URB 04/90, em 02/05/90;
- Av.91-66039 – **QMSW-2**, referente ao Projeto URB 171/89, em 12/06/90;
- Av.96-66039 – **SQSW 301**, referente ao Projeto URB 07/90, em 02/07/90;
- Av.166-66039 – **SQSW 302**, referente ao Projeto URB 171/89, em 11/05/92;
- Av.282-66039 – **QMSW-1, QMSW-3, SQSW 100 e CLSW 100, Bloco “A”**, referente ao Projeto URB 93/96, em 11/05/92 – consta ainda que a SQSW 100 e CLSW 100, Bloco “A” foram implantados no espaço anteriormente previsto para a QMSW -7, conforme Lei 485, de 17/07/93, regulamentada pelo Decreto nº 14.933, de 02/08/93. Averbação datada de 30/11/93;
- Av.291-66039 – **CCSW-05, Lotes 01 a 04, CCSW-06, Lotes 01 a 05, EQRSW – 2/3, Lotes 3 e 4 e CLSW 504, Blocos “A” e “B”**, nos termos do Decreto nº 16.025, de 01/11/94, em 11/05/92. Averbação datada de 08/11/94;
- Av. 304-66039 – EQSW 101/102, Lote 01; EQSW 103/104, Lote 01; EQSW 301/302, Lotes 01, 02 e 03; EQSW 303/304, Lotes 01, 02 e 03; EQSW 304/504, Lotes 01 e 02, nos termos do Decreto nº 16.776, de 22/09/95. Averbação datada de 26/09/95;
- Av. 306-66039 – CCSW-1, Lotes 01 a 05; CCSW-2, Lotes 01 a 05; CCSW-3, Lotes 01 a 05 e CCSW-4, Lotes 01 a 05. Averbação datada de 26/09/95;
- Av. 316-66039 – Supressão da **QMSW-3** e implantação no local da **SQSW 300** com as projeções “K”, “L”, “M”, “N”, “O”, “P”, “Q”, “R”, “S”, destinados a habitação coletivas, além de outro destinado a equipamento público e **CLSW 300 B**, blocos de 1 a 4. Projeto URB 54/99. Averbação datada de 24/11/99;
- Av. 323-66039 – Complementa a Av. 316-66039, suprimindo da **QMSW-0175** lotes dispostos em 6 conjuntos e incluindo na **SQSW-300**, as projeções “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G”, “H”, “I”, “J”, destinados a habitação coletivas, além de outros com destinações comerciais e institucionais. Projeto URB 54/99. Averbação datada de 16/07/2002;
- Av. 325-66039 – Complementa a Av. 316-66039, criando lote destinado à equipamento público na **QMSW-0**. Projeto URB 94/2000. Averbação datada de 19/11/2008.

Observa-se, a partir da análise do Registro Cartorial da Matrícula e suas averbações, que a URB 147/88 e o MDE vem sendo atualizados e continuam vigentes.<sup>[75]</sup>

Verifica-se ainda que além de averbadas em cartório, as complementações do registro inicial da URB 147/88 já se encontram efetivamente implementadas e ocupadas.

Ressalta-se que algumas quadras conhecidas como Setor Sudoeste encontram-se na área externa àquela indicada no documento Brasília Revisitada, dentre as quais:

- QMSW 2;
- SQSW 300 e CLSW 300 A e B;

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

- SQSW 100 e CLSW 100.
- SQSW 105 e CLSW 105;
- SQSW 305;
- SQSW 306.

Essas quadras, localizada sem área externa à indicada no documento Brasília Revisitada encontram-se construídas e habitadas não tendo havido qualquer questionamento sobre esse fato à época de sua implantação.[\[76\]](#)

O **Anexo E** apresenta a PlantaURB 147/88, com as suas modificações, conforme consta em documento arquivado no NURB/ GEDUT/SEDHAB.

**Conclusão Intermediária 10:** As complementações ocorridas ao longo do tempo compõem a área ocupada pelo Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, conforme poligonal definida no Registro Cartorial R-2-66.039. O registro da Poligonal, que inclui a Quadra 500 foi, realizado há mais de 23 anos. Existem casos anteriores de diversas quadras, tais como as SQSW 100, 105, 300, 305, 306 que representam hipóteses semelhantes ao objeto da Ação Civil Pública, constituindo-se como complementações da matrícula. Entende-se que a denominada Quadra 500 é mais uma das complementações do projeto geral.

49. A área objeto da Ação Civil Pública - Quadra 500

50. Desmembramento da Matrícula 92.930

Em 02 fevereiro de 1993 foi desmembrada da área original constante da Matrícula 66.039, referente à implantação do SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE – SHCSW, conforme Av. 238-66039, uma área menor de 141.654,44m<sup>2</sup>, que passou a compor a Matrícula nº92.930. A área destacada corresponde à atualmente denominada SQSW 500 do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste e foi individualizada para que se efetivasse a doação da Terracap para a União Federal - Marinha do Brasil.[\[77\]](#)

Na Matrícula 92.930, do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal consta como registro anterior a Matrícula 66.039, relativa ao SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE – SHCSW, de propriedade da Terracap. A seguir no R-1 – 92390 está registrada a doação da área pela TERRACAP à União, em 02/08/94.

A Matrícula 92.930, conforme obtida junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal no dia 23 de abril de 2013, é apresentada no **Anexo F** deste Laudo.

Cabe destacar que a área objeto da Matrícula nº92.930 era de propriedade da Terracap e não do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Distrito Federal. Sendo a Terracap uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, a referida área não se constituiu em bem público sob a titularidade de pessoa jurídica de direito público. O processo de desmembramento que originou a Matrícula nº92.930 não estaria, portanto, sujeito à necessidade de desafetação prévia. [78]

Quando a União Federal recebeu por doação da Terracap a área em questão não houve qualquer afetação para uso comum do povo ou para uso especial, considerando-se assim tal área como de uso dominial. A proposição de ocupação da área, à época, pela Marinha era para construção de unidades habitacionais.

Quando do processo de permuta entre a União Federal, representada pela Marinha do Brasil, e a Empresa Antares, novamente não caberia desafetação, vez que a área não havia sido afetada anteriormente. Ressalta-se que a proposição de ocupação da área foi mantida, permanecendo a intenção de construção de unidades habitacionais.

Durante o processo de negociação com a Terracap, ainda em 1992, a Marinha realizou consultas sobre a possibilidade de ocupação da área, tendo sido informada que a área era passível de parcelamento para uso residencial. [79] Ofício do Presidente da Terracap para o Comandante Naval de Brasília[80] oferece alternativas para as glebas a serem negociadas com a Marinha, no qual a Alternativa IV – Setor Sudoeste, corresponde “a área indicada para ser parcelada, com destinação à construção de habitação coletiva, para as classes médias e de média-alta renda, voltada para o eixo monumental, via S.I.Oeste”.

Ressalta-se que a área correspondente à matrícula 92.390 não se encontrava, em 14 de outubro de 1987, contida no perímetro da Área A fixada por Lucio Costa.[81] A planta que corresponde ao Anexo II do Decreto Distrital 10.829/87, publicado na página 38 do Diário Oficial do Distrito Federal de 23 de outubro de 1987, representa propostas para Adensamento e Expansão Urbana do Plano Piloto. O seu detalhamento, conforme explicitado no próprio documento, dependeria de estudos posteriores. Verifica-se, na atualidade que a maioria delas não foi implementada. A URB 147/88 e o MDE 147/88 constituem-se o detalhamento da área “A”.

**Conclusão Intermediária 11:**O destaque da Matrícula 92.930 oriunda da Matrícula 66.039 comprova, inequivocamente, que a SQSW 500 sempre integrou o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, desde o seu registro inicial, em 11/07/89, não podendo ser considerada com uma **extensão** do Setor Sudoeste.A área objeto da lide foi individualizada para que se efetivasse a doação da Terracap para a União Federal – Marinha do Brasil. Desde o início da negociação, em 1992, a intenção da Marinha era de construção de unidades habitacionais.

51. Destinação da área da Quadra 500

Verifica-se pelo Projeto Urbanístico URB 147/88 que a área ocupada pela atualmente denominada Quadra 500 constava como “área a ser parcelada”, estando contígua ao atual Instituto de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Meteorologia – Inmet e contigua à área considerada non-aedificandi, denominada atualmente Parque das Sucupiras. [\[82\]](#)

O Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras, contíguo à SQSW 500 e ao Eixo Monumental, e localizado em área pública, foi criado pelo Decreto nº 25.926, de 14 de junho de 2005, com área total de 26,2925 hectares. Infere-se que tal espaço represente a área non aedificandi constante da URB 147/88.

Cabe, neste momento, o esclarecimento sobre o significado da expressão “área a ser parcelada”.

Essas áreas, assim denominadas, constituem parte de uma área maior destinada a parcelamento do solo que possui alguns lotes já identificados e respectivos espaços públicos adjacentes, mas que contém, também, uma parte remanescente, que ainda não foi dividida (parcelada) em lotes ou projeções, mas para a qual foi atribuída a destinação futura de implantação de uma ocupação em seu interior.

Registra-se que tal área não representa um lote, vez que ainda não foi parcelada, porém não pode ser confundida como non-aedificandi, [\[83\]](#) vez que se destina à parcelamento futuro. Em síntese, significa dizer que sobre ela poderão ser erigidas edificações, quando criados os respectivos lotes ou projeções.

Independente da situação fundiária da área, os princípios norteadores da escala residencial, preconizada por Lucio Costa, devem ser obedecidos quando do parcelamento do solo. [\[84\]](#) A área de propriedade privada não se traduz automaticamente na constituição de lote único, que possa ser utilizado na forma de condomínio urbanístico, com permissão de cercamento da área.

A Lei Federal nº 6.766/79, define as exigências para o parcelamento do solo urbano, não importando a natureza da propriedade, pública ou privada, de uma área a ser parcelada. Conforme art. 6º da referida Lei, é de responsabilidade do poder público emitir as diretrizes urbanísticas para que o loteador proceda à elaboração de seu projeto de parcelamento. Essa condição é também garantida pelo PDOT, nos §§ 1º e 2º do art. 43.

Assim o inciso III do § 2º do art. 9º da referida Lei nº 6.766/79 determina que o memorial descritivo do projeto de loteamento contenha obrigatoriamente entre outras “a indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento”.

Quanto à permanência do domínio público sobre os espaços livres de uso comum do povo, ou seja, as vias, praças e áreas verdes em geral, a garantia é dada pelos art. 17 e 22 da Lei Federal nº 6.766/79:

Art. 17. Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto do memorial descritivo não poderão ter sua

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

destinação alterada pelo loteador desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador, sendo, neste caso, observada as exigências do art. 23 desta Lei.

....

Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas à edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

No caso da Quadra 500, já constam no memorial descritivo e respectivo projeto de urbanismo o atendimento às exigências da Lei Federal nº 6.766/79. Quando do registro do loteamento no Cartório de Imóveis as vis, praças e áreas verdes passarão a integrar o domínio do Distrito Federal, como bens de uso comum do povo. As áreas das projeções ficarão para ocupação e uso privado, a exemplo das demais superquadras residenciais. Trata-se de hipótese semelhante às superquadras localizadas na Asa Norte do Plano Piloto que são pertencentes à Universidade de Brasília – UnB, e que quando parceladas deverão seguir os trâmites da Lei 6.766/79.

<b>52. Projeto de urbanismo e respectiva aprovação</b>
--

O Parcelamento específico para a SQSW 500 e respectivo Comércio Local (CLSW 500), foi objeto de estudos consubstanciados no Projeto de Urbanismo URB 091/09 e no Memorial Descritivo MDE 091/09, que mereceram parecer favorável do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN.

O Projeto da Quadra 500 do Sudoeste foi tratado na 80ª Reunião Ordinária do CONPLAN realizada em 26/11/2009. O MPDFT, no entanto, por meio da Recomendação nº 12 PROURB, de 16/12/2009, considerando o princípio da participação e invocando o direito da informação, entendeu que o prazo de convocação da referida reunião não atendia o requisito temporal legal. Recomendou, portanto, ao CONPLAN e ao Distrito Federal o cancelamento da 80ª Reunião Ordinária. Além do prazo, o MPDFT alegou prováveis violações às regras urbanísticas de preservação de que trata o Decreto nº 10.829/87, solicitando nova apreciação do CONPLAN sobre a matéria.

Atendendo à solicitação, o CONPLAN promoveu nova reunião em 28 de janeiro de 2010 para apreciação do tema, emitindo a Decisão 01/2010. Em decorrência dessa decisão, o Decreto nº 32.144, de 30 de agosto de 2010, aprovou o Projeto Urbanístico de Parcelamento da Quadra 500, consubstanciado na URB 091/09, MDE 091/09, e NGB 091/09, NGB 093/09 e NGB 095/09.

O ato de aprovação do CONPLAN é apresentado no **Anexo G**.

A aprovação pelo CONPLAN encontra respaldo na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, nos

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

termos de seu art.219:

“Art. 219. Compete ao CONPLAN:

.....

XIV – analisar e deliberar sobre ações, intervenções e outras iniciativas que direta ou indiretamente estejam relacionadas ao uso e à ocupação do solo na área do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília;

XV – analisar e deliberar sobre casos omissos na legislação de preservação do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília;”

Quanto ao posicionamento dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, registra-se que em março de 1993 foi emitido Parecer do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal – DePHA, contrário à ocupação residencial tipo superquadra nas proximidades do Eixo Monumental. No mesmo ano o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, atual IPHAN, acolheu o referido parecer afirmando que “modificações só poderão ser viabilizadas a partir de um estudo global dos critérios de uso e ocupação do solo urbano, de forma a respaldar uma eventual alteração das normas atuais de preservação”.[\[85\]](#)

Ressalta-se, no entanto, que a edificação da SQSW 500 obteve a concordância expressa do IPHAN[\[86\]](#), desde quando a área pertencia à Marinha do Brasil (União Federal), conforme Ofício nº 545/2007 – 15ª Superintendência Regional do IPHAN, de 19/12/2007, (acostado às fls 155 a 159 do processo) que se manifestou favorável[\[87\]](#) à ocupação por edifícios de 6 (seis) pavimentos, estabelecendo alguns condicionantes a serem cumpridos. No citado ofício há uma explanação sobre a mudança de atitude do órgão em relação ao manifesto datado de 2006 sobre a aprovação de três pavimentos[\[88\]](#):

Cabe mencionar que em 24 de outubro de 2006 a Marinha lançou um edital de concorrência ofertando o mencionado terreno sem que esse possuísse estudo de impacto ambiental, NGB ou qualquer outra regulamentação urbanística do DF, tampouco havia sido apresentado ao IPHAN um anteprojeto definindo a ocupação da área. O IPHAN, então, como (sic) o objetivo de criar um impasse, informou que fixaria o gabarito em três pavimentos e, de imediato, solicitou-se a (sic) Procuradoria Federal (PROFER) a tomada de medidas para o cancelamento da concorrência, sendo o edital posteriormente revogado.[\[89\]](#)

Na continuação dos fatos, pelo mesmo Ofício 545/2007, há o registro da volta aos estudos em 2007[\[90\]](#), pelo IPHAN e conclusão pela construção homogênea de seis pavimentos, obedecendo as características de densidade, ocupação e equipamento das superquadras existentes. Na análise técnica foi verificado que o Estudo Planialtimétrico da área demonstra que a visibilidade dos blocos



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

em relação ao Eixo Monumental é aceitável em função da distância desses e da pista de rolamento. É ponderado ainda que o terreno está a uma distância de 230 metros do Eixo Monumental e que essa área que cobre toda a testada do lote constitui-se no Parque das Sucupiras.

Registra-se ainda que pela informação do Ofício 545/2007, os referidos estudos foram realizados de forma conjunta pelos técnicos do IPHAN e da SEDUMA.

Ainda no próprio Processo referente a esta Perícia, o IPHAN ao manifestar interesse em se pronunciar, acostado às fls. 436-450, reafirmou que a referida área não afeta o tombamento federal, Portaria IBPC 314 de 08 de outubro de 1992.

**53. Outros questionamentos sobre a regularidade do processo de implantação da Quadra 500**

Em 22/10/2009 o MPDFT propôs Ação Civil Pública nº 30295-54.2011.4.01.3400, com pedido de liminar, contra o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental – IBRAM e a construtora Antares Engenharia Ltda para que o IBRAM realize Audiência Pública para apresentar os impactos decorrentes do “Projeto Expansão do Setor Sudoeste”. Essa Ação Civil Pública foi anexada ao Processo nº 30296-39.2011.4.01.3400 de que trata esta Perícia.

No dia 12/12/2009 o MPDFT propôs Ação Civil Pública nº 2006.34.00.037840-9, solicitando a suspensão da alienação do imóvel localizado no Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SCHCSW, Rua G 4ª Avenida, que corresponde ao imóvel onde se localiza a Quadra 500 da qual trata a presente Ação Civil Pública.

O fato alegado pelo MPDFT tem base no Edital de Licitação, na modalidade Concorrência nº 40/2006, lançado pela Marinha para permuta do imóvel de que trata a referida Ação, sob a alegação de descumprimento da Lei nº 8.666/93, e já alvo da Ação Cautelar nº 20063400035689-7, do mesmo MPDFT. O pedido da referida Ação Cautelar era de suspensão da licitação até a “que sejam realizados os estudos pelo órgão competente do Distrito Federal e editada a Norma de Uso e Gabarito para o lote objeto da licitação”. [91]

Nessa época, a Ação Civil Pública proposta pelo MPDFT não alegava impossibilidade de ocupação da área, mas a predefinição de sua destinação e normas de uso, especificando a necessidade de realização de estudo prévio que englobasse:

...ao menos, a viabilidade de determinadas atividades, o impacto sobre a vizinhança e sobre o meio ambiente e o problema da circulação de veículos e de pessoas. Após os estudos pelo órgão competente, é elaborada e publicada uma Norma de Gabarito \_ NGB, que norteia todo tipo de construção e serviços na área. [92]

Já na ADI 2010.00.2.014781-1, de 8/9/2010, o MPDFT solicita declaração de inconstitucionalidade do Decreto nº 32. 144/2010 alegando que o instrumento utilizado, qual seja “decreto”, extravasa a

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

atuação legislativa. No entendimento do MPDFT haveria necessidade de Lei para aprovação de alteração de Parcelamento Urbano. Dentre outras alegações, o MPDFT cita ainda que o Decreto “modifica o parcelamento do solo na área”.

<b>54. Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI</b>
--

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, conforme acostado às fls 281-282 do Processo 30295-54.2011.4.01.3400, determinou a elaboração de Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI como instrumento de avaliação ambiental do projeto urbanístico da área em questão.

Em 21 de maio de 2009 foi o RIVI foi apresentado ao IBRAM.

A publicação da convocação para a Audiência Pública consta nas fls 205 – 211 do Processo 30295-54.2011.4.01.3400. A Audiência Pública foi realizada no dia 24 de julho de 2009, sendo acostada às folhas 239-244 a sua ata e às folhas 358-411 a correspondente gravação e o registro dos participantes.

O Parecer Técnico nº 231/2009 emitido pelo IBRAM, concluiu pela possibilidade de instalação da área em questão (Quadra 500), “sendo passível a emissão de Licença Prévia.” Conforme fls. 686-689, o citado Parecer foi embasado em posições favoráveis dos diversos órgãos da administração, como seja:

Companhia Energética de Brasília – CEB;

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB;

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP;

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA (atual Secretaria de Estado de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB);

Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal – DER/DF;

Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN; e

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A indicação das Cartas e Ofícios que registram as posições favoráveis de cada órgão encontra-se nas fls 688-689 do Processo 30295-54.2011.4.01.3400.

<b>55. Licença Ambiental</b>
------------------------------

Em 16 de outubro de 2009 foi emitida pelo IBRAM a Licença Prévia nº 024/2009 relativa à implantação da Quadra 500.

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Conforme registro à fl 880 do Processo 30295-54.2011.4.01.3400, a Licença de Instalação LI nº 63/2010, foi emitida em 29 de dezembro de 2010. A recomendação nº 2- PROURB do MPDFT, de 8 de fevereiro de 2011, acostada às 878-884, é no sentido de anulação da referida LI.

**Conclusão Intermediária 12:** O Projeto Urbanístico referente à SQSW 500 coordenado pela SEDHAB, contou com a análise e aprovação dos diversos órgãos e entidades distritais, tais como IBRAM, CEB, CAESB, NOVACAP, DETRAN, DER, além da aquiescência do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio nacional – IPHAN.

**14. Conclusão**

A Conclusão Final é formada a partir das Conclusões Intermediárias a saber:

A Lei Federal nº 3.751, de 13 de abril de 1960, primeiro dispositivo legal para proteção da concepção urbanística de Brasília, condiciona qualquer alteração do Plano Piloto a uma autorização em lei federal, porém não a proíbe.

O Projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa, em relação ao qual o Comitê do Patrimônio Mundial recomendou a observância ao inscrever Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, vem sofrendo modificações ao longo do tempo, o que vem sendo considerado admissível visto tratar-se de uma cidade ainda em formação.

O Decreto nº 10.829/87 não pode ser considerado como o tombamento distrital. Assegura-se, no entanto, sua extrema importância no processo das diversas instâncias de preservação e tombamento nos âmbitos do patrimônio mundial, nacional e distrital. O fundamental, nas três esferas de proteção – mundial, federal, e distrital-, é a preservação das características essenciais das escalas. A partir da diretriz principal, cada uma das esferas, conforme suas competências, detalha como essa preservação deve ocorrer.

As escalas referidas por Lucio Costa, no entanto, não são mapeáveis no território, mas estão presentes e interagem formando as características específicas dos espaços urbanos e suas respectivas funções. As escalas admitem graus de flexibilidade, porém há que se observar a interação entre as mesmas e a concepção urbanística do Plano Piloto. A escala bucólica se faz sentir na harmonia dos espaços ocupados e não ocupados, marcados por extensas áreas verdes ou áreas densamente arborizadas.

A destinação de uso original da área em questão, conforme projeto vencedor do concurso público, era para grandes equipamentos regionais, quais sejam hipódromo, com as respectivas tribunas e vila hípica, e Jardim Zoológico. O documento Brasília 57-85, que contou com a supervisão de Lúcio Costa, considera que essa área passa a ter destinação residencial. Entende-se portanto que a área, desde o projeto original, efetivamente é de ocupação, não se caracterizando como uma área onde

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

não poderiam haver edificações.

É evidente que a cidade ainda está em processo de consolidação e se acomoda para atender às demandas inerentes ao crescimento das funções urbanas. As transformações ocorridas no Setor de Administração Federal Sul – SAF/Sul, notadamente parcelamentos posteriores a 1990, e no Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS reforçam a necessidade de realização de estudos mais abrangentes para definir ocupações futuras ou alteração de uso.

Entende-se que o documento Brasília Revisitada trazia proposições ainda a serem objeto de avaliações, para as quais deveriam ser desenvolvidos estudos ambientais e estudos urbanísticos que abrangessem a capacidade de infraestrutura. Só após os necessários detalhamentos é que haveria a integração das novas proposições ao planejamento do território do Distrito Federal. A prática, de definir diretrizes e posteriormente realizar estudos para seu detalhamento é praxe do processo de planejamento territorial urbano quando não se tem disponíveis informações suficientes naquele momento. O próprio Lucio Costa condicionadas propostas aos estudos a serem desenvolvidos. A maioria das propostas não foi implantada.

A URB147/88 e o MDE 147/88 se constituem na documentação legal que define a poligonal do Setor Sudoeste. A área delimitada claramente engloba o terreno destinado às Quadras 500, foco da Ação Civil Pública.

Além da área onde se prevê a implantação da SQSW 500 integrar a área delimitada para o Sudoeste, há registro, datado de 1964, de lote em local similar ao do objeto da presente Ação Civil Pública e com destinação para Exposição Agropecuária. Com a existência deste lote, referente à planta SAI, PR – 2/1, fica evidente que essa porção do território já se tratava de área destinada a edificações. Corrobora esse entendimento, a citação da destinação da área objeto da lide no Código de Edificações de Brasília datado de 1967.

As complementações ocorridas ao longo do tempo compõem a área ocupada pelo Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, conforme poligonal definida no Registro Cartorial R-2-66.039. O registro da Poligonal, que inclui a Quadra 500 foi, realizado há mais de 23 anos. Existem casos anteriores de diversas quadras, tais como as SQSW 100, 105, 300, 305, 306 que representam hipóteses semelhantes ao objeto da Ação Civil Pública, constituindo-se como complementações da matrícula. Entende-se que a denominada Quadra 500 é mais uma das complementações do projeto geral.

O destaque da Matrícula 92.930 oriunda da Matrícula 66.039 comprova, inequivocamente, que a SQSW 500 sempre integrou o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, desde o seu registro inicial, em 11/07/89, não podendo ser considerada com uma **extensão** do Setor Sudoeste. A área objeto da lide foi individualizada para que se efetivasse a doação da Terracap para a União Federal – Marinha do Brasil. Desde o início da negociação, em 1992, a intenção da Marinha era de construção de unidades habitacionais.

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

O Projeto Urbanístico referente à SQSW 500 coordenado pela SEDHAB, contou com a análise e aprovação dos diversos órgãos e entidades distritais, tais como IBRAM, CEB, CAESB, NOVACAP, DETRAN, DER, além da aquiescência do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio nacional – IPHAN.

Pelo exposto conclui-se que:

- *A ocupação da Quadra 500 não se constitui em ilegalidade face ao Decreto nº 10.829/87.*
- *A área da Quadra 500 encontram-se em situação semelhante às áreas abrangidas pelas SQSW 300, CLSW 300, A e B, QMSW 2, 4 e 5, SQSW 105; SQSW 106; SQSW 305; SQSW 306, já implantadas e ocupadas.*
- *A Quadra 500 é proposta em área edificável, vez que originalmente, desde 1964 havia indicação de lote edificável em situação similar àquela localidade, tendo sido registrada em Projeto de Urbanismo datado de 1989 como para parcelamento futuro.*
- *A área da Quadra 500, não pode portanto ser considerada como non-aedificandi. “*

Acolho as informações e conclusões acima transcritas, como razões de decidir.

Desse modo, a pretensão autoral não merece acolhimento, à míngua da comprovação de qualquer ilegalidade no parcelamento e na ocupação da área localizada no Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SCHCSW, entre o Departamento Nacional de Meteorologia (Rua G) e a 4ª Avenida - “Projeto de Expansão do Setor Sudoeste”.

## DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ACOLHO** a preliminar de ilegitimidade passiva do IBRAM, e, em consequência, **JULGAR EXTINTO O FEITO** sem resolução do mérito quanto ao referido instituto (CPC, art. 267, VI).

Quanto aos demais réus, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO.**

Sem custas, nem honorários, em face da isenção prevista no art. 18 da Lei nº 7.347/85.

Sentença sujeita ao reexame necessário (Lei nº 7.347/85, art. 19, e CPC, art. 475).





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0030296-39.2011.4.01.3400 - 16ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00166.2014.00163400.1.00332/00128

Traslade-se cópia desta sentença para os autos da Ação Civil Pública nº 30295-54.2011.4.01.3400 e da Ação Cautelar nº 30297-24.2011.4.01.3400.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 06 de março de 2014.

**CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH**  
**Juíza Federal em auxílio da 16ª Vara da SJDF**

Gabt3/sentença:ACP-SETOR SUDOESTE-VIABILIDADE URBANÍSTICA-CORRIGIDO

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL CRISTIANE PEDERZOLLI RENTZSCH em 06/03/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 35956463400201.

(NMÍê1&gt;1R0)



PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0030296-39.2011.4.01.3400/DF

RELATOR(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
 APELANTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
 PROCURADOR : PETERSON DE PAULA PEREIRA  
 APELADO : ANTARES ENGENHARIA LTDA  
 ADVOGADO : MARCOS JOAQUIM GONCALVES ALVES E OUTROS(AS)  
 APELADO : UNIAO FEDERAL  
 PROCURADOR : JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS  
 APELADO : DISTRITO FEDERAL  
 APELADO : INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS DO  
 DISTRITO FEDERAL BRASILIA AMBIENTAL - IBRAM  
 PROCURADOR : ANA MARIA ISAR DOS SANTOS GOMES  
 REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF

## RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Desembargador Federal **JIRAIR ARAM MEGUERIAN** (Relator):

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal e de remessa oficial de sentença proferida pela MM. Juíza Federal em auxílio na 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que julgou extinto o processo sem resolução de mérito em relação ao réu IBRAM, por ilegitimidade passiva, e, quanto ao mérito, julgou improcedentes os pedidos formulados em desfavor dos ora apelados, por meio dos quais pretendiam, em resumo, **(a)** a declaração de que a área relativa ao Projeto de Expansão do Setor Sudoeste é “área *non aedificandi*” e que integra a escala bucólica da área tombada de Brasília, de acordo com o Decreto Distrital nº 10.829/87 e seu anexo I, denominado Brasília Revisitada; **(b)** a condenação da ré Antares Engenharia LTDA. ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em abster-se de construir na respectiva área, inclusive obras de infraestrutura, sob pena de pagamento de multa cominatória; **(c)** a imposição ao Distrito Federal de não aprovar projeto urbanístico referente à denominada Expansão do Setor Sudoeste, bem como de não licenciar as respectivas obras; **(d)** a imposição ao IBRAM de obrigação consubstanciada no não licenciamento do projeto urbanístico eventualmente aprovado pelo réu Distrito Federal ou, caso já licenciado, na anulação da licença respectiva; **(e)** a condenação do réu Distrito Federal à obrigação de não licenciar obras na área em que se pretende a construção do empreendimento referente à Expansão do Setor Sudoeste.

2. Consignou a Ilustre Magistrada de origem, quanto ao réu IBRAM, não ser ele parte legítima para figurar no polo passivo da relação processual na medida em que a ele não compete a análise da viabilidade e legalidade urbanística de implantação de projetos de parcelamento e edificações. Já no que se refere ao mérito da questão posta nos autos, registrou que o laudo técnico resultante da prova pericial produzida na fase oportuna concluiu que o terreno destinado à implantação do Projeto de Expansão do Setor Sudoeste (Quadra 500) não apresenta restrição *non aedificandi*, pelo que improcedentes os pedidos formulados pelo *Parquet* (fls. 1878/1913).

3. Em suas razões, fls. 1922/1930, suscita o Ministério Público Federal preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa. Sustenta, para tanto, que a d. julgadora de primeiro grau, antes de sentenciar o feito, não lhe oportunizou a apresentação de alegações finais após o laudo da perícia realizada. Ressalta, em continuidade, ser evidente o prejuízo resultante da

conduta da magistrada, na medida em que a sentença por ela prolatada adotou como razões de decidir a íntegra do laudo pericial realizado na fase de instrução.

4. No que se refere ao mérito da questão posta nos autos, afirma o Ministério Público Federal **(a)** ser inválido o laudo pericial no qual se baseou a magistrada prolatora da sentença recorrida, na medida em que, sendo a perita arquiteta, não poderia ter se pronunciado acerca de matéria de Direito; **(b)** que, ao contrário do afirmado no laudo pericial, a área da Expansão do Setor Sudoeste é parte da área *non aedificandi* definida no Projeto Brasília Revisitada, sendo este o conjunto urbanístico aprovado para ser tombado e patrimônio mundial; **(c)** a “área A” não está e nunca esteve prevista como de expansão residencial no documento Brasília Revisitada (Anexo II do Decreto nº 10.829/87), sendo que o registro do Setor Sudoeste foi realizado após a publicação de tal diploma e foi considerada área maior do que o permitido e autorizado no projeto Brasília Revisitada; **(d)** a área denominada Expansão do Setor Sudoeste faz parte da escala bucólica e, por isso, não faz parte da escala residencial, tampouco está em local de exceção prevista para servir a área residencial; **(e)** o documento Brasília Revisitada compôs o Decreto nº 10.829/87 como Anexos I e II, trazendo diretrizes de ocupação e expansão para o Plano Piloto de Brasília e prevendo seis áreas específicas para expansão predominantemente residencial, denominadas, área A, B, C, D, E e F, devendo as regulamentações supervenientes observar as diretrizes e orientações do Decreto Distrital; **(f)** nada obstante, o Decreto nº 11.433/89 expandiu a área A do Projeto Brasília Revisitada, ampliando a área prevista para excepcional expansão residencial, passando a constar o local da Quadra 500 (Expansão do Setor Sudoeste) como “área a ser parcelada”, diploma que não deve prevalecer na medida em que se trata de norma urbanística posterior em total desacordo com as poligonais, as diretrizes e as orientações definidas no Projeto Brasília Revisitada; **(g)** que no projeto Brasília Revisitada, Lúcio Costa vislumbrou o preenchimento urbanístico de áreas, definindo, no entanto, as precisas poligonais respectivas, sendo que a autoridade urbanística deveria realizar estudos para avaliar eventuais futuras ocupações e se tais impactos seriam negativos, objetivando, com isso, dimensionar a capacidade de suporte da bacia do Paranoá e os riscos de descaracterização da concepção da cidade de Brasília, sendo que o resultado somente poderia influenciar a redução da área residencial, e nunca a ampliação, conforme decidido na sentença recorrida; **(h)** que Lúcio Costa permitiu futuras expansões para o projeto original desde que não houvesse sua descaracterização (conceito de cidade-parque); **(i)** serem irrelevantes os registros públicos juntados aos autos e analisados pela perita judicial, na medida em que se referem a imóveis que não são passíveis de registro por serem área “non aedificandi”, sendo irregular a sua classificação como área de expansão residencial; **(j)** que o argumento de que Brasília é uma cidade jovem e que possui necessidades crescentes não pode servir de fundamento para a alteração do projeto urbanístico tombado, não sendo legítimo, ainda, que o interesse particular de novos postos de moradia no centro do Plano Piloto sobreponham-se ao interesse público de manter incólume o conjunto urbanístico reconhecido mundialmente; **(l)** que uma rápida leitura da inclusão de Brasília como patrimônio mundial permite concluir que o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO apenas chancelou as mudanças que já haviam sido feitas até o momento no Projeto Brasília Revisitada, expressamente consignando que “as mudanças ocorridas na própria cidade e nos subúrbios alteraram partes do conceito original mas, até o momento (07 a 11 de dezembro de 1987), ainda não a ponto de torná-lo inelegível ao *status* de Patrimônio Mundial”; **(m)** que a própria Lei Orgânica do Distrito Federal admite como sendo o “conjunto urbanístico a ser protegido” aquele disposto no Decreto nº 10.829/87 e na Portaria nº 314, de 08/10/1992, do então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; **(n)** que as informações colhidas do documento Brasília 57-85 produzidas pela filha de Lúcio Costa, Maria Elisa Costa, em que cita o Sudoeste como área residencial, não têm força jurídica para afastar as informações do Projeto Brasília Revisitada, além de, em nenhum momento, afirmar categoricamente que a Expansão do Setor Sudoeste seria área residencial como pretende a perita; **(o)** o Projeto Urbanístico URB 147/88 e o Memorial Descritivo MDE 147/88 – documentos que, segundo a perita, são os que delimitam o parcelamento da Área A do Sudoeste e responsáveis pela permissão da expansão daquele bairro – não possuem força normativa capaz de derogar o disposto no Decreto nº 10.829/87, já que confrontam expressamente o Projeto Brasília Revisitada que fora aprovado pela UNESCO como patrimônio urbanístico; **(p)** ter o Superior Tribunal de Justiça, assim como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios,

precedentes no sentido de que permanecem válidos o Decreto nº 10.289/1987 e a Lei nº 3.751/60 sem as alterações informadas pela perita; **(q)** que a extirpação da área bucólica contestada poderá atacar efetivamente todo o conjunto urbanístico de Brasília, uma vez que os atributos dos bens culturais tombados na forma de conjunto assumem a forma de universalidade indivisível diante de suas qualidades históricas, artísticas, naturais ou paisagísticas em uma entidade ideal e complexa que transcende a individualidade de cada um dos elementos/componentes; **(r)** possuírem presunção relativa de veracidade os registros públicos da área, caindo por terra sua regularidade quando da observação de que a área sequer deveria ter sido registrada em Cartório, já que em 1987 não era imóvel, situação que somente se concretizou em 1989 em nítida afronta ao artigo 10 do Decreto nº 10.829/87, extrapolando a área prevista como expansão residencial no documento Brasília Revisitada; e **(s)** ser devida a concessão de medida liminar para restabelecer a proibição de construir, sendo evidente o perigo da demora a ensejar a atribuição de efeito suspensivo.

5. Às fls. 1939/1959, contrarrazões da apelada Antares Engenharia LTDA.; às fls. 1964/1977, contrarrazões da União; e às fls. 1987/2006, contrarrazões do Distrito Federal.

6. Em parecer (fls. 2013/2031), manifesta-se o Ministério Público Federal pelo provimento em parte do recurso de apelação, em ementa assim redigida:

*CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA EM RAZÃO DE NÃO SE TER VIABILIZADO A APRESENTAÇÃO DE RAZÕES FINAIS ESCRITAS. IMPROCEDÊNCIA. RAZÕES FINAIS QUE SE ATRELAM AO CONTEXTO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, INEXISTENTE NOS AUTOS. INTIMAÇÃO DO MPF APÓS O LAUDO, PERMITINDO IMPUGNÁ-LO E INTERPOR AGRAVO DE INSTRUMENTO DA DECISÃO QUE O REPUTOU ADEQUADO. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. CONCEPÇÃO URBANÍSTICA DE BRÁSILIA SEGUNDO AS DELIMITAÇÕES DO DECRETO 10.829/87. MODIFICAÇÃO SUPERVENIENTE OPERADA PELO DECRETO DISTRITAL 11.433/89. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO IMPOSTA NA LEI FEDERAL 3.751/60. INOBSERVÂNCIA. EXTRAPOLAÇÃO DO PODER REGULAMENTAR. APROVAÇÃO COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL PELA UNESCO. EFETIVA NECESSIDADE DE CONFERIR PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE TODA A HUMANIDADE. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. PARECER PELO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO E, NO MÉRITO, PELO **PARCIAL PROVIMENTO, AFASTANDO-SE, APENAS A PROCEDÊNCIA DA LIMINAR.***

7. Às fls. 2037/2042, manifestação da apelada Antares Engenharia LTDA. acerca do parecer do Ministério Público Federal em segunda instância.

8. À fl. 2044, petição da apelada Antares Engenharia LTDA. pugnando pela juntada aos autos de parecer jurídico sobre o tema (fls. 2045/2073).

9. À fl. 2078, petição do Ministério Público Federal (Procuradoria Regional da República da 1ª Região) pugnando pela juntada aos autos de representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal acerca da ocupação da Quadra 500 do Setor Sudoeste.

É o relatório.

**Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN**  
Relator

## VOTO

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA SEM OPORTUNIZAR ÀS PARTES PRAZO PARA ALEGAÇÕES FINAIS: NULIDADE NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. MÉRITO. PATRIMÔNIO HISTÓRICO. BRASÍLIA. IMPLANTAÇÃO DA QUADRA 500 DO SETOR SUDOESTE. MODIFICAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA: NÃO OCORRÊNCIA. DEFINIÇÃO DOS LIMITES DA “ÁREA A” DO PROJETO BRASÍLIA REVISITADA (DECRETO DISTRITAL Nº 10.829/87) APENAS POR OCASIÃO DO DECRETO DISTRITAL Nº 11.433/89. SENTENÇA MANTIDA.

*I – A não abertura de prazo para a apresentação de alegações finais antes da prolação da sentença não acarreta nulidade conforme sustenta o Ministério Público Federal, ainda mais quando não comprovado eventual prejuízo decorrente da postura adotada pelo Juízo de primeiro grau, que, apesar de ter fundamentado a sentença no laudo pericial acostado aos autos, abriu prazo às partes para se manifestarem sobre o trabalho desenvolvido pela expert, tendo o Parquet, inclusive, interposto agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de complementação da prova técnica. Alegação de nulidade da sentença por cerceamento da defesa afastada.*

*II – Não há que se falar, no caso concreto, em nulidade do laudo pericial no qual se baseou a sentença recorrida sob a alegação de que, sendo a perita arquiteta, não poderia ter se pronunciado acerca de matéria de Direito. É que a leitura do laudo técnico revela que a perita designada pelo Juízo não emitiu juízo de valor acerca de matéria de Direito, mas apenas expôs o regramento legal existente acerca do tombamento de Brasília, sem o qual, registre-se, não seria possível a confecção da prova pericial. Tanto é assim que o próprio Ministério Público Federal, em um de seus quesitos, pleiteou fossem demonstrados, no laudo pericial, os diplomas legais existentes nos âmbitos federal, distrital e mundial acerca da proteção conferida ao Conjunto Urbanístico de Brasília.*

*III – A preservação da concepção urbanística de Brasília foi objeto do Decreto Distrital nº 10.829/87, editado para regulamentar o art. 38 da Lei nº 3.751/60, cujo teor é no sentido de que qualquer alteração no Plano Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal.*

*IV – A exata explicitação do conceito do bem cultural protegido pela Lei nº 3.751/60, conferida pelo Decreto Distrital nº 10.829/87, foi resultado da necessidade de atendimento de solicitação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, ligado à UNESCO, para fins de sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Referido diploma traz como anexo documento intitulado “Brasília Revisitada”, de autoria de Lúcio Costa, e que traz expressa previsão acerca do adensamento e da expansão urbana do Plano Piloto, inclusive acerca da ocupação familiar do atual Setor Sudoeste, a ele se referindo como “Área A”, sem, contudo, delimitar suas poligonais, apesar de tê-la indicado em mapa que integra, como anexo, o Decreto Distrital nº 10.829/87.*

*V – Apenas por ocasião da edição do Decreto Distrital nº 11.433/89, responsável pela homologação de decisão que aprovara o detalhamento da “mancha A” (Projeto URB nº 147/88 e Memorial Descritivo – MDE nº*



147/88), atualmente denominado Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, é que o novo bairro foi efetivamente delimitado, trazendo previsão, inclusive, de edificação na área em que se pretende implantar a Quadra 500 do Setor Sudoeste e que o Ministério Público Federal denomina “Expansão do Setor Sudoeste”.

VI – É relevante à solução da controvérsia, ainda, trecho do laudo pericial produzido na origem que enumera as normas que expressamente foram revogadas pelo MDE nº 147/88, demonstrando que a porção de território destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste já se tratava, desde 1964, de área destinada a edificações (no caso, instalação de pavilhões permanentes ou provisórios para exposições, feiras, circos e para a realização de festas populares).

VII – Apesar de entendimento firmado em sede de agravo de instrumento em que se objetivava a reforma de decisão que havia determinado a suspensão de qualquer obra na área relativa à Quadra 500 do Setor Sudoeste enquanto não proferida sentença na origem (Agravo de Instrumento nº 39462-13.2011.4.01.3400), entendimento esse adotado em sede de cognição sumária, próprio do recurso de agravo, melhor exame da matéria, permitido após a produção, inclusive, de prova pericial na origem, revela não haver que se falar em violação, pelo Decreto Distrital nº 11.433/89 (responsável por aprovar a URB 147/88 e o MDE 147/88, que, por sua vez, delimitaram a “Área A” a que se referiu o Lúcio Costa), das normas de tombamento, na medida em que apenas em 1990 é que o Conjunto Urbanístico de Brasília foi tombado. Além disso, ainda que o Decreto Distrital nº 10.829/87 tenha intrínseca relação com o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília, já que a partir dele é que Brasília foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial, fato é que ele não estabeleceu os limites poligonais do que seria a “Área A” a que se referiu Lúcio Costa no Brasília Revisitada, sendo possível ao Decreto nº 11.433/89, pois, assim proceder sem que se alegue sua invalidade.

VIII – Mantida a sentença de improcedência dos pedidos iniciais, resta prejudicada a pretensão do Ministério Público Federal de antecipação dos efeitos da tutela recursal e consequente concessão de liminar proibitiva da construção na Quadra 500 do Setor Sudoeste.

IX – Prejudicialidade do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal que se mantém ainda diante da notícia da existência de decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal determinando ao Governo do Distrito Federal a sustação, em seus órgãos e entidades, de quaisquer procedimentos visando à ocupação das Quadras 500 do Setor Sudoeste. É que, tratando-se de instâncias diversas, cada qual com sua competência no âmbito de sua jurisdição, não está esta Corte vinculada às conclusões daquele Egrégio Tribunal, ainda que relativas à mesma controvérsia.

X – Sentença mantida. Recurso de apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

O Exmo. Sr. Desembargador Federal **JIRAIR ARAM MEGUERIAN** (Relator):

Cinge-se a controvérsia posta nos autos à discussão acerca da natureza da área destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste de Brasília/DF: se “aedificandi” ou “non aedificandi”.

2. Afirma o Ministério Público Federal, em síntese, que a área em questão é integrante da Escala Bucólica de Brasília e que não constou da previsão excepcional de expansão residencial da cidade, em flagrante afronta ao Decreto Distrital nº 10.829/87, mais precisamente ao seu Anexo II, denominado “Brasília Revisitada”.



3. No que se refere especificamente ao Brasília Revisitada, aduz que referido documento apenas previu a extensão do Plano Piloto para o Sudoeste e para o Noroeste com a criação dos Bairros Oeste Sul e Oeste Norte, não constando no primeiro a área destinada à implantação da Quadra 500, denominada pelo Ministério Público de “Expansão do Setor Sudoeste”.

4. Já os réus (União, Distrito Federal, Antares Engenharia LTDA. e Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental – IBRAM), alegam, em síntese, não prosperar a alegação do Ministério Público (do Distrito Federal originariamente e Federal após o declínio da competência em favor da Justiça Federal) na medida em que o parcelamento e a edificação da área destinada à Quadra 500 do Setor Sudoeste obedeceram ao quanto disposto no Decreto Distrital nº 11.433/89, que estabeleceu precisamente os limites técnicos da “mancha” apontada no Anexo II como “Área A” do Setor Oeste Sul (Setor Sudoeste)

5. Alegam, ademais, que a Portaria nº 04 da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, de 13 de março de 1990, responsável por estabelecer as definições e critérios concernentes ao tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, trouxe, em seu art. 9º, disposição no sentido de que “são consideradas áreas *non aedificandi* todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do art. 1º da norma que não estejam edificadas ou institucionalmente destinados à edificação”, nos termos da legislação vigente, sendo certo que, no caso da Quadra 500, área respectiva já estava, institucionalmente, destinada a futura edificação pelo Decreto Distrital nº 11.433/89.

6. Pois bem. Não obstante os argumentos apresentados pelo Ministério Público em sua inicial e reforçados em seu recurso de apelação, aos quais aderiu o Ministério Público Federal que atua perante esta Corte na condição de *custos legis*, entendo não lhe assistir razão, pelo que deve ser mantida, nos termos em que proferida, a sentença recorrida.

7. Antes, porém, de declinar os respectivos fundamentos, analiso a preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa suscitada pelo *Parquet* pelo fato de não lhe ter sido oportunizada a apresentação de alegações finais após o laudo da perícia realizada.

8. Compulsando os autos, observo que, de fato, apresentado o laudo pericial e realizados questionamentos pelo Ministério Público Federal, a d. magistrada de primeiro grau indeferiu sua pretensão de complementação da prova técnica sob a alegação de que a perita apresentou fundamentação adequada, suficiente para auxiliá-la no deslinde da controvérsia (fl. 1851).

9. Após, sem oportunizar às partes prazo para a apresentação de alegações finais, proferiu sentença, julgando extinto o processo sem resolução de mérito em relação ao IBRAM, por ilegitimidade passiva, e improcedente o pedido formulado pelo Ministério Público Federal (fls. 1878/1912-v.).

10. A não abertura de prazo para a apresentação de alegações finais, contudo, não acarreta nulidade conforme pretende o apelante, ainda mais quando não comprovado eventual prejuízo decorrente da postura adotada pelo Juízo de primeiro grau.

11. É de se ressaltar, ademais, que, apresentado o laudo pericial pela perita designada pelo Juízo, as partes sobre ele puderam se manifestar, tendo o Ministério Público Federal, inclusive, interposto agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu seu pedido de complementação da prova técnica, ao qual esta Corte, por seu turno, em sessão realizada no dia 11/05/2015, negou provimento (acórdão pendente de publicação).

12. Esses os fundamentos, não há que se falar em nulidade da sentença por cerceamento de defesa.

13. Ressalto, outrossim, não haver que se falar em nulidade do laudo pericial no qual se baseou a sentença recorrida sob a alegação de que, sendo a perita arquiteta, não poderia ter se pronunciado acerca de matéria de Direito.

14. Isso porque a leitura do laudo pericial revela que a perita designada pelo Juízo não se pronunciou acerca de matéria de Direito, mas apenas expôs o regramento legal existente

x

acerca do tombamento de Brasília, sem o qual, registre-se, não seria possível a confecção do laudo pericial. Tanto é assim que o próprio Ministério Público Federal, em um de seus quesitos (fls. 1438 e seguintes), pleiteou fosse demonstrado, no laudo pericial, os diplomas legais existentes nos âmbitos federal, distrital e mundial acerca da proteção conferida ao Conjunto Urbanístico de Brasília.

15. Amparado em tais fundamentos, entendo não prosperar, também neste ponto, a tese ministerial.

16. Passo, por fim, ao exame da questão principal debatida nos presentes autos – se a área destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste é ou não área *non aedificandi*.

17. Registro, inicialmente, que acerca da matéria já tive oportunidade de me manifestar por ocasião do julgamento do Agravo de Instrumento nº 39462-13.2011.4.01.000, interposto pela União contra decisão que manteve medida liminar proferida na Justiça Comum do Distrito Federal e que determinara a suspensão das obras destinadas à implantação da denominada Expansão do Setor Sudoeste.

18. Naquela ocasião, proferi voto no sentido de que, em princípio, o entendimento firmado pela d. magistrada de primeiro grau mantendo a decisão de suspensão das obras destinadas à implantação da Quadra 500 do Setor Sudoeste era a que mais de revelava adequada, conforme acórdão assim ementado:

*CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PATRIMÔNIO HISTÓRICO. EDIFICAÇÃO EM ÁREA NON AEDIFICANDI LOCALIZADA NO SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE – SHCSW 500. MODIFICAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA PREVISTO NO DECRETO DISTRITAL Nº 10.829/87 POR NORMA SUPERVENIENTE (DECRETO DISTRITAL Nº 11.433/89): IMPOSSIBILIDADE. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL: EXAME DE SUA PERTINÊNCIA VINCULADA AO PRINCÍPIO DA LIVRE CONVICTÃO DO MAGISTRADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*I – A preservação do conjunto urbanístico de Brasília encontra previsão desde a antiga Lei Orgânica do Distrito Federal – Lei nº 3.751/60, restando seu art. 38 regulamentado por meio do Decreto Distrital nº 10.829/87, expresso ao afirmar que eventual expansão urbanística deve obedecer às recomendações constantes do Projeto Brasília Revisitada (anexo I) e da planta constante de seu anexo II, que não previam a área litigiosa, localizada no SHCSW 500, como aedificandi.*

*II – A superveniência de diploma legal que não atende às exigências previstas em norma anterior e que permite a construção de empreendimento em área originariamente prevista como non aedificandi, ainda que à época não concretizado, sob o ponto de vista formal, o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília, porquanto registrado no livro de tombo histórico apenas em março/1990, não pode ser reputado como válido, devendo ser privilegiada norma constitucional que assegura proteção ao patrimônio cultural brasileiro e resolução da UNESCO que o definiu como Patrimônio Cultural da Humanidade.*

*III – Sendo a formação de seu convencimento calcada no princípio da livre convicção, apenas ao magistrado processante incumbe, como destinatário que é da prova, o exame de sua pertinência com a solução da controvérsia posta para exame, de modo que inviável, também neste ponto, a pretensão de reforma da decisão agravada.*

*IV – Agravo de instrumento a que se nega provimento.*

19. Em reexame da matéria, agora em sede de cognição exauriente, e estando os autos devidamente instruídos, tendo sido inclusive produzido prova pericial, entendo não assistir razão ao Ministério Público Federal. Explico.

20. A preservação da concepção urbanística de Brasília foi objeto do Decreto Distrital nº 10.829/87 que, por sua vez, foi editado para regulamentar o art. 38 da Lei nº 3.751/60, cujo teor é no sentido de que qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal.

21. A exata explicitação do conceito do bem cultural protegido pela Lei nº 3.751/60, conferida pelo Decreto Distrital nº 10.829/87, foi resultado da necessidade de atendimento de solicitação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, ligado à UNESCO, para fins de sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial.

22. Assim dispõem seus arts. 1º e 2º:

*Art. 1º. Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descrito e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lucio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.*

*§ 1º. A realidade físico-territorial correspondente ao Plano Piloto referido no caput deste artigo, deve ser entendida como conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto e cujas complementações, preservação e eventual expansão devem obedecer as recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000, e que constituem os anexos I e II deste Decreto.*

*§ 2º. A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.*

*Art. 2º. A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.*

23. O texto intitulado Brasília Revisitada a que se refere o art. 1º do Decreto Distrital nº 10.829/87 traz expressamente previsão acerca do adensamento e da expansão urbana do Plano Piloto, inclusive acerca da ocupação familiar do atual Setor Sudoeste, a ele se referindo como “Área A”, *in verbis* (fls. 58/59):

*(...).*

**ADENSAMENTO E EXPANSÃO URBANA DO “PLANO PILOTO”**

*Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação – predominantemente residencial – em áreas próximas ao “Plano Piloto”, ou seja, na bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se no que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade parque – “derramada-e-concisa” – sugerida como traço urbano diferenciador da capital.*

*[...].*

*Chegando a Brasília propriamente dita, seis áreas comportam ocupação residencial multifamiliar, sendo diretamente vinculadas ao “Plano Piloto” passam, por conseguinte, a interferir no jogo das escalas urbanas.*

*As duas primeiras (A e B), na parte oeste da cidade, resultam da distância excessiva entre a Praça Municipal e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento decorrente do deslocamento do conjunto urbano em direção ao lago recomendado por Sir William Holford no julgamento do concurso.*

*[...].*

*Na implantação dos dois novos bairros a oeste – Oeste Sul e Oeste Norte – foram previstas Quadras Econômicas (pilotis e três pv) para responder à demanda habitacional popular e Superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem piloti) e uso misto.*

*(...).*

24. Não se tem dúvida, pois, que o documento intitulado Brasília Revisitada trouxe previsão de expansão do Plano Piloto e de criação dos bairros Sudoeste e Noroeste (Áreas “A” e “B”, respectivamente). O que se torna controvertido é se a área destinada à implantação da Quadra 500 do Sudoeste estaria compreendida na “Área A” a que Lúcio Costa se refere em Brasília Revisita, ou se seria ela expansão indevida realizada em desconformidade com os diplomas que regem o tombamento de Brasília.

25. A leitura do documento Brasília Revisitada revela que a “Área A” destinada ao bairro Sudoeste não teve suas poligonais delimitadas naquela ocasião, tendo constado do Anexo II do Decreto nº 10.829/87 apenas uma “mancha” a que ela corresponderia (fl. 69).

26. Apenas por ocasião da edição do Decreto Distrital nº 11.433/89 (fl. 246), responsável pela homologação de decisão que aprovara o projeto de detalhamento da “mancha A” (Projeto URB nº 147/88), atualmente denominado Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, é que foram efetivamente delimitados os limites do novo bairro.

27. Neste ponto, trago à colação trecho do laudo pericial para melhor elucidação da questão (fls. 1694 e seguintes):

(...).

#### **12. O Setor de Habitações Coletivas Sudoeste**

*O projeto do Setor Sudoeste é originário das propostas contidas no documento Brasília Revisitada. A seguir são expostos temas relativos à sua implantação.*

##### **12.1 O Estudo Urbanístico**

*Em decorrência do estipulado pelo documento Brasília Revisitada, no sentido da necessidade de elaboração de estudos para a implementação de suas propostas, o Governo do Distrito Federal determinou a elaboração de um estudo de impacto ambiental e estudos urbanísticos que subsidiassem a possibilidade de ocupação do espaço previsto por Lúcio Costa para expansão da escala residencial do Plano Piloto, correspondente à Área “A”.*

*Após tais estudos, a área a ser ocupada pelo Parcelamento denominado SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE, foi devidamente delimitada, conforme coordenadas geográficas indicadas em documentação legal. Foram elaborados o Projeto Urbanístico – URB 147/88 e o Memorial Descritivo – MDE 147/88 para caracterização detalhada da área.*

*Consta do MDE 147/88:*

*O presente projeto URB 147/88 foi elaborado para definir o parcelamento da Área “A” proposta pelo Prof. LUCIO COSTA no documento BRASÍLIA REVISITADA 1885-1987 – Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão urbana.*

*No item I do MDE 147/88, sob a denominação ANTECEDENTES, é registrado o entendimento de que o documento Brasília Revisitada tratava de proposições, da necessidade de detalhamento dessas manchas e da priorização da mancha “A”:*

*O presente projeto originou-se da proposta denominada “Brasília Revisitada 85/87” de autoria do prof. Lúcio Costa, encampado pelo Governo do Distrito Federal e enviada por este ao CAUMA, sendo aprovada pelo mesmo em 24/02/87, através da Decisão 28/87.*

*A referida proposta constitui-se basicamente em um conjunto de intenções de ocupação e uso do solo para a Bacia do Paranoá, enfatizando os possíveis “alastramentos” do Plano Piloto, priorizando o aspecto habitacional, apresentando tipologias de ocupação.*

*No aspecto da expansão do plano piloto a proposta resume-se na ocupação de cinco manchas (ver desenho nº 01), inicialmente eram seis, sendo, posteriormente, retirada aquela destinada às Quadras Planalto, que comportam ocupação residencial multifamiliar com as seguintes características:*

*a) Ocupação dos vazios não projetados;*



- b) Proposta de fixação das Vilas Planalto e Paranoá;
- c) Alteração de destinação de áreas no plano Piloto;
- d) Tipologia diversificada, variando conforme localização, de lotes individuais à pilotis mais três pavimentos (Quadras Econômicas), pilotis mais quatro (Pequenas Quadras) e pilotis mais seis (Superquadras).

**Em função da impossibilidade, e mesmo da recomendação do Prof. Lúcio Costa, do detalhamento simultâneo das cinco manchas**, adotou-se um critério de prioridade para aquela que, por sua localização em relação a equipamentos públicos urbanos e comunitários existentes (de influência metropolitana), sistema viário de ligação implantado, topografia favorável e facilidade de integração com os núcleos urbanos mais próximos, caracterizando-se como uma extensão natural dos mesmos. Tais características determinaram, naturalmente, **a escolha da mancha “a”, como prioritária** (ver desenho 1).” (os grifos não são do original).

[...].

#### **12.2. O sítio onde se localiza o Projeto e o uso do solo previsto:**

No item II do MDE 147/88, que trata da DESCRIÇÃO ANALÍTICA DO SÍTIO, constata-se que o espaço abrangido pelo Setor Sudoeste, como projetado na URB 147/88, teve por escopo diversos parâmetros que justificam a sua abrangência, conforme transcrição a seguir:

A descrição analítica do sítio compreende o entendimento do espaço onde será implantado o novo bairro. Tal entendimento se dá principalmente, no que diz respeito aos condicionantes naturais (topografia, vegetação, condicionantes do solo, etc) em conjunto com aqueles artificiais (existentes ou projetados), constituídos pelas edificações, lotes, etc. implantados na área em questão.

O item II-1, denominado LOCALIZAÇÃO, especifica:

A área de projeto caracteriza-se como uma extensão do Setor de Indústria Gráficas, sendo por ele delimitado a leste, bem como pela Estrada Indústrias Gráficas, ao sul e a oeste pela Estrada Contorno do Bosque e ao norte Eixo Monumental, Via S-1 oeste; tais vias, bem como a sua localização em relação ao seu entorno imediato estão melhor explicitadas no desenho nº 3.

O desenho 3 constante do documento é apresentado a seguir.

[...].

O desenho 4, que sobrepõe a área em litígio, a denominada “Quadra 500” ao desenho 3 que compõe o MDE 147/88 é apresentado a seguir.

[...].

Ainda na descrição analítica do terreno, o subitem II-4 – USO DO SOLO ANTERIOR AO PROJETO E ASPECTOS LEGAIS, do MDE 147/88, registra que a área objeto do Projeto URB 147/88 já se encontrava parcialmente ocupada ou destinada a outras ocupações:

À época dos estudos preliminares que subsidiaram a elaboração do projeto, verificou-se que a área **já se encontrava parcialmente ocupada, com usos diversificados em lotes distintos**, sendo que a maioria deles já foi incorporada ao projeto.

O critério básico para a permanência e consequente incorporação, ao projeto, dos lotes existentes, foi o fato de possuírem registro legal e/ou edificações anteriores. Assim sendo permaneceram os lotes do Setor de Indústria Gráficas, CAESB e Instituto Meteorológico, **sendo eliminados os destinados a Hospital Psiquiátrico, Exposição Agropecuária e Escolas de Samba**. (os grifos não são do original).

28. E assim conclui a perita no que se refere ao ponto supratranscrito (fl. 1699):

**Conclusão Intermediária 8:** A URB 147/88 e o MDE 147/88 se constituem na documentação legal que define a poligonal do Setor Sudoeste. A área delimitada claramente engloba o terreno destinado às Quadras 500, foco da Ação Civil Pública.

29. É relevante à solução da controvérsia, ainda, trecho do laudo pericial que, enumerando as normas que expressamente são revogadas pelo MDE 147/88, demonstra que a porção de território destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste já se tratava, desde 1964, de área destinada a edificações (no caso, instalação de pavilhões permanentes ou provisórios para exposições, feiras, circos e para a realização de festas populares), *in verbis* (fls. 1699 e seguintes):

(...).

**12.3 As normas substituídas e alteradas pelo MDE – 147/88**

O MDE enumera as normas que estão sendo anuladas e substituídas pelo mesmo, constando de sua folha inicial:

Este MDE, URB – 147/88, anula e substitui o MDE – 103/87. Também anula e substitui as plantas SAI/S, PR 176/1, SAI/S, PR 177/1, SAI/S, PR 178/1, SAI/S, PR 179/1, SAI, PR 19/2, SAI/S, PR 3/2. Modifica a SAI, PR 2/1. Complementa a SAI/SO, PR-127/1.

Em pesquisa realizada por esta Perícia Técnica, junto ao Núcleo de Acervo Urbanístico – NURB da Gerência de Documentação Urbanística e Territorial – GEDUT da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB, levantou-se que:

- **SAI, PR 2/1, planta modificada pela MDE, URB 147/88,** também representada pelo número 3 no detalhamento da Planta de Localização Geral dos SAI, apresentado a seguir, corresponde à área para Exposição Agropecuária;
- [...].
- SAI, PR 19/2, planta anulada, o local é representado pelo número 3 no detalhamento da Planta de Localização Geral dos SAI, mostrado a seguir, e corresponde à área para Exposição Agropecuária;
- [...].

[...].

A Planta SAI, PR 2/1, conforme data indicada no carimbo, é de 03 de março de 1964. A anotação, datada de 1989 registra:

Esta Planta SAI, PR – 2 foi modificada no que diz respeito a supressão do lote destinado a Exposição Agro-Pecuária, conforme decisão 157/88 – CAUMA e Decreto 11.433 de 30/01/89 do Sr. Governador do Distrito Federal, por solicitação do Processo 030.004.503/89.

Também é encontrado no Código de Edificações de Brasília, aprovado pelo Decreto “N” nº 596, de 08 de março de 1967, a citação à Área destinada a Feiras e Exposições, correspondentes às pranchas SAI (Setor de Áreas isoladas) PR 2/1:

[...].

**Conclusão Intermediária 9:** Além da área onde se prevê a implantação da SQSW 500 integrar a área delimitada para o Sudoeste, há registro, datado de 1964, de lote em local similar ao do objeto da presente Ação Civil Pública e com destinação para Exposição Agropecuária. Com a existência deste lote, referente à planta SAI, PR – 2/1, fica evidente que essa porção do território já se tratava de área destinada a edificações. Corrobora esse entendimento, a citação da destinação da área objeto da lide no Código de Edificações de Brasília datado de 1967.

(...).

30. Dessa forma, e considerando que Lúcio Costa, no Brasília Revisitada, não delimitou as poligonais da “Área A”, mas apenas a ela se referiu por meio de “mancha” no mapa retratado à fl. 38 do Decreto Distrital nº 10.829/87, poligonais essas que apenas foram traçadas por ocasião

x



do Projeto URB 147/88 e do Memorial Descritivo 147/88, que, por sua vez, foram aprovados por decisão do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente – CAUMA, posteriormente homologada pelo Decreto Distrital nº 11.433/89, entendendo ser *aedificandi* a área na qual pretende-se implantar a Quadra 500 do Setor Sudoeste.

31. No que se refere especificamente à alegação de que o Decreto Distrital nº 11.433/89 violaria as normas de tombamento de Brasília, entendendo também não assistir razão ao Ministério Público.

32. É que, embora o Comitê do Patrimônio Mundial tenha decidido, em Convenção realizada no período de 7 a 11 de dezembro de 1987, pelo deferimento da inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial (fl. 1657), apenas em 1990 é que o Conjunto Urbanístico de Brasília ocorreu seu tombamento federal. Neste ponto, importante também transcrever trecho do laudo pericial que bem elucida a questão (fls. 1658 e seguintes):

(...).

**8.3.2. O tombamento, em nível federal, do Conjunto Urbanístico de Brasília**

*Após o Decreto nº 10.829, de 1987 e o documento Brasília Revisitada, foi realizado, no ano de 1990, o tombamento federal do Conjunto Urbanístico de Brasília conforme a seguir:*

- *em 09 de março de 1990 foi realizada a 138ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que aprovou o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, com a recomendação de que fosse inscrito no Livro Tombo Histórico;*
- *em consequência, o Ministro da Cultura, em despacho datado de 12 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 13/03/1990, Seção I, página 5.088, homologou o tombamento final na forma seguinte:*

*Nos termos da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975 e para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 16 de novembro de 1937, HOMOLOGO o tombamento do Plano Piloto de Brasília, nos termos da decisão do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na 138ª Reunião, de 09 de março de 1990 (Processo nº 1.305 – T – 90).*

- *no Diário Oficial da União de 14/03/90 foi publicada a retificação do citado despacho, nos seguintes termos:*

*No despacho do Ministro de Estado da Cultura de 12 de março de 1990, publicado no DOU de 13.03.90, Seção I, página 5088, onde se lê Tombamento do Plano Piloto de Brasília, leia-se: Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, construído em decorrência do Plano Piloto, traçado para a cidade.*

- *a inscrição de Brasília no registro do patrimônio nacional foi confirmada pela Portaria nº 161, datada de 02 de agosto de 1990, do Ministro de Estado da Cultura, que determinou a inscrição do Memorial Descritivo do Conjunto Urbanístico de Brasília, no Livro do Tombo Histórico, sob a matrícula 532, nos termos das exigências do art. 4º do Decreto-Lei nº 25/37;*
- *O SPHAN expediu a Portaria nº 04, de 13 de março de 1990, a respeito das definições e critérios concernentes ao tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília;*
- *posteriormente, foi editada a Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que sucedera o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, substituindo e alterando a Portaria nº 04, de 13/03/90.*

*As citadas Portarias nº 004/90 e nº 314/92 explicitam o tombamento realizado em nível federal e praticamente repetem o Decreto do Distrito Federal nº 10.829/87. Apresentam, no entanto algumas diferenças:*

- *o art. 1º da Portaria nº 314/92, diferentemente do Decreto do DF, não se reporta ao Brasília Revisitada de Lúcio Costa, só vindo a fazê-lo no art. 9º ao tratar das áreas non aedificandi;*

- a redação do art. 1º da Portaria nº 314/92, em relação ao Decreto nº 10.829/87, é mais clara na conceituação de Plano Piloto, eliminando a referência inicial ao projeto original de Lúcio Costa apresentado por ocasião do concurso para a construção da nova capital do Brasil e limitando-se à menção do conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto.

A Portaria 314/92 também difere da Portaria anterior do SPHAN de nº 004/90, em que se baseara o tombamento federal, pela introdução de um novo parágrafo ao art. 9º, que trata das áreas non-aedificandi. Pelo introduzido § 3º passam a ser excepcionalmente admitidas novas edificações, desde que encaminhadas por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, como complementações necessárias ao Plano Piloto original.

[...].

A Portaria 314/92 traz como anexo Brasília Revisitada e seu mapa.

Registra-se ainda que tanto o art. 2º da Portaria 314/92 como o art. 2º do Decreto nº 10.829/87, são explícitos ao indicar que a manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais das quatro escalas em que se traduz a concepção urbana da cidade:

“Art. 2º A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.”

Note-se ainda que a própria Portaria IBPC 314/92 admite textualmente a possibilidade de complementação do Plano após o tombamento, restringindo, porém ao descortino dos seus autores.

(...).

**Conclusão Intermediária 3:** O Decreto nº 10.829/87 não pode ser considerado como o tombamento distrital. Assegura-se, no entanto, sua extrema importância no processo das diversas instâncias de preservação e tombamento nos âmbitos do patrimônio mundial, nacional e distrital. O fundamental, nas três esferas de proteção – mundial, federal e distrital –, é a preservação das características essenciais das escalas. A partir da diretriz principal, cada uma das esferas, conforme suas competências, detalha como essa preservação deve ocorrer.

(...).

33. É de se privilegiar, inclusive, parecer jurídico de lavra do eminente jurista José de Castro Meira, Ministro aposentado do Colendo Superior Tribunal de Justiça, acostado às fls. 2045 e seguintes, de cujo teor destaco o seguinte trecho (fl. 2072):

(...).

**3. O instrumento “Brasília Revisitada” tem caráter normativo ou é uma carta de intenções?**

O documento intitulado “Brasília Revisitada”, o qual fundamentou o Decreto Distrital nº 10.829/87, tantas vezes invocado pelo Ministério Público Federal para justificar a sua insurgência, não disciplinou de forma tesa, austera, definitiva o Plano Piloto. Estabeleceu diretrizes e formulou sugestões para o Poder Público competente, conforme se presta um trabalho de consultoria. Tal fato não implica, todavia, afastar sua relevância para a concepção de Brasília e do Plano Piloto.

Lúcio Costa deixa claro no referido trabalho o seu caráter opinativo quando inicia o documento agradecendo ao então Governador Distrital pela oportunidade de efetuar suas ponderações.

Deve-se preservar o espírito das ideias postas por Lúcio Costa no documento, sem olvidar ser Brasília uma cidade jovem e em franco desenvolvimento, como ressaltado pelo urbanista quando da revisão in loco de sua “obra”.

Dessa forma, deve ser interpretado de forma rígida apenas no que diz respeito à preservação de suas características essenciais. Quanto ao mais, deve ser interpretado como uma carta de intenções cuja implementação exige estudos complementares. Desse modo, o Decreto Distrital nº 10.829/87 não deve ter

PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0030296-39.2011.4.01.3400/DF**

*interpretação literal, mas sistemática, à luz do conjunto de ideias expostas no documento “Brasília Revisitada”.*

(...).

34. Diante dos fundamentos acima expostos, entendo deva ser negado provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal, mantendo-se a sentença proferida nos termos em que proferida. Resta prejudicada, por consequência lógica, a análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal formulado pelo *Parquet* em sua apelação.

35. Prejudicialidade do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal que se mantém ainda diante da notícia, veiculada pelo Ministério Público Federal à fl. 2078, da existência de decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal determinando ao Governo do Distrito Federal a sustação, em seus órgãos e entidades, de quaisquer procedimentos visando à ocupação das Quadras 500 do Setor Sudoeste.

36. É que, tratando-se de instâncias diversas, cada qual com sua competência no âmbito de sua jurisdição, não está esta Corte vinculada às conclusões daquele Egrégio Tribunal, ainda que relativas à mesma controvérsia.

37. Ressalto, por fim, serem inaplicáveis ao caso concreto os precedentes a que o Ministério Público Federal se refere em suas razões recursais (REsp nº 840.918/DF, do Superior Tribunal de Justiça; e Acórdão nº 681744, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios), na medida em que tratam de situações fáticas distintas da ora tratada – instalação de grades em torno dos pilotis dos edifícios residenciais nas Superquadras de Brasília e fechamentos dos pilotis de prédios da Superquadras de Brasília com grade para fins de formação de bicicletário e de garagem.

Pelo exposto, **nego provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal e à remessa oficial.**

É como voto.

Desembargador Federal **JIRAIR ARAM MEGUERIAN**  
Relator

(NMÍê1&gt;1R0)



PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0030296-39.2011.4.01.3400/DF

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
APELANTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
PROCURADOR : PETERSON DE PAULA PEREIRA  
APELADO : ANTARES ENGENHARIA LTDA  
ADVOGADO : MARCOS JOAQUIM GONCALVES ALVES E OUTROS(AS)  
APELADO : UNIAO FEDERAL  
PROCURADOR : JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS  
APELADO : DISTRITO FEDERAL  
APELADO : INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS DO  
DISTRITO FEDERAL BRASILIA AMBIENTAL - IBRAM  
PROCURADOR : ANA MARIA ISAR DOS SANTOS GOMES  
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 16A VARA - DF

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA SEM OPORTUNIZAR ÀS PARTES PRAZO PARA ALEGAÇÕES FINAIS: NULIDADE NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. MÉRITO. PATRIMÔNIO HISTÓRICO. BRASÍLIA. IMPLANTAÇÃO DA QUADRA 500 DO SETOR SUDOESTE. MODIFICAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA: NÃO OCORRÊNCIA. DEFINIÇÃO DOS LIMITES DA “ÁREA A” DO PROJETO BRASÍLIA REVISITADA (DECRETO DISTRITAL Nº 10.829/87) APENAS POR OCASIÃO DO DECRETO DISTRITAL Nº 11.433/89. SENTENÇA MANTIDA.

I – A não abertura de prazo para a apresentação de alegações finais antes da prolação da sentença não acarreta nulidade conforme sustenta o Ministério Público Federal, ainda mais quando não comprovado eventual prejuízo decorrente da postura adotada pelo Juízo de primeiro grau, que, apesar de ter fundamentado a sentença no laudo pericial acostado aos autos, abriu prazo às partes para se manifestarem sobre o trabalho desenvolvido pela expert, tendo o Parquet, inclusive, interposto agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de complementação da prova técnica. Alegação de nulidade da sentença por cerceamento da defesa afastada.

II – Não há que se falar, no caso concreto, em nulidade do laudo pericial no qual se baseou a sentença recorrida sob a alegação de que, sendo a perita arquiteta, não poderia ter se pronunciado acerca de matéria de Direito. É que a leitura do laudo técnico revela que a perita designada pelo Juízo não emitiu juízo de valor acerca de matéria de Direito, mas apenas expôs o regramento legal existente acerca do tombamento de Brasília, sem o qual, registre-se, não seria possível a confecção da prova pericial. Tanto é assim que o próprio Ministério Público Federal, em um de seus quesitos, pleiteou fossem demonstrados, no laudo pericial, os diplomas legais existentes nos âmbitos federal, distrital e mundial acerca da proteção conferida ao Conjunto Urbanístico de Brasília.

III – A preservação da concepção urbanística de Brasília foi objeto do Decreto Distrital nº 10.829/87, editado para regulamentar o art. 38 da Lei nº 3.751/60, cujo teor é no sentido de que qualquer alteração no Plano Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal.

PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0030296-39.2011.4.01.3400/DF**

IV – A exata explicitação do conceito do bem cultural protegido pela Lei nº 3.751/60, conferida pelo Decreto Distrital nº 10.829/87, foi resultado da necessidade de atendimento de solicitação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, ligado à UNESCO, para fins de sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Referido diploma traz como anexo documento intitulado “Brasília Revisitada”, de autoria de Lúcio Costa, e que traz expressa previsão acerca do adensamento e da expansão urbana do Plano Piloto, inclusive acerca da ocupação familiar do atual Setor Sudoeste, a ele se referindo como “Área A”, sem, contudo, delimitar suas poligonais, apesar de tê-la indicado em mapa que integra, como anexo, o Decreto Distrital nº 10.829/87.

V – Apenas por ocasião da edição do Decreto Distrital nº 11.433/89, responsável pela homologação de decisão que aprovara o detalhamento da “mancha A” (Projeto URB nº 147/88 e Memorial Descritivo – MDE nº 147/88), atualmente denominado Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW, é que o novo bairro foi efetivamente delimitado, trazendo previsão, inclusive, de edificação na área em que se pretende implantar a Quadra 500 do Setor Sudoeste e que o Ministério Público Federal denomina “Expansão do Setor Sudoeste”.

VI – É relevante à solução da controvérsia, ainda, trecho do laudo pericial produzido na origem que enumera as normas que expressamente foram revogadas pelo MDE nº 147/88, demonstrando que a porção de território destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste já se tratava, desde 1964, de área destinada a edificações (no caso, instalação de pavilhões permanentes ou provisórios para exposições, feiras, circos e para a realização de festas populares).

VII – Apesar de entendimento firmado em sede de agravo de instrumento em que se objetivava a reforma de decisão que havia determinado a suspensão de qualquer obra na área relativa à Quadra 500 do Setor Sudoeste enquanto não proferida sentença na origem (Agravo de Instrumento nº 39462-13.2011.4.01.3400), entendimento esse adotado em sede de cognição sumária, próprio do recurso de agravo, melhor exame da matéria, permitido após a produção, inclusive, de prova pericial na origem, revela não haver que se falar em violação, pelo Decreto Distrital nº 11.433/89 (responsável por aprovar a URB 147/88 e o MDE 147/88, que, por sua vez, delimitaram a “Área A” a que se referiu o Lúcio Costa), das normas de tombamento, na medida em que apenas em 1990 é que o Conjunto Urbanístico de Brasília foi tombado. Além disso, ainda que o Decreto Distrital nº 10.829/87 tenha intrínseca relação com o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília, já que a partir dele é que Brasília foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial, fato é que ele não estabeleceu os limites poligonais do que seria a “Área A” a que se referiu Lúcio Costa no Brasília Revisitada, sendo possível ao Decreto nº 11.433/89, pois, assim proceder sem que se alegue sua invalidade.

IX – Prejudicialidade do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal que se mantém ainda diante da notícia da existência de decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal determinando ao Governo do Distrito Federal a sustação, em seus órgãos e entidades, de quaisquer procedimentos visando à ocupação das Quadras 500 do Setor Sudoeste. É que, tratando-se de instâncias diversas, cada qual com sua competência no âmbito de sua jurisdição, não está esta Corte vinculada às conclusões daquele Egrégio Tribunal, ainda que relativas à mesma controvérsia.

IX – Sentença mantida. Recurso de apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Decide a Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação interposta pelo Ministério Público Federal e à remessa oficial.

Sexta Turma do TRF da 1ª Região – 18.05.2015.

**Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN**  
Relator

x

PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0030296-39.2011.4.01.3400/DF**

x

Nº Lote: 2015048297 - 3\_1 - APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0030296-39.2011.4.01.3400/DF





## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1801946 - DF (2020/0323217-9)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : ANTARES ENGENHARIA LTDA**  
**AGRAVADO : ANTARES CONSTRUÇOES DE EDIFICIOS LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCOS JOAQUIM GONCALVES ALVES - DF020389**  
**MARICI GIANNICO - DF030983**  
**ANNA CAROLINA LIMA PEREIRA - DF044522**  
**ALAN FLORES VIANA - DF048522**  
**AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL**  
**AGRAVADO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS**  
**HIDRICOS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORES : ANA MARIA ISAR DOS SANTOS GOMES - DF013048**  
**TIAGO PIMENTEL SOUZA - DF015243**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

### DECISÃO

Conforme relatado na origem:

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal e de remessa oficial de sentença proferida pela MM. Juíza Federal em auxílio na 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que julgou extinto o processo sem resolução de mérito em relação ao réu IBRAM, por ilegitimidade passiva, e, quanto ao mérito, julgou improcedentes os pedidos formulados em desfavor dos ora apelados, por meio dos quais pretendiam, em resumo, (a) a declaração de que a área relativa ao Projeto de Expansão do Setor Sudoeste é "área non aedificandi" e que integra a escala bucólica da área tombada de Brasília, de acordo com o Decreto Distrital nº 10.829/87 e seu anexo I, denominado Brasília Revisitada; (b) a condenação da ré Antares Engenharia LTDA. ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em abster-se de construir na respectiva área, inclusive obras de infraestrutura, sob pena de pagamento de multa cominatória; (c) a imposição ao Distrito Federal de não aprovar projeto urbanístico referente à denominada Expansão do Setor Sudoeste, bem como de não licenciar as respectivas obras; (d) a imposição ao IBRAM de obrigação consubstanciada no não licenciamento do projeto urbanístico eventualmente aprovado pelo réu Distrito Federal ou, caso já licenciado, na anulação da licença respectiva; (e) a condenação do réu Distrito Federal à obrigação de não licenciar obras na área em que se pretende a construção do empreendimento referente à Expansão do Setor Sudoeste.

O e. Tribunal Regional Federal da Primeira Região negou provimento ao recurso de apelação e à remessa oficial, mantendo a sentença prolatada, conforme acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA SEM OPORTUNIZAR ÀS PARTES PRAZO PARA ALEGAÇÕES

FINAIS: NULIDADE NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. BRASÍLIA. IMPLANTAÇÃO DA QUADRA 500 DO SETOR SUDOESTE. MODIFICAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA: NÃO OCORRÊNCIA. DEFINIÇÃO DOS LIMITES DA "ÁREA A" DO PROJETO BRASÍLIA REVISITADA (DECRETO DISTRITAL Nº 10.829/87) APENAS POR OCASIÃO DO DECRETO DISTRITAL Nº 11.433/89. SENTENÇA MANTIDA.

I — A não abertura de prazo para a apresentação de alegações finais antes da prolação da sentença não acarreta nulidade conforme sustenta o Ministério Público Federal, ainda mais quando não comprovado eventual prejuízo decorrente da postura adotada pelo Juízo de primeiro grau, que, apesar de ter fundamentado a sentença no laudo pericial acostado aos autos, abriu prazo às partes para se manifestarem sobre o trabalho desenvolvido pela expert, tendo o Parquet, inclusive, interposto agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de complementação da prova técnica. Alegação de nulidade da sentença por cerceamento da defesa afastada.

II — Não há que se falar, no caso concreto, em nulidade do laudo pericial no qual se baseou a sentença recorrida sob a alegação de que, sendo a perita arquiteta, não poderia ter se pronunciado acerca de matéria de Direito. É que a leitura do laudo técnico revela que a perita designada pelo Juízo não emitiu juízo de valor acerca de matéria de Direito, mas apenas expôs o regramento legal existente acerca do tombamento de Brasília, sem o qual, registre-se, não seria possível a confecção da prova pericial. Tanto é assim que o próprio Ministério Público Federal, em um de seus quesitos, pleiteou fossem demonstrados, no laudo pericial, os diplomas legais existentes nos âmbitos federal, distrital e mundial acerca da proteção conferida ao Conjunto Urbanístico de Brasília.

III — A preservação da concepção urbanística de Brasília foi objeto do Decreto Distrital nº 10.829/87, editado para regulamentar o art. 38 da Lei nº 3.751/60, cujo teor é no sentido de que qualquer alteração no Plano Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal.

IV — A exata explicitação do conceito do bem cultural protegido pela Lei nº 3.751/60, conferida pelo Decreto Distrital nº 10.829/87, foi resultado da necessidade de atendimento de solicitação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios — ICOMOS, ligado à UNESCO, para fins de sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Referido diploma traz como anexo documento intitulado "Brasília Revisitada", de autoria de Lúcio Costa, e que traz expressa previsão acerca do adensamento e da expansão urbana do Plano Piloto, inclusive acerca da ocupação familiar do atual Setor Sudoeste, a ele se referindo como "Área A", sem, contudo, delimitar suas poligonais, apesar de tê-la indicado em mapa que integra, como anexo, o Decreto Distrital nº 10.829/87.

V — Apenas por ocasião da edição do Decreto Distrital nº 11.433/89, responsável pela homologação de decisão que aprovara o detalhamento da "mancha A" (Projeto URB nº 147/88 e Memorial Descritivo — MDE nº 147/88), atualmente denominado Setor de Habitações Coletivas Sudoeste — SHCSVV, é que o novo bairro foi efetivamente delimitado, trazendo previsão, inclusive, de edificação na área em que se pretende implantar a Quadra 500 do Setor Sudoeste e que o Ministério Público Federal denomina "Expansão do Setor Sudoeste".

VI — É relevante à solução da controvérsia, ainda, trecho do laudo pericial produzido na origem que enumera as normas que expressamente foram revogadas pelo MDE nº 147/88, demonstrando que a porção de território destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste já se tratava, desde 1964, de área destinada a edificações (no caso, instalação de pavilhões permanentes ou provisórios para exposições, feiras, circos e para a realização de festas populares).

VII — Apesar de entendimento firmado em sede de agravo de instrumento em que se objetivava a reforma de decisão que havia determinado a suspensão de qualquer obra na área relativa à Quadra 500 do Setor Sudoeste enquanto não proferida sentença na origem (Agravo de Instrumento nº 39462-13.2011.4.01.3400), entendimento esse adotado em sede de cognição sumária, próprio do recurso de agravo, melhor exame da matéria, permitido após a produção, inclusive, de prova pericial na origem, revela não haver que se falar em violação, pelo Decreto Distrital nº 11.433/89 (responsável por aprovar a URB 147/88 e o MDE 147/88, que, por sua vez, delimitaram a "Área A" a que se referiu o Lúcio Costa), das normas de tombamento, na medida em que apenas em 1990 é que o Conjunto Urbanístico de Brasília foi tombado. Além disso, ainda que o Decreto Distrital nº 10.829/87 tenha intrínseca relação com o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília, já que a partir dele é que Brasília foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial, fato é que ele não estabeleceu os limites poligonais do que seria a "Área A" a que se referiu Lúcio Costa no

Brasília Revisitada, sendo possível ao Decreto nº 11.433/89, pois, assim p. se alegue sua invalidade.

VIII — Mantida a sentença de improcedência dos pedidos iniciais, resta prejudicada a pretensão do Ministério Público Federal de antecipação dos efeitos da tutela recursal e consequente concessão de liminar proibitiva da construção na Quadra 500 do Setor Sudoeste.

IX — Prejudicialidade do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal que se mantém ainda diante da notícia da existência de decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal determinando ao Governo do Distrito Federal a sustação, em seus órgãos e entidades, de quaisquer procedimentos visando à ocupação das Quadras 500 do Setor Sudoeste. É que, tratando-se de instâncias diversas, cada qual com sua competência no âmbito de sua jurisdição, não está esta Corte vinculada às conclusões daquele Egrégio Tribunal, ainda que relativas à mesma controvérsia.

X — Sentença mantida. Recurso de apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

Embargos de declaração rejeitados na origem (fls. 2467-2472).

Recurso especial inadmitido na origem, discurrendo afronta ao art. 535 do CPC/73 (atual art. 1.022), nulidade da perícia e cerceamento de defesa (arts. 422, 435, 437 e 454 do CPC/1973) e violação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 3.751/60 e 17 do Decreto-Lei nº 25/37, assim como à Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO.

Agravo em recurso especial interposto na origem, não admitido no âmbito da Presidência do Superior Tribunal de Justiça. Interposto agravo interno (fls. 2709 - 2719), remetidos os autos para apreciação, nos termos do art. 21-E, § 2º, do Regimento Interno do STJ.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, quanto ao agravo interno interposto em face da decisão de inadmissibilidade, considerando os termos do agravo interno a demonstrar a impugnação ao óbice do Enunciado n. 7 da Súmula do STJ, reconsidero a decisão agravada de fls. 2704-2706, tornando-a sem efeito e passo ao exame do recurso especial.

O presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Da análise do acórdão, no que tange a indicada violação ao art. 535 do CPC/1973 (atual art. 1.022, do CPC/2015), não se vislumbra a alegação de que o acórdão

recorrido não tenha se manifestado acerca de pontos tidos como essenciais para o julgamento da lide.

De acordo com a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, os embargos de declaração destinam-se a suprir eventual omissão, obscuridade ou contradição, não tendo o Órgão Julgador a obrigação de se manifestar expressamente acerca de todas as disposições legais que as partes entendam ser aplicáveis, devendo, é claro, motivar suas decisões, de maneira fundamentada.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106/STJ. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. ART. 1.022 DO CPC/2015. ERRO MATERIAL, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Os embargos declaratórios, nos termos do art. 1.022, e seus incisos, do CPC/2015, são cabíveis quando houver: a) obscuridade; b) contradição; c) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no art. 489, § 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida; ou d) o erro material. No caso dos autos, tais hipóteses não estão presentes.

2. Não há vício de fundamentação quando o aresto recorrido decide integralmente a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, tal qual se constata no caso concreto.

3. A análise da tese recursal que busca afastar a aplicação da Súmula 106/STJ demanda incursão na seara probatória, o que não é cabível na via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Esta Corte Superior possui entendimento de que a existência de penhora no rosto dos autos do processo falimentar impõe à Fazenda Pública a paralisação do executivo fiscal até que se verifique a possibilidade de satisfação do crédito, sem que essa paralisação seja imputada à inércia do ente público.

5. Embargos de declaração rejeitados.” (EDcl no AgInt no AREsp 600.416/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 27/03/2017.)

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Na hipótese dos autos, verifica-se que a irresignação da recorrente, vai de encontro às convicções do e. Tribunal Regional Federal da Primeira Região que, por unanimidade, e com lastro no conjunto probatório constante dos autos e do regramento contratual, concluiu (fls. 2435 e ss.):

10. A não abertura de prazo para a apresentação de alegações finais, contudo, não acarreta nulidade conforme pretende o apelante, ainda mais quando não comprovado eventual prejuízo decorrente da postura adotada pelo Juízo de primeiro grau.

11. É de se ressaltar, ademais, que, apresentado o laudo pericial pela perita designada pelo Juízo, as partes sobre ele puderam se manifestar, tendo o Ministério Público Federal, inclusive, interposto agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu seu pedido de

complementação da prova técnica, ao qual esta Corte, por seu turno, em se dia 11/05/2015, negou provimento (acórdão pendente de publicação).

12. Esses os fundamentos, não há que se falar em nulidade da sentença por cerceamento de defesa.

(...)

16. Passo, por fim, ao exame da questão principal debatida nos presentes autos — se a área destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste é ou não área non aedificandi.

(...)

(...) entendo não assistir razão ao Ministério Público Federal. Explico.

20. A preservação da concepção urbanística de Brasília foi objeto do Decreto Distrital nº 10.829/87 que, por sua vez, foi editado para regulamentar o art. 38 da Lei nº 3.751/60, cujo teor é no sentido de que qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal.

21. A exata explicitação do conceito do bem cultural protegido pela Lei nº 3.751 conferida pelo Decreto Distrital nº 10.829/87, foi resultado da necessidade de atendimento de solicitação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios — ICOMOS, ligado à UNESCO, para fins de sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial.

(...)

23. O texto intitulado Brasília Revisitada a que se refere o art. 1º do Decreto Distrital nº 10.829/87 traz expressamente previsão acerca do adensamento e da expansão urbana do Plano Piloto, inclusive acerca da ocupação familiar do atual Setor Sudoeste, a ele se referindo como "Área A", in verbis (fls. 58/59): *omissis*

24. Não se tem dúvida, pois, que o documento intitulado Brasília Revisitada trouxe previsão de expansão do Plano Piloto e de criação dos bairros Sudoeste e Noroeste (Áreas "A" e "B", respectivamente). O que se torna controvertido é se a área destinada à implantação da Quadra 500 do Sudoeste estaria compreendida na "Área A" a que Lúcio Costa se refere em Brasília Revisita, ou se seria ela expansão indevida realizada em desconformidade com os diplomas que regem o tombamento de Brasília.

25. A leitura do documento Brasília Revisitada revela que a "Área A" destinada ao bairro Sudoeste não teve suas poligonais delimitadas naquela ocasião, tendo constado do Anexo II do Decreto nº 10.829/87 apenas uma "mancha" a que ela corresponderia (fl. 69).

26. Apenas por ocasião da edição do Decreto Distrital nº 11.433/89 (fl. 246), responsável pela homologação de decisão que aprovara o projeto de detalhamento da "mancha A" (Projeto URB nº 147/88), atualmente denominado Setor de Habitações Coletivas Sudoeste — SHCSW, é que foram efetivamente delimitados os limites do novo bairro.

27. Neste ponto, trago à colação trecho do laudo pericial para melhor elucidação da questão (fls. 1694 e seguintes): *omissis*

28. E assim conclui a perita no que se refere ao ponto supratranscrito (fl. 1699):

Conclusão Intermediária 8: A URB 147/88 e o MDE 147/88 se constituem na documentação legal que define a poligonal do Setor Sudoeste. A área delimitada claramente engloba o terreno destinado às Quadras 500, foco da Ação Civil Pública.

29. É relevante à solução da controvérsia, ainda, trecho do laudo pericial que, enumerando as normas que expressamente são revogadas pelo MDE 147/88, demonstra que a porção de território destinada à construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste já se tratava, desde 1964, de área destinada a edificações (no caso, instalação de pavilhões permanentes ou provisórios para exposições, feiras, circos e para a realização de festas populares), in verbis (fls. 1699 e seguintes): *omissis*

30. Dessa forma, e considerando que Lúcio Costa, no Brasília Revisitada, não delimitou as poligonais da "Área A", mas apenas a ela se referiu por meio de "mancha" no mapa retratado à fl. 38 do Decreto Distrital nº 10.829/87, poligonais essas que apenas foram traçadas por ocasião do Projeto URB 147/88 e do Memorial Descritivo 147/88, que, por sua vez, foram aprovados por decisão do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente — CAUMA, posteriormente homologada pelo Decreto Distrital nº 11.433/89, entendo ser aedificandi a área na qual pretende -se implantar a Quadra 500 do Setor Sudoeste.

31. No que se refere especificamente à alegação de que o Decreto Distrital nº 11.433/89 violaria as normas de tombamento de Brasília, entendo também não assistir razão ao Ministério Público.

32. É que, embora o Comitê do Patrimônio Mundial tenha decidido, em Convenção realizada no período de 7 a 11 de dezembro de 1987, pelo deferimento da inscrição de



Brasília na Lista do Patrimônio Mundial (fl. 1657), apenas em 1990 é Urbanístico de Brasília ocorreu seu tombamento federal. Neste ponto, importante também transcrever trecho do laudo pericial que bem elucida a questão (fls. 1658 e seguintes):

*omissis*

(...)

34. Diante dos fundamentos acima expostos, entendo deva ser negado provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal, mantendo-se a sentença proferida nos termos em que proferida. Resta prejudicada, por consequência lógica, a análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal formulado pelo Parquet em sua apelação.

Nesse diapasão, forçoso reconhecer que, para rever tal posição e interpretar os dispositivo legais indicados como violados, seria necessário o reexame dos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese o enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"; "[a] simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial".

Ademais, ainda que assim não fosse, seria igualmente necessário a análise da lei local, o que é vedado pelo enunciado da Súmula 280/STF, por analogia: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Observe-se que no mesmo sentido opinou o d. Subprocurador-Geral da República, atuante perante perante este Superior Tribunal de Justiça, conforme parecer às fls. 2868-2873, veja-se (fls. 2872 e ss.):

7. Não se verifica omissão no julgado (art. 535, I e II do CPC/1973 -atual art. 1.022 do CPC), na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos. Portanto, a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido sede de aclaratórios apreciaram de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela recorrente.

8. Ademais, rever as conclusões do Tribunal a quo a despeito da nulidade de perícia, do cerceamento de defesa e se a alegada "Expansão do Setor Sudoeste" integra ou não a área tombada de Brasília, sem sombra de dúvida, é necessário o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

9. Outrossim, em que pesem as alegações trazidas pela parte recorrente a ofensa aos dispositivos de lei federal, na forma defendida em suas razões, seria meramente reflexa, uma vez que, para o deslinde da controvérsia, seria imprescindível a análise do Decreto Distrital nº 11.433/89. Desse modo, incide na espécie, por analogia, o que dispõe a Súmula n. 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário"

Ante o exposto, o Ministério Público Federal opina pelo conhecimento do agravo interno para negar provimento ao agravo em recurso especial.

Brasília, 16 de agosto de 2022.

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Subprocurador – Geral da República

Ainda, a eventual verificação de validade de lei local em face de lei federal denota natureza constitucional da controvérsia. Tal apreciação, na instância excepcional, não compete ao STJ, mas ao STF, por meio de Recurso Extraordinário (art. 102, III, alínea "d", da CF/1988), o que implica na incidência do enunciado n. 126 da Súmula do



STJ: "é inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário".

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. BENEFICIÁRIOS PREVISTOS NA LEI ESTADUAL 180/1978. POSSÍVEL AFRONTA À LEI 9.717/1998. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA LEI LOCAL EM FACE DE LEI FEDERAL. DISCUSSÃO DE CARÁTER CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "o que veda a Lei 9.717 é a concessão de benefícios distintos dos concedidos pelo RGPS; o benefício da pensão por morte está previsto no regime geral. Os arts. 152 e 153 da Lei 180/78 apenas identificam os beneficiários da pensão por morte, por isso não há incompatibilidade entre a lei federal e a estadual" (fl. 194, e-STJ).

2. A insurgente aduz que a estipulação de beneficiários de pensão por morte previstos na lei estadual viola o disposto no art. 5º da Lei 9.717/1998. No entanto, a verificação de validade de lei local em face de lei federal denota natureza constitucional da controvérsia. Tal apreciação, na instância excepcional, não compete ao STJ, mas ao STF, por meio de Recurso Extraordinário (art. 102, III, alínea "d", da CF/1988).

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1656484/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 02/05/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b* do RISTJ, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, na parte conhecida, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de novembro de 2023.

Ministro Francisco Falcão  
Relator

Superior

Tribunal de Justiça

Avalie nosso serviço

E ajude a aprimorar a Consulta Processual

**AREsp nº 1801946 / DF (2020/0323217-9) autuado em 10/12/2020**

- Detalhes
- Fases
- Decisões
- Petições
- Pautas

06/03/2024 13:03	<b>Baixa Definitiva para TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (22)</b>
06/03/2024 13:03	<b>Transitado em Julgado em 06/03/2024 (848)</b>
14/12/2023 20:30	<b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 11/12/2023 (300104)</b>
14/12/2023 20:04	<b>PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 11/12/2023 (300104)</b>
05/12/2023 11:36	<b>Juntada de Petição de CIÊNCIA PELO MPF nº 1180328/2023 (85)</b>
05/12/2023 11:29	<b>Protocolizada Petição 1180328/2023 (CieMPF - CIÊNCIA PELO MPF) em 05/12/2023 (118)</b>
28/11/2023 06:05	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (300105)</b>
28/11/2023 05:48	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)</b>
28/11/2023 05:43	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL (300105)</b>
28/11/2023 05:01	<b>Publicado DESPACHO / DECISÃO em 28/11/2023 Petição Nº 69814/2021 - AgInt (92)</b>
27/11/2023 18:37	<b>Disponibilizado no DJ Eletrônico - DESPACHO / DECISÃO (1061)</b>
27/11/2023 09:10	<b>Conheço do agravo de MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL para conhecer em parte o recurso especial e negar provimento (12440)</b>
27/11/2023 09:10	<b>Ato ordinatório praticado - Documento encaminhado à publicação - Petição Nº 2021/0069814 - AgInt no AREsp 1801946 - Publicação prevista para 28/11/2023 (11383)</b>
18/08/2022 06:15	<b>Conclusos para decisão ao(à) Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO (Relator) (51)</b>
18/08/2022 06:01	<b>Juntada de Petição de PARECER DO MPF nº 695880/2022 (85)</b>
18/08/2022 02:40	<b>Recebidos os autos no(a) COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (132)</b>
18/08/2022 02:40	<b>Protocolizada Petição 695880/2022 (ParMPF - PARECER DO MPF) em 18/08/2022 (118)</b>
12/08/2022 07:30	<b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO intimado</b>

12/08/2022 07:07	<b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 12/08/2022 (300104)</b>
12/08/2022 07:07	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 12/08/2022 (300104)</b>
02/08/2022 09:59	<b>Disponibilizada cópia digital dos autos à(o) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300101)</b>
02/08/2022 08:15	<b>Autos com vista ao Ministério Público Federal para parecer (30015)</b>
02/08/2022 06:46	<b>PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 02/08/2022 (300104)</b>
02/08/2022 06:37	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (300105)</b>
02/08/2022 06:19	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)</b>
02/08/2022 05:54	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL (300105)</b>
02/08/2022 05:04	<b>Publicado DESPACHO / DECISÃO em 02/08/2022 (92)</b>
01/08/2022 19:21	<b>Disponibilizado no DJ Eletrônico - DESPACHO / DECISÃO (1061)</b>
01/08/2022 18:00	<b>Proferido despacho de mero expediente determinando vista ao Ministério Público Federal (11010)</b>
01/08/2022 18:00	<b>Ato ordinatório praticado - Documento encaminhado à publicação - Publicação prevista para 02/08/2022 (11383)</b>
18/03/2021 15:35	<b>Conclusos para decisão ao(à) Ministro(a) FRANCISCO FALCÃO (Relator) - pela SJD (51)</b>
18/03/2021 13:30	<b>Redistribuído por dependência, em razão de agravo interno, ao Ministro FRANCISCO FALCÃO - SEGUNDA TURMA. Processo preventivo: AREsp 1647106 (2020/0005868-0) (36)</b>
16/03/2021 14:06	<b>Determinada a distribuição do feito (12474)</b>
09/03/2021 14:27	<b>Juntada de Certidão : Certifico que teve início em 12/02/2021 e término em 08/03/2021 o prazo para ANTARES CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA apresentar resposta à petição n. 69814/2021 (AGRAVO INTERNO), de fls. 2709. (581)</b>
05/03/2021 08:30	<b>Conclusos para decisão ao(à) Ministro(a)</b>

03/03/2021 08:30	<b>CONCLUSÃO para decisão de(a) FIMISITUAÇÃO, PRESIDENTE DO STJ (Relator) com encaminhamento ao NARER (51)</b>
04/03/2021 09:16	<b>Juntada de Petição de IMPUGNAÇÃO nº 147254/2021 (85)</b>
04/03/2021 09:13	<b>Protocolizada Petição 147254/2021 (IMP - IMPUGNAÇÃO) em 04/03/2021 (118)</b>
03/03/2021 17:11	<b>Juntada de Petição de OFÍCIO nº 144123/2021 (85)</b>
03/03/2021 17:10	<b>Ato ordinatório praticado (Petição 144123/2021 (OFÍCIO) recebida na COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO) (11383)</b>
03/03/2021 14:18	<b>Protocolizada Petição 144123/2021 (OF - OFÍCIO) em 03/03/2021 (118)</b>
28/02/2021 06:01	<b>Juntada de Petição de IMPUGNAÇÃO nº 130500/2021 (85)</b>
28/02/2021 00:48	<b>Protocolizada Petição 130500/2021 (IMP - IMPUGNAÇÃO) em 28/02/2021 (118)</b>
22/02/2021 18:21	<b>Juntada de Petição de IMPUGNAÇÃO nº 113155/2021 (85)</b>
22/02/2021 18:20	<b>Protocolizada Petição 113155/2021 (IMP - IMPUGNAÇÃO) em 22/02/2021 (118)</b>
22/02/2021 01:59	<b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO intimado eletronicamente da(o) Vista Ao Agravado Para Impugnação do Agint em 22/02/2021 (300104)</b>
17/02/2021 01:20	<b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 17/02/2021 (300104)</b>
17/02/2021 01:11	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 17/02/2021 (300104)</b>
11/02/2021 07:16	<b>PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Vista Ao Agravado Para Impugnação do Agint em 11/02/2021 (300104)</b>
11/02/2021 05:48	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (300105)</b>
11/02/2021 05:42	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL (300105)</b>
11/02/2021 05:31	<b>Publicado Vista ao Agravado para Impugnação do AgInt em 11/02/2021 Petição Nº 69814/2021 - (92)</b>

10/02/2021 20:41	<b>Disponibilizado no DJ Eletrônico - Vista ao Agravado para Impugnação do AgInt (1061)</b>
10/02/2021 19:30	<b>Ato ordinatório praticado (Vista ao Agravado para Impugnação do AgInt - PETIÇÃO Nº 69814/2021. Publicação prevista para 11/02/2021) (11383)</b>
09/02/2021 19:16	<b>Juntada de Petição de AGRAVO INTERNO nº 69814/2021 (85)</b>
09/02/2021 19:14	<b>Protocolizada Petição 69814/2021 (AgInt - AGRAVO INTERNO) em 09/02/2021 (118)</b>
03/02/2021 06:35	<b>PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 03/02/2021 (300104)</b>
03/02/2021 06:10	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (300105)</b>
03/02/2021 05:57	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)</b>
03/02/2021 05:49	<b>Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL (300105)</b>
03/02/2021 05:17	<b>Publicado DESPACHO / DECISÃO em 03/02/2021 (92)</b>
02/02/2021 19:18	<b>Disponibilizado no DJ Eletrônico - DESPACHO / DECISÃO (1061)</b>
02/02/2021 06:10	<b>Não conhecido o recurso de MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (235)</b>
02/02/2021 06:10	<b>Ato ordinatório praticado - Documento encaminhado à publicação - Publicação prevista para 03/02/2021 (11383)</b>
15/12/2020 17:34	<b>Conclusos para decisão ao(à) Ministro(a) PRESIDENTE DO STJ (Relator) - pela SJD (51)</b>
15/12/2020 16:30	<b>Distribuído por competência exclusiva ao Ministro PRESIDENTE DO STJ (26)</b>
02/12/2020 20:45	<b>Recebidos os autos eletronicamente no(a) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA do TRF1 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (132)</b>

Gerar Certidão

Imprimir

Incluir no Push

Impresso terça-feira, 09 de abril de 2024.



Nova Consulta

Versão **3.2.35** | de **09/04/2024 12:20**.